



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL

ERIKA DE ALMEIDA

TEATRO DO VIR A SER: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DO CASSURUBÁ - BA.

SALVADOR
2011

ERIKA DE ALMEIDA

**TEATRO DO VIR A SER: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DO CASSURUBÁ.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Multidisciplinar e Profissional em
Desenvolvimento e Gestão Social do
Programa de Desenvolvimento e Gestão
Social da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento e Gestão
Social.

Orientador: Prof. Dr. Maria Suzana Moura.

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

A447 Almeida, Erika de

Teatro do vir a ser: contribuições para a gestão socioambiental da
Resex do Cassurubá – BA. / Erika de Almeida – 2012.
168 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Suzana Moura.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia,
Escola de Administração, Salvador, 2012.

1. Áreas de conservação de recursos naturais – Caravelas (BA). 2. Gestão
ambiental – Lideranças. 3. Gestão ambiental – Aspectos sociais.
4. Participação social. 5. Integração social. I. Universidade Federal da Bahia.
Escola de Administração. II. Título.

CDD 333.720981

ERIKA DE ALMEIDA

**TEATRO DO *VIR A SER*: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL DA RESEX DO CASSURUBÁ.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Multidisciplinar e Profissional em
Desenvolvimento e Gestão Social do
Programa de Desenvolvimento e Gestão
Social da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social
e aprovada pela seguinte banca
examinadora:

Jorge Galdino - Diretor Artístico do Movimento Cultural Arte Manha - Caravelas

Prof. Dr. Valeria Giannella - Universidade Federal do Cariri/CE

Prof. Dr. Rocio Castro - UNEB campus de Santo Antonio de Jesus

Prof. Dr. Maria Suzana Moura (Orientadora)

Salvador, setembro de 2011

DEDICATÓRIA



Cenário do Espetáculo Cantos e Encantos do Mar. Fonte: (Arquivo ECOMAR)

“ Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: Me ajuda a olhar”

Eduardo Galeano
(O Livro dos Abraços – cap. A função da Arte -1)

Dedico essa dissertação a todas as pessoas que me ajudaram a olhar e amar o mar e o mangue!

A Todos os povos do mangue e do mar, aos seres que vivem nesse ambiente, aos encantos por sua mágica presença, a arte por me ensinar que o mundo é colorido e as crianças por me ensinarem o amor genuíno.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao meu filho Iriê Gustavo de Almeida Firmino que iluminou meu caminho, me despertou para o caminho do amor e me deu força e alegria para resistir aos obstáculos, me ensinando as coisas simples e belas da vida;

Ao meu querido marido Valtemberg Silva Firmino por todo seu amor, compreensão, tolerância e apoio durante essa trajetória;

A minha querida mãe Helena de Almeida pelo seu amor incondicional e por todo apoio. Ao meu irmão Eduardo Gutierrez pela atenção, pelas correções e por me provocar o poder do exercício da síntese

Ao meu pai Gustavo Adolfo por me ajudar a conhecer a minha história, pelo apoio e incentivo e ao meu irmão Davi pela aceitação.

À toda minha família, tios, tias, primos e primas;

A Adelia (Val) e sua família por seu carinho e amor cuidando de Iriê na minha ausência, me deixando tranquila para fazer o que deveria ser feito;

À vovó Eva e ao Vovó Preto pelo cuidado, amor, atenção e carinho com Iriê, entendendo aos ausências da mãe nos longos finais de semana de estudo;

À toda irmandade dos meus queri@s amig@s e dind@s: Cristiane, Renata, Luciana, Andrey, Juli, Manu, Priscila,

À professora Dra. Maria Suzana Moura, querida orientadora pelo incentivo a ter entrado no mestrado, por entender minhas limitações me apoiando e incentivando a continuidade e a finalização desse importante passo profissional. Por acreditar que outras metodologias são possíveis e necessárias e por me incentivar a reflexão. Pelas constantes orientações de respirar que foram essenciais para o centramento e conclusão desse trabalho.

Ao Movimento Cultural Arte Manha, em especial, Dó Galdino, Jaco Galdino, Simone dos Anjos e Itamar dos Anjos. Pessoas que desde o começo conseguimos nos sintonizar, artistas os quais tenho profunda admiração por acreditarem que um outro mundo é possível, emergente e está em construção.

À todos da grande família Arte Manha, meninas, mulheres, juventude e crianças. As mulheres em especial por me mostrar a fortaleza de ser mãe;

A Cecilia Melo, por toda sua força e amizade, me incentivando em momentos decisivos;

A Tita Vieira, grande amiga que me ensinou muito do mundo das articulações;

A Iaci Szajnweld por me incentivar na pesquisa e prática do Teatro do Oprimido, disponibilizando material e pelas longas conversas sobre o TO;

Ao Mauricio Marcon do ICMBio por me apresentar a Iaiá e por todo apoio durante o trabalho;

A querida Claudinha Cunha, amante das Resex de quem eu muito me inspirei em suas reflexões. Obrigada por cada ajuda durante o processo, foram essenciais.

A Kátia Barros e Bruno Gueiros do CNPT – Maranhão pela atenção e apoio

A toda a equipe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos pelo apoio e compreensão.

Ao gestor da Resex do Cassurubá, Joaquim Neto, pelo apoio e aprendizado nas diferenças.

Ao Ronaldo Baguinha da Resex do Corumbau pelo incentivo em navegar por esse tema;

Ao Uilson Alexandre, Lixinha por todo apoio e incentivo;

A Aline –Apesca, pelo carinho e atenção em suas correções me encorajando a seguir em frente;

A Danieli Nobre, pelo incentivo e apoio e a Jaqueline Alves pelas conversas, inspirações e apoio;

Ao Paulo da Ecomar pela acolhida, amizade, apoio, partilha e reflexões;

A Jane, mulher guerreira me ensinando a simplicidade da sabedoria popular;

Ao grande mestre Piaba por todo seu amor a cultura popular;

A toda as comunidades da Reserva Extrativista do Cassurubá por todo aprendizado, em especial a comunidade da Miringaba pelo genuíno encontro e troca de saberes.

Aos Membros da Rede Mangue Mar por acreditarem que juntos podemos avançar.

As lideranças da Resex de Canavieiras por todo carinho e atenção, por me ensinarem a luta pacífica e não passiva, as inspirações de construção coletiva por um presente mais solidário;

A todas as comunidades das Reservas Extrativistas do Brasil que tem uma grande tarefa na lida dos seus territórios nos ensinando outros caminhos possíveis de gestão de áreas protegidas e a todas as pessoas, instituições que de alguma forma me apoiaram nessa trajetória. São muitas!!!

MÃOS DADAS

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos,

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,

não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,

não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,

não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens

presentes, a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente dissertação foi gestada a partir da provocação de se pensar, sentir e atuar com metodologias que valorizem a arte como caminho possível para estimular a participação social no processo de gestão da Reserva Extrativista (Resex) do Cassurubá. Tem no seu eixo estrutural a vivência da pesquisadora ressaltando o despertar para a valorização das artes e das culturas; a conexão com o território e suas comunidades, dialogando com a trajetória da criação da Resex do Cassurubá e seu contexto de mobilização e gestão. Traz como embasamento teórico a sociologia das ausências e a sociologia das emergências de Boaventura Souza Santos, as Críticas ao Modelo totalitário de Milton Santos e a Proposta de Metodologia Integrativa de Valéria Giannela. A prática do Teatro do Oprimido (TO) na oficina com o grupo de trabalho da Resex do Cassurubá, a experiência de Iaci Szajnweld na formação de gestores (as), bem como a proposta pedagógica e estética do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, contribuíram para tecer uma proposta para inserir o TO como metodologia possível para estimular a cultura da participação social no processo de gestão das Reservas Extrativistas (Resex). Dessa forma tem o propósito de contribuir para a formação de novos gestores (as) sociais capazes de lidar com a complexidade do presente e desenvolver habilidades para atuar na construção de *um outro* futuro, que pode emergir de nossas profundas mudanças.

Palavras chave: Reserva Extrativista. Conselho Deliberativo. Gestão socioambiental. Formação de gestores socioambientais. Metodologias Integrativas. Teatro do Oprimido. Arte e Cultura.

ABSTRACT

The master dissertation was conceived from the need of a way to think, feel and act with methods that valorize the art as a possible mean to promote social inclusion in the management of the “Reserva Extrativista do Cassurubá”. The main axis was my individual awakening as a researcher, though the practice, valorizing the arts and the culture; the connection with the territory and its communities, reporting the trajectory that brought us to the creation of the Reserve, and highlighting the context of social mobilization and management. The theoretical basis of the sociology of absences and emergencies from Boaventura Souza Santos, the criticism of the totalitarian from Milton Santos and the proposal of Integrative Methodology by Valeria Giannella brought the inspire to this research. Throughout these connections and from the experience brought by the Theatre of the Oppressed – TO, that was applied to the community and to form socio environmental stakeholders, I propose the adoption of the TO as a method to promote the culture of social inclusion in the process of management. This form intended to contribute in the formation of new socio environmental managers capable of dealing with social complexity of this and develop skills to built another future that may emerge from our deep changes.

Keywords: Reserva Extrativista. Social management training. Advisory Board. Integrative Methodology. Theatre of the Oppressed – TO.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Atividade tradicional de construção das casas - embarreiro na comunidade da Miringaba. Atividade coletiva, onde todos da família e amigos se envolvem em um mutirão de construção. Fonte: Erika de Almeida.	30
Figura 2. Marujada de Cosme e Damião – manifestação da cultura tradicional da comunidade da Miringaga. Fonte: Erika de Almeida.	31
Figura 3. Atividade do Mosquito Africano, Oficina do TO, Escola Municipal Almir Soares, Caravelas. Fonte: Jaco Galdino	32
Figura 4. Saída para o manguezal com as crianças da oficina. Lá tivemos uma aula com elas sobre o manguezal. Fonte: Jaco Galdino.....	32
Figura 5. Mapa da região do Banco dos Abrolhos – ressaltando as Unidades de Conservação Federais e Estaduais, bem como o limite dos municípios. Fonte: MMA, 2009, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Conduta Consciente em ambientes marinhos.....	40
Figura 6. Imagem de áreas de fazendas de camarão em região de manguezais no Ceará. Fonte: Material Coalizão SOS Abrolhos.	47
Figura 7. Mapa de localização da proposta de implementação de áreas de criação de camarão pela COOPEX, 1500 hectares em áreas de manguezais, apicuns e restinga. Área sublinhada Amarelo era a poligonal proposta como área da Resex e a área em vermelho a área que seria ocupada pela criação de camarão. Fonte: Material Coalizão SOS Abrolhos.	48
Figura 8. Imagens da Capa e contra-capas dos filmes produzidos pelo movimento áudio-visual – Cine Clube Caravelas.....	53
Figura 9. Foto do LULA ressaltando a produção do jornal O Timoneiro para o dia da assinatura da criação da Resex do Cassurubá. Fonte: Ricardo Stuckert.....	60
Figura 10. Foto do LULA com os representantes da sociedade civil e lideranças envolvidas no movimento Pró-Resex do Cassurubá. Fonte: Ricardo Stuckert.....	60
Figura 11. Foto das faixas mostrando as pautas evidenciadas no dia do evento de assinatura do decreto de criação da Resex do Cassurubá. Fonte: Cine Clube Caravelas	61
Figura 12. Imagem da capa <i>Jornal O Timoneiro</i> Caravelas – Julho /Agosto de 2009 - Edição nº 05, que traz uma matéria sobre a criação da Resex do Cassurubá.....	62
Figura 13. Conceito de Reserva Extrativista, contido no SNUC. Fonte: Pranchas (WEID, 2009).	72
Figura 14. Árvore do SNUC. Fonte: Prancha 1 (WEID,2009).....	99
Figura 15. Desenho Ilustrativo da IN 2 que trata sobre a formação do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativista. (WEID, 2009).....	106

Figura 16. Árvore do Teatro do Oprimido. Fonte: Apostila de Multiplicadores do TO - Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto p. 26.....	116
Figura 17. Ensaizando cenas do cotidiano. Fonte: Jaco Galdino	136
Figura 18. A Sintonia Coletiva. Fonte: Jaco Galdino	136
Figura 19. Rompendo a lógica - corrida em câmera lenta. Fonte: Jaco Galdino	137
Figura 20. Ativando os vários sentidos. Fonte: Jaco Galdino	138
Figura 21. A arte do lúdico. Fonte: Jaco Galdino	139
Figura 22. Árvore - Mãe da dissertação. Fonte: Erika de Almeida.....	153

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Roteiro das atividades desenvolvidas ao longo da oficina de TO com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá.....	129
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

AMPAC - Associação de Moradores de Ponta de Areia e Caravelas

APA - Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia

APESCA – Associação de Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo e Arraieira de Caravelas

CCDRU - Contrato de Concessão Real de Direito de Uso

CEPENE - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral do Nordeste

CI - Conservação Internacional

CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COOPEX - Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia

CTO - Centro Teatro do Oprimido

DISAM - Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental

ECOMAR - Associação de Estudos Costeiros e Marinhos

EFBM - Estrada de Ferro Bahia-Minas

EJF - Environmental Justice Foundation

ENS – Encontro Nacional dos Seringueiros

GT - Grupo de trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBJ - Instituto Baleia Jubarte

ICMBio - Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAP - Mangrove Action Project

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MI - Metodologias Integrativas

MMA – Ministério de Meio Ambiente

MST - Movimento dos Sem Terra

NEMA - Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental

OCCA - Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNM Abrolhos - Parque Nacional Marinhos dos Abrolhos

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REM - Reserva Extrativista Marinha

Resex – Reserva Extrativista

RMMB - Rede Mangue Mar Brasil

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

TF - Teatro-Fórum

TO - Teatro do Oprimido

UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Tecendo a trama dos capítulos.....	20
FOGO (ATOS 1 e 2)	24
Ato 1. A SEMENTE – gestando o movimento	25
1.1 A concepção.....	25
1.2 A gestação.....	33
1.3 As Escolhas Metodológicas.....	35
Ato 2. TODO PONTO DE VISTA É A VISTA DE UM PONTO: UMA VISÃO POSSÍVEL DO TERRITÓRIO	40
2.1 Transitando pelo passado.....	41
2.2 O conflito	44
2.3 Ensaando caminhos possíveis	50
2.4 A conquista – a vinda do (então) Presidente LULA para a criação da Resex do Cassurubá.	56
AR – VENTO (ATOS 3 e 4)	64
Ato 3. TRANSITANDO PELO UNIVERSO DO MOVIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: DA CONCEPÇÃO Á GESTÃO.....	65
3.1 Da Concepção de Reserva Extrativista... ..	67
3. 2 Da criação das Resex	71
3.3 Reservas Extrativistas e seu contexto de gestão – dialogando com a experiência da Resex do Cassurubá	74
3.4 Momentos pós - criação da Resex e contexto atual	81
ATO 4. DIALOGANDO COM OS CAMPOS EMERGENTES DE POSSIBILIDADES.....	89
4.1 Reconhecimentos para as TRANSFORMA - AÇÕES	94
4.2. Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas como Espaço Pedagógico na Formação de Gestores (as) Sociais.....	98
4.2.1 Da gestão social e ambiental.....	98

4.2.2 - Conselho Deliberativo como Potencial Espaço Educativo	103
ÁGUA (ATOS 5 e 6)	109
ATO 5. O TEATRO DO OPRIMIDO - DIALOGANDO COM SUA ÉTICA	110
E SUA ESTÉTICA, CONTEXTOS DE UMA METODOLOGIA INTEGRATIVA	110
Ato 6. TEATRO DO OPRIMIDO NA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: TECENDO POSSIBILIDADES EMERGENTES.....	119
6.1 A experiência de Iaiá Szajnwald	119
6.2 A experiência com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá – construindo a oficina de TO.	124
TERRA - Considerações Finais.....	141
TEATRO DO VIR A SER: LIMITES E POTENCIALIDADES DO TEATRO DO OPRIMIDO PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DA RESEX DO CASSURUBÁ.....	142
Desenhando a proposta de intervenção na Resex do Cassurubá.....	149
Cenas do próximo capítulo	153
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	156
I. Artigos/teses/dissertações/livros/entrevistas/jornais comunitários.....	156
BOFF, L. <i>A águia e a galinha</i> – uma metáfora da condição humana. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 2004. 205p.....	156
II. Legislação e atos normativos consultados (leis, instruções normativas, decretos, portarias)	160
ANEXOS	162
APÊNDICES.....	168

INTRODUÇÃO

*“Para entender nós temos 2 caminhos:
a sensibilidade que é entendimento do corpo,
a inteligência que é entendimento do espírito.*

*Eu escrevo com o corpo,
poesia não é para compreender, mas para incorporar
Entender é parede, procure ser uma árvore!”*

Manoel de Barros

A presente dissertação foi gestada a partir da provocação de se pensar, sentir e atuar com metodologias que valorizem as expressões artísticas e culturais como caminho possível para estimular a participação social no processo de gestão da Reserva Extrativista (Resex) do Cassurubá, extremo sul da Bahia.

Tem no seu eixo estrutural a vivência da pesquisadora ressaltando o despertar para a valorização das expressões artísticas e culturais; a conexão com o território e suas comunidades, dialogando com a trajetória de criação da Resex do Cassurubá e seu contexto de mobilização e gestão. No que tange a metodologia do Teatro do Oprimido (TO) existe uma reflexão sobre a 1) a vivência experimental com um grupo focal - Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá; 2) a experiência de Iaci Szajnwend na formação de gestores (as) e 3) a proposta pedagógica e estética do TO. Essas referências contribuíram para levantar as potencialidades e limitações da metodologia e assim, tecer uma proposta para inserir o TO para estimular a cultura da participação social no processo de gestão das Reservas Extrativistas¹ (Resex).

Para Minayo (2002), não é apenas o investigador que dá sentido ao trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções. No processo de investigação social, a visão de mundo do pesquisador e do seu campo de estudo está implicada em todo o

¹ Reservas Extrativistas – são unidades de conservação de uso sustentável definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – lei n 9985, 18 de julho de 2000; decreto n 4340, de 22 de agosto de 2002. 5. Ed. Aum. Brasília: MMA\SBF 2006.56 p.

processo, desde a concepção até resultados e aplicação do trabalho. É nesse contexto que essa dissertação se revela.

Ressalto que os objetivos e metodologia, comumente apresentados na introdução, serão expostos nos capítulos 1 e 2, pois para apresentá-los à (ao) leitora (o) é necessário um contexto.

Tecendo a trama dos capítulos

Todo processo é dinâmico, um rio de ritmo e forma. Mais do que aquilo que é simplesmente visto, ele é sentido, vivido, compreendido, intuído daquilo que se vê. Para apreender o processo temos de mudar o nosso modo de ser, um modo simultaneamente, dentro e fora, participante e observador, analista e artista. Tal capacidade exige o desenvolvimento do pensar e também de novas faculdades (KAPLAN, 2005).

Nesse sentido, essa dissertação foi escrita e reescrita. Precisei chegar ao final e voltar ao começo, precisei me prender, para me libertar das minhas próprias amarras conceituais e assim deixar que o final da dissertação, que traz uma proposta moldada², pudesse se revelar. E foi nesse revelar que retorno ao começo. Como algo que estava em círculo e depois se expande em uma espiral, a partir de um novo começo, expandindo.

Essa dissertação está no contexto do mestrado em Gestão Social e Desenvolvimento³, com o propósito de contribuir para a formação de novos gestores (as) sociais capazes de lidarem com a complexidade do presente e desenvolver habilidades para atuar na construção de *um outro* futuro, que pode emergir de nossas profundas mudanças.

De acordo com Kaplan (2005, p.123), Jung dizia que aquilo que não é consciente aparece como sina, enquanto aquilo que se toma consciência aparece como destino, com o qual a pessoa interage no processo do *vir-a-ser*. É nesse contexto que permeia essa dissertação, tendo a consciência que aprender é uma revelação, permite

² Digo moldada, ao invés de concreta, trazendo o poder da palavra, algo que é moldado como o barro, pode ser feito, mesmo sendo cozido e quebrado, a propósito, o concreto não possui essa maleabilidade.

³ Mestrado do Departamento de Administração – Centro Interdisciplinar de Gestão Social da Universidade Federal da Bahia - CIAGS/UFBA.

tanto ao organismo como ao mundo com o qual ele interage ser alçado a um novo nível da existência. Aprender é um ato criativo em si mesmo, um acordar que nos revela novos aspectos do mundo e assim permite que o mundo se torne algo mais do que era.

Convido aos leitores a perceberem os capítulos que seguem como uma espiral. Trago em cada capítulo a metáfora dos quatro elementos⁴, buscando ressaltar o processo cíclico da criação, o tempo cíclico e não linear. Destaco essa forma de compreensão como uma possibilidade, entendendo que a todo tempo todos os elementos estão atuando em um equilíbrio vivo. Além dos quatro elementos organizei os capítulos em forma de Atos, fazendo analogia aos Atos Cênicos, que ao longo de uma peça teatral vão se revelando o propósito da trama da história. Nesse sentido se configura a partir dos 4 elementos, 7 Atos, como as 7 cores do arco-íris, cada um com sua qualidade, trazendo elementos importantes para a construção de um todo.

Compreendendo o elemento FOGO como o primeiro movimento criativo, traz o calor da concepção e da gestação, entendendo que é desse momento que a vida brota, é o gérmen em potencial. Nesse contexto é concebido o Ato 1 e o Ato 2.

Vermelho Carmim - Ato 1 - *Semente - gestando o movimento* vem embebido em uma metáfora de narradora, onde explicito a minha relação com o Território, o contexto que me estimulou a pensar e agir a partir do sentimento vivenciado e das relações construídas nessa região e o processo de concepção e gestação da presente dissertação.

Vermelho zinabre - Ato 2- *Todo Ponto de Vista é a Vista de um Ponto: Uma possível visão do território*, busco situar no espaço-tempo as questões socioambientais da região contextualizando o processo de criação da Resex do Cassurubá, os atores e os conflitos de interesse sobre o Território.

O AR, o VENTO, traz a qualidade do *insight*, a iluminação, o sopro da vida, é o lugar onde o caminho do pensar são sonhados, experimentados, os campos emergentes. O ar traz o sopro da vida, está no âmbito do pensamento, nas asas das aves. É embebida dessas imagens que eu organizo outros dois Atos:

⁴ São eles: FOGO; AR, ÁGUA E TERRA. As características dos elementos tiveram como inspiração Kaplan (2005,p 108 -113).

Amarelo Ato 3 – *Transitando pelo Universo do Movimento das Reservas Extrativistas: do seu processo de Criação á Gestão*. Tem como proposta ressaltar o contexto e o momento histórico da criação das Reservas Extrativistas e seu contraponto na conservação ambiental.

Laranja Ato 4 – *Dialogando com os Campos Emergentes de Possibilidades* busco trazer a contribuição dos autores que convidei para o diálogo. Perceber e compreender a necessidade de superação do pensamento cartesiano e os processos que criam as invisibilidades. Em contraponto quais são os cenários na construção de caminhos que possam dar conta da diversidade e complexidade do tempo presente.

A ÀGUA, como diz o ditado popular, *água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*. Nesse sentido que trago a qualidade da água, da força das marés, que circula e traz movimento. A água rompe a rigidez do velho, é o próprio processo, é capaz de prevalecer sobre aquilo que é muito forte. Dessa forma a água precisa encontrar fissuras para permear, adquire a forma de espiral, dançando frente aos obstáculos, além de poder juntar o que foi dividido, de dissolver. A água favorece o surgimento do caos, para que a ordem se rompa e seja reformada. Também é caminho. Dá espaço para que a vulnerabilidade e a humildade encorajem o organismo a se abrir novamente.

Permeada pela força da água, do movimento, da dissolução, do caminho construído, apresento o próximo ato:

Verde - Ato 5 - *O Teatro do Oprimido – Dialogando com sua ética e estética, contextos de uma metodologia integrativa*. Nesse ato apresento as bases da proposta estética do Teatro do Oprimido, reconhecendo que existem muitas estéticas e todas de igual valor. Traz como contribuição que existe o pensamento simbólico e o sensível. Não pensamos somente com palavras, pensamos com sons e imagens. Nesse contexto o pensamento sensível que produz a arte e a cultura é essencial a libertação dos Oprimidos, ampliando profundamente sua capacidade de conhecer.

Azul Prussia - Ato 6 - *Teatro do Oprimido na Gestão Socioambiental – ensaiando possibilidades emergentes* trago as experiências vivenciadas ressaltando as

fortalezas, as limitações, as necessidades de avanço, ou seja, o processo do caminho percorrido como uma possibilidade emergente, que surge em potencial.

A TERRA. O impulso que nós dá asas pra voar deve ser conectado à terra, do contrário ficamos com a cabeça nas nuvens. A terra é dura e resistente, sólida e formatada, onde a fundação e o alicerce emergem. É algo com que se possa construir dar forma, moldar os conceitos, possibilitar que as idéias se manifestem permitindo que o novo torne-se algo substancial. Permite que o processo criativo se materialize em algo que possa ser visto tocado, produzido, compartilhado com outros que não fizeram parte do processo. Gera um novo produto, serviço, novas formas de comunicação, novas práticas.

Nesse sentido, com as forças da terra é que o último capítulo foi moldado. Ao mesmo tempo em que encerra, abre e expande ao público, como no Teatro - Fórum⁵ de Augusto Boal, onde os espectadores podem virar os *espec-atores*, para isso basta entrar em cena, e ensaiar os caminhos possíveis.

Violeta – *Teatro do VIR a SER: Limites e Potencialidades para a Gestão Participativa na Resex do Cassurubá*. Nesse Ato final faço as considerações finais apontando caminhos possíveis, ressaltando os limites e potencialidades para inserção do TO no processo de gestão socioambiental da Resex do Cassurubá.

⁵ Teatro Fórum – técnica criada por Augusto Boal, na dec. de 60, que buscava uma forma de democratizar o teatro e colocá-lo a serviço do povo. Essa técnica pressupõe a construção de uma cena, baseada nas histórias de conflitos e opressões de determinado grupo, que apresentam para o público de forma que esses *espec-atores* possam intervir na história e mudar o final, apontando caminhos possíveis para a resolução ou encaminhamento do conflito/opressão (BOAL, 2005).



CHAMAS. *Técnica: aquarela. Erika de Almeida*

FOGO (ATOS 1 e 2)

Ato 1. A SEMENTE – gestando o movimento

O caminho percorrido por essa dissertação tem consciência histórica, trazendo a memória do processo de criação da Resex do Cassurubá para dialogar com o presente, apontando o arcabouço do Teatro do Oprimido como uma trilha possível para caminhar junto com a comunidade local da Reserva em busca de ampliar a cultura da participação social e assim as transformações sociais.

De acordo com Minayo (2002), o objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações são específicas. Nesse viver o presente são marcadas pelo passado, projetando para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social.

Nesse momento me incluo como observadora participante desse processo e valorizo nesse primeiro ato o processo de concepção, gestação e nascimento dessa proposta, ou seja, o histórico, a justificativa, os objetivos e a metodologia desse trabalho.

1.1 A concepção

Minha formação em Oceanografia deu o suporte para tentar entender a Zona Costeira, os oceanos e suas complexas interações. Porém, foi no contato com as comunidades costeiras que consegui incorporar mais sobre essa dinâmica teia de relações que ocorre, não só no campo das Ciências Naturais. Abrange diversas linguagens, culturas, saberes e sabores. Esse processo de resignificação vem desde a participação nas atividades de educação ambiental do Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental (NEMA), em Rio Grande - RS, depois já na Bahia com o

Movimento Cultural Arte Manha⁶, com a luta para a criação da Resex do Cassurubá e contra o mega empreendimento de criação de camarão chamado COOPEX a partir de 2005.

Descobrimo minha vontade de atuar junto às comunidades costeiras, fui trilhando minha formação na área de educação ambiental e re-significando esse percurso, buscando aprender técnicas, metodologias, ferramentas, além de despertar em mim, habilidades que me auxiliassem no trabalho de mobilização, sensibilização e interação com as pessoas.

Desde 2002 quando cheguei para trabalhar em Caravelas, extremo sul da Bahia, recém-formada, encantei-me pelo território. O trabalho foi no Instituto Baleia Jubarte (IBJ), na equipe de educação ambiental. Nas atividades de planejamento da II Semana Cultural da Baleia Jubarte⁷, conheci Dó Galdino do Movimento Cultural Arte Manha e tivemos uma boa sintonia para o desenvolvimento das atividades da Semana, despertando meu interesse para conhecer mais das ações do grupo.

Aos poucos fui conhecendo mais do trabalho do Arte Manha, os outros membros do grupo e tentando entender a complexidade e simplicidade que atuam com a arte e na valorização da cultura afro-indígena. Essa compreensão foi possível através do meu envolvimento nas atividades do grupo, apoiando a construção de projetos, conhecendo suas realidades, sonhos, história, fortalezas, limitações e potencialidades. Aos poucos fui me engajando ao movimento e me envolvendo na grande família do Arte Manha que me despertou para escolher a cidade de Caravelas como um lugar para ancorar minhas raízes.

⁶ O Movimento Cultural Arte Manha nasceu no processo de resistência às questões de afirmação sociais e étnicas em Caravelas, atuando com políticas culturais. Envolve a linguagem artística como a dança, teatro, música, esculturas, decoração, valorização da estética afro-indígena, poesia, literatura, áudio-visual, dentro de uma perspectiva de agregação familiar.

⁷ Essa semana foi provocada pelos membros do Arte Manha ao IBJ em celebração a temporada das baleias jubarte na região dos Abrolhos, unindo atividades de educação ambiental, mobilização social e atividades artísticas culturais, valorizando os grupos da cultura popular da região. A baleia jubarte é uma espécie ameaçada de extinção que vem para as águas quentes e pouco profundas da região de Abrolhos para o nascimento dos filhotes e reprodução. Essa população se encontra em recuperação devido aos esforços de conservação na região e da proibição da caça. Vale ressaltar que Caravelas foi uma importante área de caça de baleias da costa brasileira.

Uma das características que muito me cativou no grupo é sua ética e estética, seu histórico de resistência, o jeito de fazer, a forma de se relacionar e pensar as questões socioambientais e sua relação com a arte e com a cultura, além das suas “arte manhas” para atuar na construção de cenários possíveis de transformação social no presente.

A proposta de criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável na região, a Resex⁸ do Cassurubá, surgiu em 2003⁹ partindo das solicitações de marisqueiras, extrativistas e pescadores preocupados com a ação de catadores de caranguejo vindos de outras regiões. Essa foi uma forma de tentar garantir o direito dessas comunidades extrativistas ao seu território.

Além da ação de pessoas de outras regiões extraíndo os produtos locais para fins de comércio, utilizando-se de práticas abusivas e predatórias, outro grande desafio que a comunidade enfrentava, era a proposta de implantação na região do maior projeto de carcinicultura (criação de camarão) do país, da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex).

Com a divergência de interesses entre a criação da Resex e a instalação do projeto de carcinicultura que nasce esse conflito na região e marca a história de Caravelas. Ao mesmo tempo um conflito e por outro lado, uma possibilidade de fortalecimentos dos movimentos, de novas articulações, que ao longo do texto irei explicitando, trazendo à luz as reflexões no contexto da dissertação.

Em 2006, mesmo imersa nas lutas socioambientais da região, resolvi aceitar uma proposta de trabalho na cidade de Salvador e re-significar minha relação com Caravelas. Morando em Salvador, mantinha uma contínua proximidade com as lutas socioambientais de Caravelas, em prol da criação da Resex, e na emblemática luta

⁸ A política de Reserva Extrativista emerge na década de 90, na floresta amazônica, com a luta dos seringueiros que tem Chico Mendes como uma importante liderança do movimento. Essa luta era principalmente pelo direito de uso de seus territórios, numa perspectiva de que os homens e mulheres da floresta precisavam da floresta para sobreviver. As Reservas Extrativistas hoje são consideradas Unidades de Conservação Federal e ficam sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio.

⁹ Em 16 de outubro de 2003, foi protocolado pelo Gabinete da Câmara de Vereadores de Caravelas, um abaixo-assinado da Associação dos Moradores Ribeirinhos de Caravelas, solicitando que a Câmara, juntamente com outros órgãos competentes, iniciasse o processo de discussão para criação e implantação da Reserva Extrativista nos Manguezais de Caravelas. (NICOLAU, 2007)

contra a carcinicultura, principalmente através do contato com os integrantes do Arte Manha e com lideranças do segmento da pesca que participavam ativamente nesse processo.

Em Salvador, participei ativamente nas articulações políticas com os órgãos públicos estaduais e federais, em prol da Resex e contra a Coopex, articulada pela Coalizão SOS Abrolhos¹⁰. Em agosto de 2006 no Ceará, participei do **“Seminário - Manguezal e Vida Comunitária, os impactos da carcinicultura nas comunidades”** e pude conhecer mais de perto os impactos da carcinicultura nas comunidades e ecossistemas costeiros.

Assim, minha relação com a comunidade e com as suas lutas foram intensificadas ao longo dos anos, participando ativamente das questões do território e apoiando os intercâmbios para as lideranças participarem das reuniões que diziam respeito as suas lutas e conquistas de espaço e território, em Salvador. Nessa trajetória fui conhecendo mais sobre o papel do gestor socioambiental e tentando, através do mestrado, dialogar e integrar o campo das artes e sua estética com a gestão de unidades de conservação.

O Encontro no Ceará além de provocar uma motivação pessoal para reforçar meu engajamento socioambiental foi um importante espaço de reafirmação da necessidade de nos organizarmos em rede, fortalecendo a criação da Rede Mangue Mar Brasil (RMMB)¹¹ em 2007 no encontro em Acupe, Bahia.

Conheci a proposta do Teatro do Oprimido, em 2002, no 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, me despertando para aprender mais sobre essa técnica. A partir dessa vontade de conhecer mais sobre o TO procurei participar de algumas

¹⁰ Grupo de instituições socioambientais, institutos de pesquisas, pesquisadores e militantes que se organizaram na defesa dos ecossistemas associados ao Banco dos Abrolhos contra o petróleo primeiramente, depois nos embates contra a Coopex e a favor da criação da Resex. O grupo teve papel importante na articulação política e no campo jurídico no embate dessas atividades na região.

¹¹ Rede de articulação formalizada em 2007, entre instituições de assessoria, pesquisadores comprometidos com a causa e comunidades costeiras em defesa da cultura dos povos do mar e do mangue e da zona costeira. Surge a partir da necessidade de se fortalecer a articulação dos grupos que estavam engajados na defesa do território costeiro dos grandes empreendimentos e das atividades altamente impactantes como a carcinicultura, e no fortalecimento na luta pela criação das Reservas Extrativistas Marinhas.

oficinas que me possibilitassem experimentar, uma delas em Caravelas, no Movimento Cultural Arte Manha. Em 2008, surgiu a possibilidade de participar do curso de formação de multiplicadores do Teatro do Oprimido - **Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto**¹², ocorrido em Salvador.

Esse curso me mobilizou forças internas importantes para despertar novas metodologias de trabalho com comunidades e principalmente envolvendo a arte como linguagem. Durante o curso minha cabeça borbulhava de idéias, pensando em lugares, comunidades e possibilidades de aplicar as técnicas do TO e do Teatro Fórum.

Estava em uma fase da vida ainda descobrindo potencialidades e cada vez me encantando pelos movimentos da cultura popular. Engajada com as atividades do Movimento Cultural Arte Manha que tanto me inspirava na convivência, na construção coletiva fundamentada na arte, no fortalecimento da identidade, das raízes, na valorização das relações e no desenvolvimento humano.

O fio da memória quando começa a desenrolar puxa muitas histórias. Nesse sentido relembro as motivações encontradas na minha trajetória que contribuíram na concepção dessa proposta trazendo força e clareza para olhar pra frente e intuir possibilidades de cenários possíveis de intervenção.

Em janeiro de 2009, fui provocada pela pesquisadora Cecília Mello a integrar a proposta de fortalecer a valorização da ética e cultura do manguezal e seu povo, através da pesquisa que estava desenvolvendo sobre a avaliação de equidade ambiental¹³. Nesse momento convivemos alguns dias com a comunidade ribeirinha da Miringaba, para levantar e mostrar o potencial que o mangue tem, visto que essa comunidade tem no manguezal sua fonte de sustentação, numa relação imbricada com esse ambiente.

Nessa época ainda não havia sido criada a Resex do Cassurubá, os trabalhos de mobilização estavam meio adormecidos e ainda havia possibilidade da instalação do

¹² Projeto do Ponto de Cultura do Centro Teatro do Oprimido (CTO) que tinha como objetivo disseminar o Teatro do Oprimido promovendo cursos de formação de multiplicadores no Brasil, Moçambique e Guiné-Bissau. Participei representando a Rede Mangue Mar Bahia, com a provocação de fazer a multiplicação nas comunidades costeiras da Bahia em que a rede atuava.

¹³ Pesquisa que a antropóloga Cecília Mello estava desenvolvendo sobre a avaliação de equidade ambiental com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

maior empreendimento de carcinicultura (monocultura de criação de camarão) na região. O contraponto escolhido para fortalecer o movimento em defesa dos manguezais e do povo que vive nesse ambiente foi ressaltar a importância do manguezal para essas comunidades, na sua cosmovisão.

Foi lá na comunidade da Miringaba, conhecida como o povo do *Maneu D'Adeu*, que Pedrinho, uma das lideranças locais, que já havia participado de várias reuniões da RMMB e se envolvido no movimento em defesa da criação da Resex do Cassurubá, seu território, nos contou sobre sua vida com o mangue. Falou do viver na roça, da sua relação de trabalho com a terra, sua experiência na cidade, sua percepção sobre seu processo de viver na cidade e na roça, sua participação no movimento de criação da Resex, suas atividades de intercâmbio e sua visão sobre os impactos desses grandes empreendimentos nas comunidades que ele visitou.



Figura 1. Atividade tradicional de construção das casas - embarreiro na comunidade da Miringaba. Atividade coletiva, onde todos da família e amigos se envolvem em um mutirão de construção. Fonte: Erika de Almeida.



Figura 2. Marujada de Cosme e Damião – manifestação da cultura tradicional da comunidade da Miringaga. Fonte: Erika de Almeida.

As vivências, durante esses dias, foram registradas no intuito de se produzir um documentário que intitulamos primeiramente *O que é que o Mangue tem* e que hoje ficou como *Os Encantes do Mangue*. Nessa época já havia sido lançado o filme de ficção *Não Mangue de Mim*¹⁴ produzido pelo movimento de comunicação popular local que já estavam com as “artemanhas” e se empoderando na produção áudio-visual.

Também tivemos a oportunidade de nos relacionar com as crianças do lugar que lindamente nos deram uma aula sobre o manguezal, resultado da sua lida diária acompanhando os pais e da transmissão oral de suas tradições.

Durante esse trabalho, inserimos a metodologia do Teatro do Oprimido buscando levantar as questões de conflitos sob o olhar das crianças e jovens, filhos dos moradores da futura Reserva Extrativista do Cassurubá. Dessa forma, passamos uma semana, saindo para o mangue pela manhã e a tarde fazendo a oficina de TO, com as crianças na escola Almir Santana, construindo histórias para no domingo dia 08 de fevereiro na Praça da Olaria, apresentar as cenas no Teatro Fórum.

¹⁴ Filme produzido pelo Arte Manha que mostra as formas das comunidades se relacionarem com o território, sua cultura, religiosidade, autonomia e liberdade e as freqüentes pressões que sofrem pelos empresários que utilizam de diversas estratégias para persuadir essas comunidades e tentarem pagar pelo seu espaço de construção física e simbólica da sua história de vida.



Figura 3. Atividade do Mosquito Africano, Oficina do TO, Escola Municipal Almir Soares, Caravelas.
Fonte: Jaco Galdino



Figura 4. Saída para o manguezal com as crianças da oficina. Lá tivemos uma aula com elas sobre manguezal. Fonte: Jaco Galdino

Como todo processo de gestação estava vivendo mudanças profundas, e foi nesse momento que a realização dessa oficina me despertou a vontade de voltar para Caravelas, criar meu filho e continuar meu trabalho me envolvendo mais de perto com as comunidades costeiras.

Com os pensamentos de voltar para Caravelas, surgiu uma vaga para Coordenação em Educação Ambiental do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o

qual fui selecionada. Na minha percepção o presente projeto foi concebido enquanto gérmen nessa volta para Caravelas e nessa oficina com as crianças do Bairro Novo, filhas e filhos do Povo do Mangue.

1.2 A gestação

Voltei para Caravelas em março de 2009, depois de participar da organização do segundo encontro da Rede Mangue Mar Brasil, em São Luís do Maranhão, onde fiz a transição da secretaria, já que iria entrar em licença maternidade em breve, mas continuei acompanhando o movimento, agora mais de perto, do processo da Resex do Cassurubá. Foi nessa chegada, assumindo a coordenação de Educação Ambiental do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em parceria com a Associação de Estudos Costeiros e Marinhos - Ecomar, que esse projeto foi amadurecendo.

Fazia parte da Coalizão SOS Abrolhos e desde minha chegada à região, continuei participando das mobilizações em prol da criação da Resex do Cassurubá, agora mais de perto, no nível mais local. Em junho de 2009, às vésperas da Semana do Meio Ambiente, recebemos a notícia de que a Reserva Extrativista de Cassurubá seria criada no dia 05 de junho, dia Mundial do Meio Ambiente, e para isso o presidente Lula, viria pessoalmente na região assinar o decreto de criação.

Como estava imersa nos processos da Resex e por estar trabalhando junto a equipe do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio¹⁵), minha orientadora Maria Suzana Moura me provocou a assumir a proposta de escrever sobre essa minha prática, aproveitando e dialogando sobre essa vivência.

¹⁵ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). É responsável pela administração das unidades de conservação federais além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade em todo o Brasil. Surgiu de um desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), anteriormente responsável por tais atribuições (BRASIL, 2007).

Ao mesmo tempo em que foi uma vitória a criação da Unidade de Conservação (UC), nesse momento havia uma dormência na mobilização junto às comunidades da Resex, depois de muitos esforços de atuação junto às comunidades e nas articulações políticas e jurídicas que se deram em torno do movimento em prol da criação de Cassurubá, o que representava um desafio no seu processo de implantação.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (MMA/SBF, 2006), a orientação é: após a criação da UC, o gestor da unidade deve buscar em parceria com as comunidades da Resex, poder público e parceiros, implementar os principais instrumentos de gestão socioambiental como o **Conselho Deliberativo e o Plano de Manejo**. Nesse sentido a mobilização da comunidade para o entendimento do seu papel na participação é fundamental.

A partir das primeiras reuniões da Resex, entendendo o histórico do movimento de criação da unidade e suas fragilidades e percebendo a necessidade de fortalecer e estimular a participação social das comunidades no processo de implantação da Resex, me senti provocada em pensar metodologias que pudessem facilitar o diálogo e estimular a mobilização e participação social dessas comunidades.

A escolha do tema estava permeada pelas minhas inquietações e impregnada pelas minhas dimensões ideológicas. Nesse sentido, convidei para o diálogo o trabalho da prof^a. Valeria Giannella (2009), que traz o conceito de metodologias não-convencionais como um campo em experimentação de algo que estamos construindo no presente, entendendo que precisamos ousar para não ficarmos amarrados às nossas limitações paradigmáticas. Gianella ressalta que:

“... Falamos, há quase duas décadas, de inclusão e participação, mas nossos métodos e técnicas ainda privilegiam, evidentemente, os que sabem, os que dominam os códigos da racionalidade linear e instrumental, os que tem poder (de informação, de fala e de oposição). Ignoramos que essas formas de expressão são apenas uma parte limitada de nossas possibilidades expressivas enquanto humanos, e que é preciso se re-apropriar de outras formas que o paradigma convencional nos levou a esquecer” (GIANELLA, 2009 p.15).

É com esta referência que a dissertação foi gestada, tendo como pergunta de partida “Quais as possibilidades para inserção da metodologia do TO na Gestão da Reserva Extrativista do Cassurubá?” Com base nessa questão estabeleci como objetivo geral: Refletir sobre os desafios e apontar caminhos para a inserção da metodologia do TO no processo de implementação da Resex do Cassurubá e como objetivos específicos:

- Explicitar as contribuições e lições do processo de mobilização comunitária da criação da Resex do Cassurubá;
- Analisar as potencialidades e limites do TO como uma metodologia apropriada à gestão socioambiental e a formação de gestores (as) sociais;
- Desenvolver uma proposta de inserção do TO na gestão da Resex do Cassurubá;

1.3 As Escolhas Metodológicas

Esta dissertação foi tecida na perspectiva da pesquisa ação participante. De acordo com Brandão (2005), a pesquisa participante tem alguns princípios de ação que lhe sustentam. Sendo assim, resalto alguns pontos importantes que permearam minhas ações: 1) situar-se numa realidade social, valorizando as integrações e interações que compõe o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social; 2) partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo; 3) inserir e contextualizar a dimensão histórica; 4) atuar na perspectiva de uma relação *sujeito - sujeito*, premissa de que todas as pessoas e culturas são fontes de saber, o científico e o popular se articulam criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador; 5) buscar a unidade entre teoria e prática; 6) o processo e os resultados interferem nas práticas sociais; 6) a investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. (BRANDÃO, 2005)

De acordo com Brandão (2005), a valorização da dinâmica das relações e dos processos envolvidos na investigação é importante na reconstrução do passado, no olhar entre o presente e o futuro. Nesse intuito de trabalhar a dimensão sócio-histórica explícito o meu lugar de pesquisadora inserida em um território específico e envolvida com a criação da Resex do Cassurubá e com os alguns grupos de moradores. A minha história de vida se relaciona com o meu campo de pesquisa a partir do momento que busco dialogar com minhas ações, minha vida profissional e reflexionar sobre essa prática, tentando dinamizar a complexa relação entre reflexão e prática.

No caminho procurei conhecer experiências que relacionavam a gestão e a metodologia do Teatro do Oprimido. Nesse momento tive referência do trabalho que Iaci Szajnweld (Iaiá Floresta)¹⁶ estava desenvolvendo no âmbito do ICMBio, com os conselhos de unidades de conservação de uso sustentável vinculado ao projeto Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia (OCCA).

Desse encontro com Iaiá Floresta nasceu a possibilidade de dialogar com sua experiência para tentar perceber o potencial e as limitações encontradas na sua prática, além de me motivar a seguir nesse foco de pesquisa.

O recorte de experiência que subsidia o presente trabalho tem como base a referência do trabalho de Iaiá Floresta integrando a formação de gestores sociais e o Teatro do Oprimido e o outro campo de referência a oficina laboratório do Teatro do Oprimido que foi desenvolvida com o grupo de trabalho - GT¹⁷ da Resex do Cassurubá, na perspectiva de grupo focal.

Nesse contexto, a trilha percorrida foi integrar o processo de sistematização sobre o território e a mobilização para a criação da unidade, dialogar com as experiências de TO no âmbito da gestão em unidades de conservação e a partir desses elementos, apontar os caminhos para a inserção da metodologia do TO no processo de

¹⁶ Iaci Szajnweld de Menezes, conhecida como Iaiá Floresta em seus trabalhos e como me pediu para fazer referência nesse trabalho. Servidora do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade e foi responsável por facilitar e incluir o TO nessas oficinas de capacitação do Projeto OCCA.

¹⁷ O grupo de trabalho foi formado na segunda reunião da Resex do Cassurubá, seguindo a IN n^o 2 do ICMBio, de forma a esse grupo auxiliar do planejamento e mobilização para a formação do Conselho Deliberativo.

implantação da Resex do Cassurubá, reconhecendo suas limitações e revelando as potencialidades.

Para levantar as contribuições e lições do processo de mobilização comunitária da criação da Resex do Cassurubá, tive como base a minha experiência vivencial dos fatos, os relatórios das atividades de mobilizações produzidos por consultores da Conservação Internacional e do Movimento Cultural Arte Manha, dos artigos produzidos pela Antropóloga Cecília Mello e Omar Nicolau.

Como proposta de interpretação qualitativa, busquei me guiar pelo método hermenêutico - dialético (MYNAIO,1992). Essa proposta tem como pressupostos que não há consenso e nem ponto de chegada ao processo de construção do conhecimento, que a ciência se constrói em uma relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta e que os resultados constituem-se em uma aproximação da realidade social que não pode ser reduzido a nenhum dado de pesquisa (MYNAIO, 2002).

Essa interpretação qualitativa foi realizada em dois níveis:

1) O das determinações fundamentais: o contexto sócio-histórico da criação da Resex; a relação da pesquisadora com o Território; a experiência prática e história de vida da pesquisadora em relação ao tema proposto e os autores convidados para o diálogo compondo o arcabouço teórico como Milton Santos, Marilena Chauí, Boaventura Sousa Santos, Valéria Giannella, Claudia Cunha, Augusto Boal.

2) O encontro com os fatos surgidos durante a investigação: a realização da Oficina Laboratório de TO com o grupo de trabalho da Resex, o diálogo com a experiência de Iaiá junto a projeto OCCA¹⁸ na capacitação de metodologias participativas com o foco em conselhos deliberativos das Resex e

¹⁸ Projeto de Gerenciamento e Capacitação em Reservas de Uso Sustentável na Amazônia.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável¹⁹ e o processo de implementação da Resex do Cassurubá.

Todos esses elementos formaram o conjunto para análise, a partir de recortes que foram orientados pelos objetivos da dissertação.

O Embasamento teórico do Teatro do Oprimido enquanto uma metodologia integrativa, não convencional, apropriada à gestão socioambiental, tem como referência o trabalho de Gianella (2009), associado ao de Boal (2009), Boal (2005), Freire (1994) e Santos (2004).

O desafio nesse momento era romper o tempo linear imposto pelos prazos, tanto da dissertação, quanto do processo de gestão da unidade. Inspirada em Santos (2004), que propõe que o tempo presente seja expandido e o futuro diminuído, busquei aprofundar as reflexões dessa dissertação.

De acordo com SANTOS (2004) para ampliar o tempo presente:

“...proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço - tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências” (SANTOS, 2004, p 779).

Seguindo a proposta de Santos (2004), quando explicita nossa emergência em ampliar o presente através da sociologia das ausências, criticando as lógicas que atuam para a negação e diminuição do presente, como a lógica da escala dominante e da produção da inexistência, nos mostra que as entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global.

¹⁹ Reserva Extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são categorias de unidade de conservação de uso sustentável e possuem como um de seus instrumentos de gestão um conselho deliberativo, em contra-ponto aos conselhos consultivos modelos das outras categorias de unidade de conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA\SBF, 2004).

Nesse contexto, tanto a Reserva Extrativista quanto o Teatro do Oprimido, enquanto metodologia não convencional, ainda precisam de espaços no presente para reafirmarem seus potenciais. Dentro da lógica dominante que a todo tempo pretende invisibilizar práticas que já acontecem, criando ausências com sua influência dominadora da cultura, da homogeneização e do anonimato, criando monoculturas do saber, do ser e do existir.

Ato 2. TODO PONTO DE VISTA É A VISTA DE UM PONTO: UMA VISÃO POSSÍVEL DO TERRITÓRIO

A proposta deste capítulo é de situar no espaço-tempo, as questões socioambientais da região contextualizando o processo de criação da Resex do Cassurubá, os atores e os conflitos de interesse sobre o território.

O lugar escolhido para ser foco da pesquisa está na zona costeira do Extremo Sul da Bahia, banhado pelos manguezais entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa, pelo mar que dá acesso a Abrolhos e que abriga a principal área de biodiversidade marinha do Atlântico Sul.



Figura 5. Mapa da região do Banco dos Abrolhos – ressaltando as Unidades de Conservação Federais e Estaduais, bem como o limite dos municípios. Fonte: MMA, 2009, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Conduta Consciente em ambientes marinhos.

Nessa região encontra-se um importante mosaico de áreas protegidas, o Parque Nacional do Descobrimento, abrigando uma representatividade da grande biodiversidade da Mata Atlântica, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia e a Reserva Extrativista do Cassurubá, criada em junho de 2009.

2.1 Transitando pelo passado...

Descrever esse território é falar de vida e de cultura, de história, de colonização e de conflitos. É nesse território, terra dos tupinambás, tupiniquins, botocudos, pataxós, dentre outros povos indígenas, que desde o processo de colonização vem sendo transformado.

As populações indígenas que habitavam a região distribuíram-se irregularmente entre a costa e o interior. Toda a costa estava ocupada por grupos pertencentes ao tronco lingüístico tupi, que formavam grandes aldeias e viviam daquilo que a natureza fornecia da pesca e da agricultura primitiva (KOOPMANS, 2005)

Durante séculos a região foi uma moradia livre desses povos. Desde os primeiros instantes após a chegada das tropas portuguesas no litoral da Bahia, com o objetivo de apropriar-se das riquezas e bens naturais, travaram-se relações de violência, colonizadores e os indígenas. A necessidade de ocupação e tomada do território, as crescentes explorações dos recursos naturais da terra, principalmente o pau-brasil, o desenvolvimento de plantações, a expulsão dos povos indígenas e sua escravização geraram grandes conflitos em decorrência dessa forma de ocupação do território.

Para assegurar esse empreendimento, necessitavam proteger suas terras conquistadas, ou melhor, usurpá-las, criando as primeiras nucleações urbanas que tinham caráter administrativo, militar e religioso que iam de Belmonte até Mucuri. Esses núcleos eram todos ligados pelo mar e tinham sempre uma entrada pelo interior, através dos rios.

O povoado de Caravelas foi elevado a Vila em 1700, ganhando o nome de Santo Antônio do Rio das Caravelas. Segundo relatos do Coronel José de Almeida Soares, morador local que há anos vem estudando a história da região:

...“O primeiro núcleo de colonização portuguesa de Caravelas instalou-se na Ilha do Cassurubá, local que nos idos 1500 era conhecido pela sua terra fértil e árvores majestosas. Os portugueses só saíram de lá por causa da quantidade de piratas e corsários que trafegavam na região com o objetivo de tomar a enorme carga de pau-brasil que nela existia. Sofrendo constantes

ataques, os portugueses buscaram um lugar mais protegido. Em 1571 construíram a capela de Santo Antônio na atual praça matriz, dando origem a vila de Caravelas. Fica a lembrança que na língua tupi a palavra Cassurubá significa “Terra de grandes árvores para construir canoas”. Ca: árvore , Assu: grande, Uba: canoa. ” (SOARES, 2009, pag. 10)

O movimento da ocupação das terras cresceu, sobretudo a partir da primeira década do século XX, quando se instalou as lavouras de cacau, que tinham alto valor e procura crescente, penetrando na região do Extremo Sul da Bahia, principalmente nas margens dos grandes rios. O avanço das ocupações foi efetivado pelos chamados “posseiros”, resultando lutas e demandas disfarçadas, quase sempre em rivalidades políticas. O alto valor da madeira nobre também “convidou” madeireiros, em conjunto com os criadores de gado que vieram de Minas Gerais e Espírito Santo. (KOOPMANS, 2005)

No ano de 1856, Caravelas recebe o título de município de maior produção de café, e segundo Ralile (2006) também produzia cacau e farinha. Em 1882, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Bahia Minas, com 142 km de extensão, saindo da estação central em Ponta de Areia, Caravelas, em direção a Minas Gerais. Ao final da construção a Estrada que ligava Bahia a Minas tinha 578 km, de Ponta de Areia até Araçuaí. Essa estrada movimentou o comércio entre as regiões do litoral e interior, num grande movimento de exportação de nossas riquezas

Na primeira metade do séc. XX, considerada como tempo de fartura e simplicidade, Caravelas já era o centro econômico e político da região, influenciado pelo intenso movimento comercial decorrente a estrada Bahia–Minas, que terminava no povoado de Ponta de Areia. A estrada de ferro simbolizava a relação entre o mar e o interior (KOOPMANS, 2005).

A região também teve uma importante contribuição na atividade de caça às baleias, segundo os relatos descritos por Ralile (2006), o óleo produzido era empregado na iluminação, lubrificação e fabricação de argamassa. Até meados de 1929, quando foi abatida a última baleia em Caravelas, as ruas da cidade eram iluminadas por lampiões a

base de óleo de baleia e querosene, além de muitos casarões e a Igreja também tenha sido construída a base desse óleo.

A economia da região era baseada no trabalho escravo, principalmente na lavoura do café, e com a abolição foram diminuindo gradativamente. Caravelas foi perdendo o lugar de destaque que ocupara por longos anos entre os municípios mais prósperos da Bahia. Ao mesmo tempo, outro fator que contribuiu para esse declínio foi a politicagem desenfreada que envolveu os habitantes, em especial, o que encontraram na política “*o único meio de saciar os seus instintos escravagistas*”(KOOPMANS, 2005, p.33).

“... *Caminho de Ferro, mandaram arrancar... Maria Fumaça não canta mais*”, esse trecho da renomada, música de Fernando Brandt e Milton Nascimento, em homenagem a Ponta de Areia, remete à extinção da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), que em 1966 foram arrancados os trilhos e máquinas da ferrovia, deixando tudo arrasado e em completo abandono (RALILE, 2006).

Uma parte desse território foi sofrendo fortes influências dos grandes ciclos econômicos, desde o processo de colonização, pau-brasil, café, cacau, baleia, madeira, gado. Na década de 70 uma forte influência da exploração de petróleo e a chegada das grandes empresas de celulose, gerando fortes transformações, ocupando terras férteis, expulsando os produtores locais, redesenhando o território. Suzano, Bahia Sul Celulose, Aracruz Celulose, atual Fibria, empresas que foram aos poucos e constantemente implantando a monocultura do eucalipto e trazendo toda suas mazelas e concentração de riquezas.

Mesmo se tratando em Zona Costeira não é possível dissociar a influência da monocultura do eucalipto para essa região. Hoje o município de Caravelas tem mais de 70% de seu território com plantio de eucalipto, avançando fortemente e pressionando os limites do manguezal e dos apicuns. Nesse contexto de monocultura, perda de solos férteis e terras agriculturáveis, houve uma grande migração da população do interior para a zona urbana, sede do município.

A região também já teve seu momento de pico de visitação de turistas com o turismo ambiental, com um grande crescimento no período de 1988 a 1995, principalmente pelas atividades de mergulho e mais recentemente pela presença das baleias jubarte (MORETE et. al., 2000), voltado a conhecer as belezas naturais da área do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a primeira unidade de conservação marinha de proteção integral que foi criada em 1983 (BRASIL, 1983).

Na Zona Costeira temos uma forte cultura da pesca artesanal, um manguezal povoado pelos ribeirinhos extrativistas que recentemente estavam com seu território ameaçado pela possibilidade de implantação do maior empreendimento de carcinicultura do Brasil que seria instalado no manguezal dessa região.

Mello (2006) traz a reflexão sobre os ciclos econômicos e que os tempos de crescimento econômico não representaram melhoria na qualidade de vida da população como um todo. A prosperidade sempre foi muito mal distribuída. Se formos refletir, desde o processo de colonização até os dias atuais, a questão da distribuição não foi equacionada, aliás, só aumentou, principalmente com a constante perda de território das populações por conta da chegada da monocultura do eucalipto.

Koopmans (2005) faz uma importante observação, a partir da lógica da propaganda das empresas que prometiam mais empregos, mais construções de escolas, postos de saúde, hospitais, estradas, ressaltando que:

“... a ausência e a omissão do Estado nos setores públicos, como saúde, educação, faz com que as pessoas comecem a sentir falta dos direitos constitucionalmente garantidos e transfere esse seu sonho justo, para aquele que, não somente captou esse sonho do povo, mas também fomenta o mesmo através de sua propaganda. A propaganda das empresas e o sonho justo de um povo esquecido e roubado dos seus direitos principais de ter uma vida digna, se encaixam e constituem um casamento perfeito” (KOOPMANS, 2005, pag. 65).

2.2 O conflito

Os que lutam

*"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis."*

Desde 2002, quando cheguei à cidade de Caravelas, ouvi comentários sobre uma possível vinda de fazendas de camarão, na época existia um sitio eletrônico com o nome de *SULBACAM* que mostrava as intenções do empreendimento e convidava possíveis adeptos ao investimento. As intenções da criação de uma unidade de conservação de uso sustentável também já eram pauta no Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas ainda não se sabia se Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Reserva Extrativista.

Depois desse momento só ouvi novamente esses temas em 2005, já perto da audiência pública da Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex). De acordo com Nicolau (2007) que fez um levantamento da cronologia relativo a essa temática, a proposta de criação de camarão chegou à região de Caravelas em junho de 2002, quando o chefe substituto do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Sr. Ulisses Scofield, solicitou, através do memo 033/02 de 11 de junho, ao então Coordenador de Gestão de Recursos Pesqueiros, Sr. Sebastião Saldanha Neto, avaliação técnica de um empreendimento de carcinicultura a ser implantado no Município de Caravelas, o qual estava sendo noticiado pelo jornal Correio da Bahia (NICOLAU, 2007).

No tocante ao tema da Resex a informação é que em 16 de outubro de 2003 foi protocolado pelo Gabinete da Câmara de Vereadores de Caravelas, um abaixo-assinado da Associação dos Moradores Ribeirinhos de Caravelas, solicitando que a Câmara, juntamente com outros órgãos competentes, desse início ao processo de discussão para criação e implantação da Reserva Extrativista nos Manguezais de Caravelas.

Mello e Nicolau (2007), afirmam que o momento em que o empreendimento ganhou contornos reais, difere substancialmente de acordo com os sujeitos em questão. Nesse sentido colocam que:

“... entre 2002 e 2004, a Coopex existia enquanto um espectro num limbo burocrático e seu processo transcorria de modo silencioso, inacessível às entidades da sociedade civil e muito menos aos grupos potencialmente atingidos. Apenas em 2004, a informação sobre o projeto chegou ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e em seguida às ONGs locais, onde ficou, por assim dizer, estagnada por um ano.

Somente em outubro de 2005, às vésperas da Audiência Pública, é que os movimentos sociais locais foram notificados sobre o empreendimento. Os últimos a saberem sobre o empreendimento foram os grupos sociais potencialmente mais atingidos – pescadores e marisqueiras - que receberam a notícia a apenas dez dias da audiência pública pela rádio FM local e pelas atividades de mobilização realizadas pelos movimentos sociais locais em conjunto com as ONGs.” (MELLO E NICOLAU, 2007, pag. 4)

A conjuntura desse momento de conflito na região assim se apresentava: de um lado o empreendedor, já devidamente articulado com o poder público local convencendo as pessoas de que trariam melhorias para cidade e muitos empregos; do outro as Organizações Não Governamentais (ONGs) locais e o IBAMA²⁰, também tentando mostrar a população que esse empreendimento era uma falácia e que os impactos desse empreendimento ameaçariam seriamente os ecossistemas locais, afetando os manguezais e toda sua produtividade, bem como, impactando diretamente a produção pesqueira que depende dos complexos sistemas de manguezais como berçário.

Destaco que a cidade de Caravelas abriga um número relevante de instituições da sociedade civil voltadas para a conservação ambiental e também um movimento cultural de base: o Movimento Cultural Arte Manha que tinha grande mobilização social pelos seus trabalhos de resistência e de fortalecimento da identidade cultural.

De acordo com Mello & Nicolau (2007):

“... O marco inicial para a criação da Reserva Extrativista do Cassurubá se constituiu após essa série de eventos. Entretanto é a partir da divulgação pública do projeto da Coopex que a Reserva Extrativista começou a agregar adeptos. De fato, o processo de criação da Reserva Extrativista se desenvolvia timidamente até outubro de 2005, quando da realização da Audiência Pública da Coopex. A partir de então, as organizações ambientalistas de Caravelas agregadas na oposição à carcicultura, priorizaram na sua agenda a criação da Reserva Extrativista. Apesar da construção da idéia da Resex já existir de longa data, a articulação para a sua criação foi feita de modo urgente, em função da chegada repentina da Coopex” (MELLO & NICOLAU, 2007, pag. 9).

²⁰ Vale ressaltar que para a comunidade as ONGs não se diferenciavam do IBAMA. Nesse sentido, eram chamados como os “Ibamas” e também não tinham credibilidade com a comunidade, e do outro lado os empreendedores, que nesse caso, se somava ao poder publico.

Mello (2006), Mello e Nicolau (2007), descrevem muito bem esses momentos que vivenciamos em Caravelas, que foi um momento de crise e de oportunidade. Crise porque estávamos diante da possibilidade de instalação de um mega empreendimento que poderia ter um impacto socioambiental irreversível para a região (Fig.6), tentando convencer a sociedade para a sua implantação pelo discurso desenvolvimentista e de geração de empregos; e por outro lado, as Organizações Não Governamentais (ONGs) tiveram que ressignificar sua atuação de envolvimento com a comunidade, abrindo espaço para que o Movimento Cultural Arte Manha pudesse mostrar sua estratégia de diálogo para a mobilização.



Figura 6. Imagem de áreas de fazendas de camarão em região de manguezais no Ceará. Fonte: Material Coalizão SOS Abrolhos.



Figura 7. Mapa de localização da proposta de implementação de áreas de criação de camarão pela COOPEX, 1500 hectares em áreas de manguezais, apicuns e restinga. Área sublinhada Amarelo era a poligonal proposta como área da Resex e a área em vermelho a área que seria ocupada pela criação de camarão. Fonte: Material Coalizão SOS Abrolhos.

A partir desse momento começa a haver uma resignificação na mobilização social do movimento. Principalmente com a articulação para a vinda da comitiva do Ceará composta por lideranças comunitárias que lutavam e resistiam, enfrentando a instalação da monocultura do camarão e da destruição de manguezais em seus territórios. Eram lideranças que estavam constantemente ameaçadas por atuarem nessa mobilização a favor do manguezal e da vida comunitária.

Como conta Mello (2006):

“...O contato inicial foi estabelecido junto ao Instituto Terramar (Ceará) e o Mangrove Action Project (MAP) no sentido de buscar apoio, informações e orientação. Com o apoio da Avina, Global Greengrants Fund, MAP e Conservação Internacional - Brasil (CI) para os custos de transporte e hospedagem, foi formado um grupo de 7 pessoas entre pescadores, marisqueiras, índios, e pesquisadores para visitar Caravelas e partilhar suas experiências de luta contra a carcinicultura no Ceará” (MELLO, 2006, pag. 13).

Vale destacar que já em 2005, o IBAMA realizou um estudo sobre os impactos ambientais da carcinicultura no Estado do Ceará. Das 245 fazendas visitadas, se constatou que 84,1% impactaram diretamente o ecossistema manguezal e que somente 21,6 % desses empreendimentos dispunham de licença correspondente a sua fase de implantação e dentro da validade (MEIRELES, 2006).

Em 2005 também foi aprovado o relatório do Grupo de Trabalho de Carcinicultura no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, listando 22 impactos socioambientais produzidos pela carcinicultura sobre o meio ambiente, sobre a saúde humana e sobre as condições de vida das comunidades que sobrevivem da pesca e da mariscagem, além de uma lista de mais de 30 recomendações aos órgãos competentes indicando providências a serem adotadas. Esse estudo visitou 50 fazendas de camarão em cinco estados, dentre eles a Bahia (ALFREDO, 2005).

Esse cenário nos mostra que o estado do Ceará já vinha com uma experiência de enfrentamento às fazendas de camarão associadas a estudos aprofundados dos impactos e mostrando que esse mesmo sistema ocorre em diversos estados onde esses empreendimentos se estabelecem. Nesse sentido, a articulação com as lideranças do Ceará foi assertiva para mostrar à comunidade de Caravelas o que esses empreendimentos vinham fazendo em outros lugares, principalmente com a principal fonte de renda e alimento das comunidades: o manguezal.

A estratégia de mobilização para a audiência pública sobre a Coopex, não foi de amplas reuniões, mas de conversas pessoais com as famílias de pescadores, marisqueiras e ribeirinhos, em suas casas, quintais, em espaços de encontros, facilitadas por membros do Arte Manha. Nesse contexto os pescadores e marisqueiras vindos do Ceará contavam que estavam aqui para contar suas histórias de luta e resistência e o que eles estavam passando em suas terras. Mello (2006) descreve mais detalhadamente esse processo, ressaltando o contexto, as estratégias e os aprendizados desse momento. Destaco a reportagem do jornal A Tarde, do dia 16 de novembro de 2005 pontuando que a comunidade não estava muito satisfeita com o empreendimento (ANEXO 1).

Em meio a esse processo se consolidou o movimento chamado **Coalizão SOS Abrolhos**²¹, envolvendo uma atuação em rede, de parceria com diversas instituições socioambientais brasileiras, com objetivo de atuar conjuntamente nessa problemática da carcinicultura e com uma agenda positiva de criação da Resex do Cassurubá.

Todo esse conflito teve uma ampla repercussão na mídia nacional, onde a Coalizão teve um papel importante em conquistar espaços para publicizar os conflitos que aconteciam por aqui. Podemos perceber isso nos artigos da Folha de São Paulo, do dia 29 de abril de 2006, descrevendo sobre as ameaças da criação de camarão na região dos Abrolhos e também da reportagem da Carta Capital de 5 de julho de 2006 ressaltando sobre o Lobby do Camarão (ANEXOS 2 e 3).

Nesse complexo contexto de embate, muitas lutas foram travadas em diferentes âmbitos e muitos aprendizados adquiridos durante o processo de resistência. Foi nesse ambiente de conflito permanente que surgiram oportunidades de transformação social.

2.3 Ensaando caminhos possíveis

"Devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza"
Boaventura de Souza Santos

Imerso nesse ambiente de conflito que Caravelas aproveitou seu potencial de instituições, de expressões artísticas e das vocações culturais e, por meio de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, conseguiu potencializar um movimento de produção local de pautas de comunicação.

²¹ A Coalizão SOS Abrolhos é uma rede de organizações do terceiro setor e indivíduos mobilizados para proteger a Região dos Abrolhos. Atualmente participam dessa coalizão as seguintes instituições: Agência Costeira, Aquasis, BIOMA BRASIL, CCY Advocacia, CEPEDS, CDDH - Teixeira de Freitas, Conservação Internacional, Ecomar, EJF - Environmental Justice Foundation, Flora Brasil, Gambá, Golfinho Rotador, GREENPEACE, Instituto Baleia Jubarte, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, IWC Brasil, Mangrove Action Project, Movimento Cultural Arte Manha, NEMA/UERJ, Pangea, Patrulha Ecológica de Caravelas, Rede Costeiro-Marinha e Hídrica do Brasil – REMA, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Terramar.

Foi provocada na cidade a construção de um jornal comunitário local chamado O Timoneiro²², fruto da parceria entre o Parque Nacional Marinheiros dos Abrolhos (PNM Abrolhos), o Movimento Cultural Arte Manha e a comunidade de Caravelas. Essa construção nasce a partir da chegada do jornalista André Esteves para estagiar no PNM Abrolhos que percebe o potencial e a necessidade de um movimento de comunicação popular, diante do cenário de conflito na região e de mobilização para as audiências públicas da Resex do Cassurubá.

Esse jornal foi mais do que um jornal comunitário foi uma importante estratégia de comunicação, deu voz e voto aos conflitos sócio ambientais, culturais e econômicos do município, conseguindo ter uma grande repercussão na comunidade e na região.

Em relato por e-mail André relembra alguns pontos fundamentais desse instrumento:

*“... O principal elemento de cognição da química de comunicação do Timoneiro é a Identidade... as pessoas poderem se ver, reconhecer, fazer visíveis suas imagens, suas histórias e memórias, o patrimônio vivo da cultura popular, suas dores e alegrias cotidianas, as estratégias de auto-afirmação cultural e econômica num cenário dificultoso de vida. **Nosso mundo capitalista tem como estratégia nos vulnerabilizar tornando tudo isso invisível.** Damos resposta seguindo o caminho contrário”. (André Esteves Com. Pessoal)*

Na fala de André ele traz que a estratégia do mundo capitalista é de vulnerabilizar tornando invisível e a resposta seria tirar da invisibilidade, fortalecendo o vulnerável. Uma grande metáfora ao processo das Resex tem a ver com a partilha de

²² ... Em julho de 2006, iniciou-se uma mobilização para criar um jornal comunitário para a cidade. A partir da iniciativa do Centro de Visitantes do Parque Marinho de Abrolhos, reuniram-se pessoas ligadas a movimentos ambientais, pastorais e culturais... professores e estudantes... povo da Barra, de Ponta e da Sede. Fizemos uma rodada rápida de formação em reportagem. Depois, dividimos tarefas e fomos para a rua. Em grupo, superamos as limitações financeiras, técnicas e de todo tipo. E em setembro, num evento em Praça Pública, lançamos a primeira edição de O Timoneiro... (De acordo com André Esteves em seu texto **Reflexões para se fazer debaixo de uma Gameleira**, enviado por e-mail para o grupo de mobilização, no dia 31 de dezembro de 2006 às 10:52, como contribuição para uma reunião de avaliação no dia 03 de janeiro de 2007)

poderes e criar espaços para o invisível, as comunidades invisíveis poderem mostrar sua força.

Quase na mesma época nasceu o Cine Clube Caravelas, através de exibições e oficinas de produções de vídeos²³. Nesse contexto, em fevereiro de 2007 houve a produção do filme *Lia*²⁴ como resultado da Oficina de Vídeo “Produção de baixo custo”, ministrada por Josias Pereira. Depois em parceria com a Environmental Justice Foundation (EJF) o documentário “*É tudo mentira*” e com o apoio do Mangrove Action Project (MAP) o filme de ficção “*Não Manguê de Mim*”. Ambos foram importantes instrumentos de voz e de luta sobre os conflitos da região, sensibilizando várias pessoas e conseqüentemente fortalecendo a luta local.

²³ ...Construído para a cidade um veículo de Comunicação Impressa, pensou-se no passo seguinte. Ativar a possibilidade do áudio-visual como campo de produção em Comunicação. Em outubro, foi inaugurado um espaço de exibição: o CineClube Caravelas. Já na sessão de estréia apresentou-se um curta-metragem local seguido de um bate-papo com os diretores. Na segunda sessão do CineClube, lotou-se o auditório do Colégio Polivalente com uma matinê para as crianças. Em seguida, foi apresentado o pontapé inicial da TV Cascalho com duas produções feitas por jovens do Bairro Novo... (André Esteves em seu texto *Reflexões para se fazer debaixo de uma Gameleira*, enviado por e-mail para o grupo de mobilização, no dia 31 de dezembro de 2006 as 10:52, como contribuição para uma reunião de avaliação no dia 03 de janeiro de 2007)

²⁴ O curta *Lia*, produzido em Caravelas e por Caravelenses foi premiado no Festival Visões Periféricas, que aconteceu no Rio de Janeiro, na categoria Melhores Filmes, das premiações paralelas. Disponível em: <http://cineclubecaravelas.blogspot.com/2007/06/lia-um-dos-melhores-filmes-do-festival.html>, acesso em: agosto de 2011.



Figura 8. Imagens da Capa e contra-capa dos filmes produzidos pelo movimento áudio-visual –Cine Clube Caravelas.

A partir de outras linguagens, como o áudio visual e a mídia impressa, outros lugares conheceram o conflito que a comunidade de Caravelas estava vivenciando com muita coragem. A luta da comunidade de Caravelas contra o maior empreendimento de Carcinicultura do país ganhava mais adeptos e se tornava aos poucos referência de resistência.

Ao mesmo tempo, vale à pena destacar a reflexão que André Esteves compartilhou conosco, às vésperas de 2007, ele nos encaminha um e-mail:

*“O Timoneiro e o CineClube não tem sua existência atrelada a nenhum evento em especial: não existe em função da COOPEX nem do deserto verde dos Eucaliptais da Bahia-Sul e da Aracruz... ou mesmo pela Resex do Cassurubá. Por detrás de todas essas ações, o que existe é uma grande aposta: a construção de novo projeto de Cidade, de Homem e de Mundo... da ativação e rearticulação de forças e atores sociais diversos em Caravelas para levar a cabo essa tarefa... Tudo o que se materializou no campo da comunicação em Caravelas foi feito simplesmente porque é o que era para ser feito, o que era socialmente legítimo de ser feito... Num cenário de fundo de um mundo organizado a partir de uma globalização perversa que nos violenta, esvazia e fragiliza como grupo humano... o que se aposta aqui é um movimento outro: do desenvolvimento da cidade e de seus moradores a partir da **ampliação do espaço-tempo da consciência nas formas de pensar e sentir a vida**, da conquista de um estado de cidadania plena, do acesso irrestrito aos bens materiais e culturais cuja herança social a História legou a cada cidadão.... É um movimento para todos. No entanto, se estrutura e organiza a partir da parcela mais pobre da população. É uma estratégia de Comunicação e Cultura que se descortina a partir dos grupos populares e tradicionais da cidade”* (André Esteves em seu texto **Reflexões para se fazer debaixo de uma Gameleira**, enviado por e-mail para o grupo de mobilização, no dia 31 de dezembro de 2006 às 10:52, como contribuição para uma reunião de avaliação no dia 03 de janeiro de 2007).

Em meio a essas resistências também aconteciam às mobilizações para a criação da Resex e se continuava fortalecendo o movimento através dos intercâmbios entre a comunidade ribeirinha, pescadores de Caravelas e Nova Viçosa com comunidades atingidas pela carcinicultura no Brasil e com outras Reservas Extrativistas da Bahia. Era difícil falar de algo que eles não conheciam e não dominavam, nem com relação à carcinicultura e nem com relação à Resex. Foi através dessas trocas de experiências que as comunidades foram abrindo os olhos para a complexidade do problema e tomando consciência do processo.

Sobre esses intercâmbios vale ressaltar as considerações de Galdino (2006), que participou ativamente do processo de mobilização para a criação da Resex:

*“... Reconhecendo as dificuldades de agregar pessoas em um movimento deste caráter, que sem perceber, se torna a cada dia, em um movimento de tamanha força e expressão política de cunho sócio-cultural, ambiental e econômica na comunidade, teremos que avaliar, freqüentemente, todas as ações feitas e conquistar parcerias que venham somar às iniciativas propostas para o futuro do movimento. Hoje, podemos fazer uma breve avaliação do improvisado que deu certo. Claro, com o mínimo de planejamento possível, que foi a articulação para a vinda dos extrativistas do Ceará a Caravelas, durante a audiência da COOPEX. Pensando assim, podemos vislumbrar mais trocas de experiências com comunidades que tenham sofrido as ameaças da carcinicultura de forma impactante como lá no Ceará. Este enfoque, apesar de também tratarmos da criação de uma Resex, possibilita aos moradores da comunidade de Caravelas, mais compreensão sobre todo conflito gerado a partir da criação de camarão. Daí, eles poderão tirar suas próprias dúvidas e construir seus próprios discursos a respeito do assunto. A exemplo disso, estão as experiências marcantes na consciência de membros das Resex de Corumbau, Canavieiras e de Caravelas, quando participaram do **“Seminário - Manguezal e Vida Comunitária, os impactos da carcinicultura nas comunidades”**, realizado em Fortaleza – CE entre os dias 21 a 24 de agosto – 2006” (GALDINO, 2006, pag. 14)*

As reflexões que o movimento de comunicação impulsionou e que tanto mobilizou forças, trago como um contraponto, pois todo esse conflito que acontecia na região naquele momento era resultado desse modelo de desenvolvimento econômico centrado nas divisas, nos lucros, pautado pelo mercado, como tantos outros ciclos econômicos que já aconteceram desde o processo de colonização, impondo a população um projeto de cidade, de território sem a participação social, como se as comunidades aceitassem qualquer coisa.

Mudam os contextos, mas a essência de opressão é a mesma. Ao mesmo tempo, esse movimento mostrou a importância e a fortaleza do encontro coletivo, mostrando que é possível almejar sonhos de transformação de se construir uma sociedade mais justa, mais diversa. Nesse sentido, esse movimento foi e ainda é um exercício de cidadania e de libertação da opressão do silêncio e da invisibilidade.

2.4 A conquista – a vinda do (então) Presidente LULA para a criação da Resex do Cassurubá.

Foram cerca de cinco anos de resistência e luta, com diferentes estratégias, desde o campo jurídico, encaminhando denúncias de ações civis públicas para o Ministério Público Federal e Estadual, articulação política com parlamentares e com os órgãos governamentais licenciadores, a mobilização comunitária local, a divulgação na mídia nacional e internacional, com campanhas, nota em jornais, atos públicos, bem como, o processo de empoderamento da comunidade local e fortalecimento dos instrumentos comunitários de resistência e de diálogo.

No ano de 2009, colhemos os frutos de nossas lutas, foi criada a Reserva Extrativista do Cassurubá, depois de muitas promessas de criação, de ter sido decretada e suspensa, depois de muitos sustos, esforços coletivos e muita pressão. O então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, esteve pessoalmente em Caravelas, juntamente com sua comitiva, em um ato público para assinar o decreto de criação da Resex, no dia 05 de junho, dia mundial do Meio Ambiente.

Nesse cenário houve várias críticas sobre a vinda do presidente e a dimensão sociopolítica que esse evento se transformaria.²⁵ Algumas reuniões foram feitas e até as vésperas do acontecimento havia pouca informação do que realmente iria acontecer. De um lado o grupo de mobilização Pró-Resex que tinha um receio com a vinda de Lula para a criação da unidade e o que isso representaria. Ao mesmo tempo estava se confirmando a grande probabilidade de Lula vir para assinar pessoalmente o decreto de criação da Resex do Cassurubá, fato esse que ninguém imaginava que aconteceria.

Por esse e outros momentos envolvendo o conturbado processo de criação da unidade, algumas pessoas dentro da Coalizão tinham o entendimento de que primeiramente a Resex deveria ser criada e publicada no diário oficial. Ao mesmo tempo, é fato que o ato de criação daria mais palanque do que depois de criada.

²⁵ No momento o governo e o ministro do Meio Ambiente estavam recebendo fortes pressões da mídia por conta dos licenciamentos ambientais.

O contraponto a essas ressalvas que o grupo fazia com a vinda de Lula partiu de Jaco Galdino, representante do Movimento Cultural Arte Manha, ponderando que se de um lado não tínhamos certeza e havia todas as questões envolvendo o outro lado da criação, estávamos diante de uma cena importantíssima que era o Presidente Lula, com mais de 80% de aprovação da população, vir a Caravelas criar a Resex do Cassurubá.

Representava uma vitória com *chave de ouro*. Mostrava ao grupo opositor à Resex o nosso poder em trazer o Presidente, mesmo não sendo isso, era no campo simbólico que a vinda do Presidente atuaria. De acordo com Jaco Galdino, seria empoderar quem venceu, mostrar que a vitória foi gloriosa. Quem melhor do que Lula para explicitar à população da região que o melhor caminho seria criar a Resex, trazendo visibilidade para o processo e maior respaldo para quem acreditava na Reserva Extrativista?

Pensava-se também em fazer um evento reservado no Centro de Visitantes²⁶ por conta da segurança ou lá na zona Ribeirinha, na comunidade da Tapera. Mais uma vez Jaco Galdino pontuou que era muita pretensão do grupo querer esconder Lula: era nesse momento que deveríamos mostrar a todos o que ele veio fazer. Caso contrário, poderíamos gerar mais indignação diante do processo se o Presidente viesse apenas para criação da Resex e não falasse com a população, tornando o evento elitista, o que não traria benefícios ao processo, nem fortaleceria a imagem da Resex, que na época ainda sofria com os protestos contra sua criação. De acordo com Jaco Galdino seria um bom “cala a boca” para os não adeptos à Resex.

Existia outra questão: a preocupação do grupo contrário a Resex se manifestar e acontecer alguma coisa que impedisse sua criação. A estratégia desses grupos é comprar as pessoas, persuadindo-as a atuarem a favor dos seus protestos, como temos assistido em várias audiências públicas para instalação de empreendimentos²⁷.

Vale ressaltar com o depoimento de Dó Galdino, 2007, sobre a atuação da gestão municipal anterior:

“... Desde 22 de janeiro de 2006 durante a primeira consulta pública para criação da RESEX - Cassurubá, que a gestão do Município de Caravelas não se conteve diante da possibilidade de

²⁷ Como exemplo, no dia da audiência pública do processo da Coopex, em Caravelas, o pessoal da Prefeitura chamou pessoas do interior do município para se apresentarem na reunião, dizendo que era sobre o programa Bolsa Escola e quem não fosse perderia seus direitos.

que poderemos criar a UC antes da instalação das fazendas de camarão da COOPEX. Nesse sentido, o prefeito de Caravelas - Neuvaldo David de Oliveira abandonou as ações de responsabilidades governamentais do município, e se dedicou plenamente a uma campanha contra a criação da RESEX Cassurubá e a favor da instalação das fazendas de camarão, articulada entre o município de Caravelas e os municípios circunvizinhos, juntamente com colônias e a federação de pescadores, associações de classes, líderes comunitários, vereadores, deputados e senadores. Organizadamente movidos por interesses econômicos, vislumbrados pelas possibilidades que terão com o empreendimento da COOPEX, caso se instale no município de Caravelas. No início, as ações movidas pelo prefeito tiveram sucesso na comunidade. Pois não havia ainda repercussão sobre suas atitudes“ (GALDINO, 2006, p.8).

Outro ponto que Jaco Galdino ressaltou foi que o pessoal não faria alarde com o Presidente, o qual tinha grande aprovação popular. Nesse contexto, o Prefeito que fosse contra Lula seria contra o povo, explicitando sua concepção por meio do ditado “*galo só canta forte no seu terreiro*”.

Diante dessas ponderações e das pressões do momento, percebemos que seria melhor fazer esse evento em um lugar aberto, onde muitos pudessem ver o Presidente e ouvi-lo falar sobre a Resex.

Caravelas tem uma cultura das manifestações tradicionais riquíssima. Em 2009, uma das lideranças do Arte Manha, Dó Galdino, foi convidado a assumir a Secretaria de Cultura do município²⁸ e tem buscado implementar as políticas culturais e estruturar o sistema municipal de cultura.

A participação de Dó na Secretaria de Cultura, compondo o quadro de gestão do município, trouxe uma importante contribuição para esse momento. Anteriormente havíamos ressaltado que o poder público municipal e os empresários da carcicultura eram o grupo opositor à criação da Resex. Com a mudança de gestão, nas últimas eleições, se abriu um campo de possibilidades de negociação intermediado nesse momento por Dó Galdino.

²⁸ Esse momento foi em 2009 -2010. Atualmente Dó Galdino não se encontra mais como Secretário de Cultura desde janeiro de 2011.

Com a vinda do ex-presidente Lula, o grupo não estava atentando para a inclusão e sensibilização do Prefeito e sua comitiva para a criação da Resex. Foi nesse momento que Dó se posicionou e expôs a importância de atentarmos para essa demanda. Assim, ele se encarregou de pessoalmente articular uma reunião do grupo com o Prefeito Luis Alvim Delgado, LoLó. Foi após essas reuniões que houve negociação para o Prefeito também compor o palanque, com direito a fala.

Entre os dias 01 e 04 de junho de 2009, foram realizadas as reuniões para definição de estratégias, local e ações relativas à chegada do presidente da República e o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, junto à comitiva do Presidente, a equipe do Parque de Abrolhos e da Coalizão. Eles queriam saber sobre os cenários possíveis e nos colocaram as condições necessárias para a vinda do Presidente, para melhor definirmos o local.

A comitiva do Presidente nos orientou que nas cidades onde o Presidente passa, eles procuram levantar as demandas mais urgentes e tentar catalisar a realização desses projetos. Em Caravelas não foi diferente e uma das solicitações foi a reativação do aeroporto, cujo orçamento para obras foi liberado após esse evento. Esse ponto também foi um importante fator positivo para o nosso lado.

A decisão de realizar o ato de Criação da Resex do Cassurubá de forma pública na Comunidade de Ponta de Areia, em praça pública, foi tomada conjuntamente, dando início a um amplo processo de mobilização das comunidades pesqueiras e extrativistas para participação no evento, com um trabalho paralelo de comunicação social traduzido na confecção de faixas, panfletos, cartazes e do material de assessoria de imprensa a ser enviado aos jornais de todo o Brasil.

O Núcleo de Comunicação Popular de Caravelas, junto com toda equipe de repórteres voluntários do jornal *O Timoneiro*, teve um papel fundamental na organização e esclarecimento da comunidade sobre a vinda de Lula. Foi produzido material sobre o histórico de lutas da Coalizão SOS Abrolhos para a imprensa que estava cobrindo o evento e enviados *releases* para jornais de todo o país.



Figura 9. Foto do LULA ressaltando a produção do jornal O Timoneiro para o dia da assinatura da criação da Resex do Cassurubá. Fonte: Ricardo Stuckert



Figura 10. Foto do LULA com os representantes da sociedade civil e lideranças envolvidas no movimento Pró-Resex do Cassurubá. Fonte: Ricardo Stuckert



Figura 11. Foto das faixas mostrando as pautas evidenciadas no dia do evento de assinatura do decreto de criação da Resex do Cassurubá. Fonte: Cine Clube Caravelas

Ainda existia muita dúvida sobre os benefícios da Resex, reflexo do trabalho intenso de contra-informação por parte do poder municipal da gestão anterior, apoiado pelos empresários da carcinicultura, que viam na Resex um impedimento para a realização de seu empreendimento e um atraso para o desenvolvimento econômico.

Eles espalhavam inverdades sobre a Resex junto às comunidades, incitando o medo e ressaltando a ameaça ao território deles, dizendo que seriam expulsos, não poderiam mais plantar, nem criar gado, não poderiam continuar fazendo o que já faziam. Ou melhor, segundo defendiam, seria a instalação da COOPEX que prometia milhares de empregos e traria mais desenvolvimento para o município.

Destaco que o tema Resex já foi proibido, na gestão municipal anterior, até de ser tratada nas escolas, sob pena de retaliação, como a demissão das pessoas da família vinculadas à Prefeitura. As pessoas não podiam expressar seu posicionamento a favor da Resex, pois havia um clima de tensão e opressão. As ONGs, por não depender diretamente do poder público municipal, conseguiram resistir e transgredir as ameaças. O Movimento Cultural Arte Manha, pelo seu histórico de luta, era um grupo de resistência em seu cerne, sendo assim algumas lideranças ousaram se envolver na luta.

No dia 05 de junho de 2009, dia mundial do meio ambiente, a vinda do presidente Luis Ignácio Lula da Silva a Caravelas para assinatura do decreto de criação da RESEX do Cassurubá, consagrou uma conquista de luta coletiva na região. Isso significou o direito ao território das comunidades que vivem do mangue e do mar nessa região, em contraponto aos projetos de desenvolvimento focados somente na lógica do mercado como o caso da COOPEX de criação de camarão.



Caravelas ganha Reserva Extrativista



Figura12. Imagem da capa *Jornal O Timoneiro* Caravelas – Julho /Agosto de 2009 - Edição nº 05, que traz uma matéria sobre a criação da Resex do Cassurubá.

De acordo com O Timoneiro (2009):

“No palco erguido na cidade dos Pescadores, em Ponta de Areia, observado por milhares de caravelenses, o presidente Lula declarou: *“A gente está aqui para dizer ao povo de Caravelas que nós não estamos fazendo nenhuma coisa que vá prejudicar a cidade. Até porque, se nós tivermos de um lado algum ambientalista radical e tivermos do outro lado, um prefeito, ou um fazendeiro radical, o governo não estará de nenhum dos dois lados”* (Trecho do Discurso do ex-presidente Lula no Ato de Criação da Resex do Cassurubá – publicada no *Jornal O Timoneiro* Caravelas – Julho /Agosto de 2009 - Edição nº 05, pag 9).

Destaco a entrevista com Marcelo Lourenço²⁹ no jornal o Timoneiro que resume um pouco dessa complexa história como ele mesmo intitula da Resex a Coopex e ressalta a sua opinião sobre o significado desse momento:

“... A Reserva parecia uma causa impossível, mas finalmente o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente Luis Inácio Lula da Silva, no dia internacional do Meio Ambiente, em 05 de junho de 2009, estiveram em Abrolhos e Caravelas, onde assinaram o decreto de criação da Reserva do Cassurubá. Esse acontecimento histórico na cidade consagrou uma luta de anos da comunidade extrativista local pela preservação dos recursos naturais e de seu modo de vida e mostrou que a organização e a articulação dos diferentes setores da sociedade podem vencer mesmo os interesses econômicos e políticos mais poderosos. Estava afastado o fantasma do maior projeto de carcinicultura do país, que ameaçava o mais importante estuário do banco dos Abrolhos, região que compreende um mosaico de ambientes marinhos e costeiros como recifes de coral e manguezais, margeados por importantes remanescentes de mata atlântica e restingas. O banco dos Abrolhos é o maior banco de corais do Atlântico Sul e é a região que tem a maior biodiversidade da costa brasileira (Lourenço, Marcelo, 2009, pag 5).”

A criação da Resex do Cassurubá foi resultado de intensos anos de mobilização, de forma articulada, entre vários parceiros buscando através da superação das divergências de cada instituição e movimento, um foco comum que era a Reserva Extrativista. Muitos foram os aprendizados, saímos mais fortalecidos, mas ainda com uma ampla demanda pela frente, pois ainda existem outros dragões para serem vencidos no âmbito da inclusão social. Os aprendizados se deram a partir dos embates, no enfrentamento, momentos que precisamos estar unidos para se fortalecer. Isso nos mostra o caráter pedagógico do conflito, pois foi a partir dele que emergiu uma força que impulsionou o movimento Pró-Resex a seguir em frente. O resultado é fruto de esforços de pessoas, instituições que se empenharam nessa causa e atuaram em diversas frentes, no local e nas suas diversas dimensões sócio-políticas.

²⁹ Marcello Lourenço foi Gestor do Parque de Abrolhos de 2005 até 2009. Teve uma forte atuação nessa luta emblemática da Coopex na região, apoiando os processos de criação da Resex do Cassurubá e da conservação do Parque de Abrolhos.



Seres do Ar - Fragatas de Abrolhos. Técnica: aquarela com giz de cera. Erika de Almeida

AR – VENTO (ATOS 3 e 4)

Ato 3. TRANSITANDO PELO UNIVERSO DO MOVIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: DA CONCEPÇÃO À GESTÃO.

A proposta deste capítulo é buscar ressaltar o contexto e o momento histórico da criação das Reservas Extrativistas, seu contraponto na conservação ambiental e refletir sobre seus instrumentos de gestão. Não tem como pretensão trazer um aprofundamento histórico do movimento e sim fazer alguns recortes, ressaltando a concepção inicial da proposta de Reserva Extrativista por parte do movimento de seringueiros e atualmente destacar os instrumentos de gestão, desenvolvido ao longo desses anos, destacando os espaços de participação e de gestão das comunidades extrativistas na construção do seu território.

Falar de Resex é falar da gestão dos recursos naturais de uso comum no mundo contemporâneo. Segundo Diegues (2001), os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum existentes no Brasil ainda resistem, com uma variedade de formas. Durante muito tempo foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, seja a grande propriedade privada ou a esfera pública.

Essa forma de compartilhar os espaços comuns existe há muito tempo em comunidades tradicionais não urbanas, caracterizadas pela utilização comum de determinados recursos, como peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo (cipós, materiais de construção), onde além dos espaços comuns de partilha, existem os espaços individuais como a casa, o quintal, os animais domésticos (DIEGUES, 2001).

Com relação a questão costeira, o saber dos mestres pescadores que sabem dos espaços comuns de pescaria e também têm seus próprios pontos de pesca, mostra que essas formas de partilha de acessos comuns já indica um certo cuidado do processo sobre exploração de algum recurso e algumas estratégias utilizadas para manter, de certa forma, uma sustentabilidade na exploração do recurso (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) traz como contribuição os resultados das pesquisas de McCay & Acheson, 1987, que a partir de registros e análises de muitas formas comunitárias do mundo inteiro tem indicado que essas formas comunitárias de acesso a espaços e

recursos é que tem assegurado um uso adequado e sustentável dos recursos naturais, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida socialmente mais equitativos. Ressalta que o que tem ocorrido mais frequentemente é a expulsão das comunidades de seus territórios tradicionais, pela expansão da grande propriedade privada, pelo Estado e pelos grandes projetos.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, ao longo da história de expansão do desenvolvimento vêm atingindo as formas de vida e expulsando essas populações desses territórios. Não só o capital privado exerce essa pressão, do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo acesso a terra, as matas e aos rios, aos mangues como também o estado com suas investidas no desenvolvimento e posteriormente, com o processo de implantação de áreas protegidas. Onde as atividades de sobrevivência são ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e condições de uso de unidades de conservação

O processo de implementação das áreas naturais protegidas no Brasil, inspirado no modelo norte-americano, mais uma vez exerceu forte influência na expulsão dessas comunidades levando-as a migrarem. Visto que foram cerceadas de suas práticas tradicionais de plantio, extração e pesca, para as grandes cidades, causando um inchaço populacional e uma favelização dessas zonas urbanas.

Essa lógica reflete o mesmo processo: a enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história de nosso país, se revelando em uma injustiça ambiental. De acordo com Acselrad *et al* (2004) injustiça ambiental é o mecanismo pelo qual as sociedades desiguais (econômico e social), destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, povos étnicos tradicionais, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Entendendo esse processo, pontuando as causas e as conseqüências, Diegues (2001), traz que a partir da redemocratização nos anos 80, houve um processo de retomada com uma maior organização dos movimentos sociais lutando por suas causas, maior resistência das comunidades frente as pressões sobre seus territórios, fortalecimento do sindicalismo, dos movimentos de base.

O processo de incorporar as áreas protegidas às comunidades tradicionais que habitam esses espaços, parte do entendimento que suas formas de gestão e uso, que permitiram a preservação desses ambientes. Nesse contexto, destaco a importância das Reservas Extrativistas no processo de resistência às pressões dos grandes projetos de “desenvolvimento”, da especulação imobiliária e do processo de expulsão da terra, ou seja, na manutenção do território tradicional.

Nesse contexto, estamos diante de dois modelos e concepções de proteção ambiental:

- 1) Moderno, oitocentista, ser humano separado da natureza, onde se exclui uma área para mantê-la intocada;
- 2) Contemporânea, integrativa, onde ser humano e natureza estão em constante relação. A conservação acontece pela própria ação humana e social.

3.1 Da Concepção de Reserva Extrativista...

“A nossa vitória sempre depende da nossa união, da nossa disciplina e da nossa organização” (Chico Mendes)

A Criação de Reservas Extrativistas (Resex), concebidas pelo Movimento Seringueiro na década de 1980, representou, um produto da luta histórica dos seringueiros (CUNHA, 2001) como a principal conquista de um movimento que, oriundo da floresta amazônica, articulava-se com outros movimentos contra-hegemônicos de luta pela terra e de garantia de um modo de vida e cultura autônomas (CUNHA, 2010).

De acordo com Cunha (2001) a Reserva Extrativista surge como um contraponto, uma crítica ao modelo de desenvolvimento predatório e concentrador de riquezas adotado pelo Estado brasileiro, desde a década de 70, com base na expansão da pecuária

extensiva (e da fazenda agrícola), transformando imensas áreas de florestas, ricas em biodiversidade, em campos de pastagens.

Cunha (2001) destaca essa lógica do modelo de desenvolvimento com afirmação de Chico Mendes:

“... Após 1970, com a política de especulação da terra, a situação mudou, iniciando-se então os grandes desmatamentos e a expulsão em massa. Chegaram os fazendeiros do sul que, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, compraram mais de 6 milhões de hectares de terra, espalhando centenas de jagunços pela região, expulsando e matando posseiros (seringueiros) e índios, queimando os seus barracos, matando, inclusive, mulheres e animais (...). Na minha região, em cinco anos, foram expulsas mais de dez mil famílias de seringueiros, quatro mil tentaram a vida nas cidades, aumentando o cinturão de miséria” (Chico Mendes apud CUNHA, 2001, p. 3)

È diante desse cenário de exclusão e de necessidade de mudança que as Reservas Extrativistas são concebidas. Vários autores já relataram sobre o processo histórico da criação das Reservas Extrativistas, como Cunha (2010), Lobão (2006), Cunha (2001). O contexto de criação das Resex é parte de uma complexa história do movimento dos seringueiros, sua luta, suas reivindicações, sua politização, suas parcerias e suas conquistas.

O objetivo de trazer esse recorte do processo histórico é refletir sobre as bases de concepção da idéia de gestão desses territórios por parte da comunidade e as mudanças trazidas pela incorporação da questão ambiental e inclusão no Sistema Nacional de Unidades de Conservação enquanto Reserva Extrativista.

Vale destacar, que a questão ecológica para os seringueiros e seu conseqüente discurso “ambientalista” é produto de seu sistema social, cultural e ambiental tradicional, ainda que atualizado no encontro (ou confronto) com forças sociais externas. A questão ambiental é vivenciada não como algo fora de suas relações, mas algo intrínseco, já que as lutas internas na Amazônia traziam consigo a ecologia integrada às práticas sociais e culturais seculares (CUNHA, 2001).

Em outubro de 1985, em Brasília, acontece um fato que marca a história do movimento: o Encontro Nacional dos Seringueiros. Nesse momento é criado o

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade civil que passa a representar os interesses específicos dos povos da floresta, lutar por suas reivindicações e articular sua propostas, junto com as populações indígenas e o movimento ambientalista (CUNHA, 2001). Ao mesmo tempo, Lobão (2006), ressalta que o documento final resultado do encontro apresentou um conceito de sustentabilidade distinto daquele encontrado no pensamento desenvolvimentista ou na concepção protecionista do meio ambiente.

Nesse encontro, os seringueiros, se opõem aos projetos oficiais de colonização, que pretendiam dividir suas terras em lotes individuais e propõem como forma de garantir seu direito histórico de permanecer na floresta, uma modalidade própria de Reforma Agrária, voltada para as peculiaridades da vida florestal (CUNHA, 2001).

Segundo Gomes Filho *et al* (2006), através da discussão de um estatuto fundiário para as futuras reservas extrativistas, líderes seringueiros decidiram que a melhor forma de garantir que a floresta não fosse reprivatizada seria mantê-la como propriedade da União, com usufruto coletivo e exclusivo dos extrativistas. Nesse contexto, se estabelecia uma analogia com as Reservas Indígenas, propondo a criação de Reservas Extrativistas em áreas destinadas à proteção da floresta amazônica e da população que tradicionalmente nela vive (CUNHA, 2001).

De acordo com Cunha, 2001

... a originalidade dessa proposta se apresenta por ser protagonizada por sujeitos sociais que até então apareciam à margem da história, renegados ou desconsiderados pelas políticas públicas regionais e nacionais; e, também, por tomar por base, fundamentalmente, as necessidades e características das populações extrativistas e dos ecossistemas amazônicos (CUNHA,2001, p. 6).

Cunha (2010) ressalta que no ENS, as dimensões “participação” e “autonomia” estão expressas em várias questões abordadas pelos seringueiros, tais como a *exigência* de participação na formulação e execução de todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região, através de seus órgãos de classe e do direito de enviar delegados à Assembléia Nacional Constituinte.

Posteriormente, Cunha (2010) ressalta que a aliança com o movimento ambientalista trouxe para o Movimento Seringueiro a dimensão “de fora”, expressa tanto internamente (repercussão nos outros estados da federação) quanto externamente (articulação com ONGs internacionais), levando a uma identificação do Movimento com a causa ambiental, que, para eles, era intrinsecamente ligada à questão social.

Nesse contexto, começa a vigorar a idéia de que as comunidades locais deveriam ser parceiras das preocupações ambientais, responsabilizando-se pela gestão e pelo controle dos recursos naturais do ambiente em que vivem (GOMES FILHO et al, 2006).

As primeiras experiências legais de criação das Resex foram encaminhadas ao INCRA, por ter como eixo central as questões agrárias e sindicais. Mas a partir de 1989, com as dificuldades em se avançar no domínio da reforma agrária, o caminho em parceria com o movimento ambientalista se mostrou mais viável (GOMES FILHO et al, 2006).

A inserção das Resex na política ambiental representou um passo decisivo do Movimento na demonstração da **indissociabilidade entre as questões ambientais e sociais**. Entretanto, a implementação dessa proposta encontraria as limitações legais de um Estado capitalista, urbano e patrimonialista (CUNHA, 2010).

Destaco abaixo a definição de Reserva Extrativista conforme ficou na lei do SNUC Fig. 5, art. 18 (Brasil, 2000) como:

A Reserva Extrativista é uma área **utilizada por populações extrativistas tradicionais**, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos **proteger os meios de vida e a cultura dessas populações**, e **assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade** § 1o A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (**grifos meus**, BRASIL, 2000, cap.III, art.18).

De acordo com Cunha (2001) as Resex colocam como desafio a necessidade de conciliação entre desenvolvimento, conservação da natureza e equidade social, dimensões que historicamente aparecem opostas ou excludentes, em especial no âmbito

da civilização ocidental contemporânea. Ainda precisamos superar essa visão antagônica de separação dessas questões, para uma visão de integração, onde desenvolvimento, cultural, conservação e equidade social sejam pilares de um processo socioambiental.

Além de representarem uma conquista, ao mesmo tempo não garantem a inclusão daqueles que estão historicamente excluídos dos processos decisórios. Cunha e Loureiro (2006) ressaltam a importância da participação nas decisões como forma capaz de promover inclusão social.

3. 2 Da criação das Resex

As primeiras Reservas Extrativistas foram criadas em 1990, no Acre: a do Alto Juruá e Chico Mendes. Nesse contexto, o território ocupado pelos extrativistas passaria de área de controle de padrões para a categoria de áreas protegidas da União, destinadas ao usufruto exclusivo dos moradores (GOMES FILHO et al, 2006). Em 1992 é criada a primeira RESEX fora dos limites da Amazônia e distinta quanto aos recursos a serem utilizados, a Reserva Extrativista Marinha (REM) de Pirajubaé, no estado de Santa Catarina (CHAMY, 2002).

As Reservas Extrativistas (Fig.13) estão regulamentadas pela lei nº 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esta lei concebeu dispositivos que regulamentam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente (MMA, 2006)³⁰. Conforme ressalta Marina Silva³¹, na nota de apresentação do SNUC, essa lei foi resultado de um amplo processo participativo envolvendo diversos segmentos da sociedade que resultou em alguns avanços como, por exemplo: as consultas públicas que devem preceder a criação de unidades de conservação e a definição das atribuições dos conselhos consultivos e

³⁰ Conforme ressalta Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente na gestão de 2003 até 2008, em nota de apresentação do SNUC, essa lei foi resultado de um amplo processo participativo envolvendo diversos segmentos da sociedade que resultou em alguns avanços como, por exemplo: as consultas públicas que devem preceder a criação de unidades de conservação e a definição das atribuições dos conselhos consultivos e deliberativos das UCs, com o objetivo de viabilizar e legitimar a efetiva participação da sociedade na gestão das unidades de conservação.

normatização para a criação de novas Reservas Extrativistas através da regulamentação com a Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2007.

Gostaria aqui de destacar alguns artigos da IN 3 referente as solicitações para a criação de Resex:

Art. 4º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve ser encaminhada formalmente ao Instituto Chico Mendes **por população tradicional ou sua representação**. Parágrafo único. A solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não-governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada.

Art 6º A partir do recebimento da solicitação, o Instituto Chico Mendes deve efetuar uma **vistoria na área, uma ou mais reuniões com a população tradicional envolvida** e emitir parecer técnico sobre a viabilidade de criação de uma RESEX ou RDS.

Art. 7º O parecer técnico deve considerar: I - As características ambientais e o estado de conservação da área; II - a população tradicional, relacionado com a mesma e o seu nível de organização comunitária; III - a representatividade da demanda no contexto local; IV – as características sócio-culturais e econômicas da população tradicional solicitante; V – as formas de uso e manejo tradicionais; VI – os conflitos e ameaças; VII - a situação fundiária; e VIII - a importância ambiental e social da criação da RESEX ou da RDS (IN Nº 03, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p. 2).

Ao mesmo tempo em que existem essas normativas, a partir da vivência prática na mobilização da Resex do Cassurubá e acompanhando o movimento de criação de outras unidades de conservação, podemos perceber que esses processos envolvem uma ampla articulação política, resultado de negociações em que atuam o governo, a sociedade e os interesses econômicos.

Conforme já foi desenvolvido na Introdução e no Ato 2 dessa dissertação, a partir da experiência da Resex do Cassurubá podemos perceber que o processo de criação dessas unidades é complexo e estão em jogo muitos conflitos de interesses pelo uso e poder sobre o território em questão, tencionando o processo de criação. Até chegar à assinatura do decreto, se faz necessário uma permanente articulação das comunidades, com continuas mobilizações e também de parceiros locais e extra-locais que mantenham um

contato com as instâncias governamentais de forma que o processo seja consolidado.

3.3 Reservas Extrativistas e seu contexto de gestão – dialogando com a experiência da Resex do Cassurubá

De acordo com (CUNHA, 2010), inicialmente o que estava em questão na criação das Resex, nascida dentro do movimento social dos seringueiros, era como seria gerida. Ou seja, o grau de participação dos seringueiros e o uso que se faria da floresta (fundamentada no uso da terra e não na sua posse). Interessava o direito de utilização do que estava na floresta, na manutenção das comunidades, não havendo expulsão das terras e a manutenção da floresta em pé.

Cunha (2010) traz para reflexão que o processo de separação da relação entre as questões agrárias e ambientais, com as Resex sendo consideradas Unidades de possível instalação do empreendimento, não se falava quantos desempregos também se teria, quantas famílias que dependem desse ambiente teriam que mudar de atividade. Ao mesmo tempo, a sensibilização da mídia nacional trouxe como apelação a questão ambiental de Abrolhos, os estuários e manguezais da Resex do Cassurubá caso não fossem preservados poderiam ameaçar uma grande região de complexa e importante biodiversidade.

Nesse sentido, concordo com as reflexões de Cunha (2010), ainda temos muito que superar a dicotomia da conservação da natureza com a integração do ser humano.

No contexto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável como as Reservas Extrativistas, a gestão dessas unidades fica compartilhada pelo ICMBio³³ junto com as comunidades extrativistas através do Conselho Deliberativo.

³³ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela [Lei 11.516](#), o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. A missão do Instituto Chico Mendes é proteger o patrimônio natural brasileiro e promover o desenvolvimento socioambiental. Isso se dá por meio da gestão de Unidades de Conservação Federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do

No Ibama, a gestão era descentralizada através dos Núcleos do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT³⁴ em alguns estados, mais próximos das bases, ao passo que com a criação do ICMBio esses “poderes” retornam para Brasília e ficam diluídos nos diferentes macroprocessos nas coordenações regionais.

Nessa transição da gestão das UC’s do Ibama para o ICMBio, houve um Encontro Nacional dos técnicos e técnicas da extinta Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM) do Ibama, tendo como um dos resultados as publicações das Instruções Normativas 1, 2 e 3, que regulamentam o processo de criação e dois dos principais instrumentos de gestão: **o plano de manejo e o conselho deliberativo** (WEID, 2009).

A Reserva Extrativista fica estabelecida como propriedade estatal pela titularidade das terras, que existe institucionalmente segundo os princípios de uma “propriedade comunal”. O uso é garantido aos extrativistas, que dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos, definindo regras de utilização dos recursos de propriedade comum e normas de exclusão para os externos às comunidades, possibilitando, assim, a permanência das condições de sobrevivência (DIEGUES, 2001)

A questão territorial, ou seja, a relação das terras com seus usuários, as populações tradicionais, são definidas mediante um contrato entre o Estado, conforme definida pelo art. 23 do SNUC:

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão **regulados por contrato**, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo **obrigam-se** a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação (BRASIL, 2000, cap.IV art.23).

conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. Fonte: Site www.icmbio.gov.br (acesso em 20 de julho de 2011)

³⁴ Historicamente, o órgão gestor das questões relativas às Resex era o CNPT, regulamentado pela portaria N° 22-N, de 10 de fevereiro de 1992 do IBAMA. Na transição do IBAMA para o ICMBio o CNPT deixa de atuar exclusivamente na gestão das Reservas Extrativistas, compartilhando essa atribuição com os vários macroprocessos do Instituto. Nesse novo desenho institucional e político o CNPT fica com o objetivo de promover a pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de organização social e formas de gestão dos recursos naturais nas UC’s.

Atualmente na proposta de gestão do ICMBio, existe uma coordenação específica para tratar das questões referentes a Consolidação Territorial, que compreende a regularização da situação fundiária e a consolidação dos limites das unidades de conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento execução das ações de gestão desses espaços protegidos (ICMBIO, 2010).

O processo de consolidação desses contratos também é fruto de muitas negociações, e grandes pressões das lideranças para que acontecesse a liberação das áreas de território das Resex que pertenciam a Secretaria de Patrimônio da União para o ICMBio e este, posteriormente se concretizaria em um contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), com as comunidades beneficiárias. Esse processo de repasse dos direitos de uso é um passo a mais na garantia do seu território.

No ano de 2009, aconteceu o I Encontro Nacional de RESEX Costeiro-Marinhas, no Pará e desse encontro foi criada uma Comissão das Lideranças Extrativistas dessas RESEX, conhecida como Comissão de Fortalecimento das Resex Costeiras e Marinhas (CONFREM). Essa comissão teve um papel importante em pressionar o Estado para tentar garantir a efetivação da implantação das Resex, acompanhamento das políticas públicas e apoiar a criação de novas unidades.

A partir da formação da CONFREM as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas passam a conquistar espaços de negociações e articulações que podem vir a beneficiar a especificidade dos povos tradicionais que habitam essas unidades que atuam na área da pesca e mariscagem, na agricultura e também da extração de produtos das Florestas, restingas e manguezais.

Com relação a identidade das comunidades das Reservas Extrativistas elas passam a ser identificadas como populações tradicionais, conceitualmente definidas pela IN 2 do ICMBIO (2007) como:

... “grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (IN 2, ICMBIO, 2007)

Esse reconhecimento é resultado de ampla discussão, resistência e também de um processo de amadurecimento na construção de políticas específicas para determinados grupos da população que vêm historicamente sendo negligenciadas pelos poderes públicos, muitas vezes sem acessos a direitos básicos como educação, saúde. Através desses processos de demarcação de seu território como Resex e o reconhecimento enquanto populações tradicionais podem acessar diretamente as políticas públicas com benefícios específicos e ainda participar diretamente da gestão do seu território.

É importante notar que a inclusão das populações residentes no interior e no entorno das áreas protegidas se deu mais em função da perspectiva de torná-los aliados da conservação do que pelo reconhecimento de um direito, diferentemente do reconhecimento dos indígenas e dos quilombolas. Nesse contexto sócio ambiental fez emergir na cena política, certas identidades de povos diferenciados culturalmente da sociedade urbano-industrial e desprovidos de direitos, ao ancorá-las à noção de populações tradicionais (MATTOS, 2006).

Ao mesmo tempo em que a Resex significou uma possibilidade de inclusão e uma conquista do movimento seringueiro e dos povos da floresta, não significou um ganho real na mudança nas relações econômicas da sociedade que está sendo inserida. Cunha e Loureiro (2006) ressaltam que essa inclusão não será alcançada com a inserção dos produtos desses extrativistas no mercado, e sim com o controle no sistema de decisão sobre a produção, baseada na lógica dos sujeitos sociais envolvidos e não nas estruturas já definidas de satisfação do mercado consumidor.

Um importante avanço no processo de consolidação e fortalecimento das populações tradicionais foi a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).³⁵ Essa comissão tem como missão pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública direta e membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico,

³⁵ Criado pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e modificado pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o órgão tem caráter deliberativo e consultivo. Atualmente é presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). É constituído, ainda, por outros representantes de órgãos e entidades federais e de organizações não governamentais, que se reúnem de quatro em quatro meses

cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais. Entre suas principais atribuições estão coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/07.

Vale destacar que as Resex Marinhas, estão representadas nessa Comissão por uma importante liderança na luta das comunidades extrativistas, Carlinhos Alberto Pinto da Resex de Canavieiras³⁶.

No que tange aos instrumentos de gestão e de participação previstos no campo legal das Reservas Extrativistas podemos ressaltar, a partir da legislação que baliza sua implementação, destacando:

§ 2o A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5o O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo. (BRASIL, 2000, cap.III, art.18).

E ainda através das Normativas, o conselho deliberativo é definido:

“... entende-se por conselho deliberativo de RESEX e RDS o espaço legalmente constituído de **valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão** da Unidade de Conservação e sua área de influência referente as questões **sociais, econômicas, culturais e ambientais**”(ICMBIO , 2007, IN n 2 art 2º)

³⁶ Gostaria de destacar a grande contribuição da Resex de Canavieiras no processo de criação e atualmente de implementação da Resex do Cassurubá. Essa Resex também foi alvo de muitos movimentos políticos contra as Resex, pelos empresários carcinicultores do lobby do camarão que juntamente com o poder municipal local, criaram um *slogan* NATUREZA SIM, RESEX NÃO, tentando de várias formas desestruturarem a legitimidade do movimento das Resex. Isso se deve a mesma lógica que atua em todas essas questões, a lógica de que as Resexs compartilham poderes de gestão no seu território e esses grandes empreendimentos muitas vezes não querem se submeter a emancipação e participação das bases no destino de seus territórios. O que eles não sabiam era que no meio do medo e da opressão nascem a fortaleza e a esperança. Dessa forma, essa Resex se manteve firme conseguindo avanços importantes na gestão do seu território. Eu a considero como referência de articulação comunitária no processo de gestão das Resex. Só seu histórico merecia um capítulo a parte, dada a importante contribuição de sua experiência.

No que tange ao processo de formação desse conselho é a IN N° 2 que orienta esse processo de formação do Conselho Deliberativo. Nesse sentido, abaixo destaco alguns trechos que se refere às diretrizes que devem balizar esse processo:

Art 3° A formação e o funcionamento do Conselho Deliberativo de RESEX ou RDS devem considerar as seguintes diretrizes:

II – a transparência dos processos de gestão das Unidades, a **adequação a cada realidade local e o envolvimento e participação de diferentes segmentos sociais;**

III – **o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental** e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e representação social;

IV - o reconhecimento dos territórios tradicionais enquanto espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

V – a **promoção dos meios necessários e adequados** para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;

VI - a **valorização e integração de diferentes formas de saber**, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, **o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais;**

XII – a integração com políticas explicitamente orientadas pelos três eixos do **Desenvolvimento Humano - educação, saúde e renda.**

De acordo com os relatórios de gestão apresentados pelo ICMBIO (2010), atualmente, das 310 unidades de conservação federais, 188 possuem seus conselhos formados. Dos 25 conselhos criados em 2010, 7 são Reservas Extrativistas, número 50% superior à média de criação dos últimos 10 anos, mas ainda apontando que se necessita de avanços na área de implementação do processo de gestão das unidades.

De acordo com a IN N° 2 os passos iniciais para o andamento do Conselho Deliberativo gostaria de destacar a formação do grupo de trabalho:

§ 2° Para coordenação geral do processo deverá ser formado um grupo composto pelo responsável institucional e outros servidores do Instituto Chico Mendes, representantes das populações tradicionais da Unidade e, eventualmente, instituições parceiras diretamente envolvidas com a área (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p 3)

Ressalto que esse Grupo referenciado no 2º parágrafo acima, é o que durante a dissertação chamo de Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá, que foram responsáveis por articular e mobilizar as frentes de trabalho para a formação do Conselho Deliberativo. Podemos pensá-lo como um grupo provisório até a formalização do conselho.

Esse grupo teve como base a orientação legal do processo do Conselho, abaixo destacado, que ao

Art 5º A formação de Conselho Deliberativo de RESEX ou de RDS Federais obedecerá as seguintes etapas, devidamente registradas e documentadas:

I – Planejamento prévio, onde será elaborado um plano de trabalho prevendo os recursos humanos, financeiros, logísticos, estratégias de mobilização das comunidades e de divulgação das informações, bem como o cronograma de execução e parcerias necessárias para a formação do Conselho Deliberativo da Unidade;

II - identificação, sensibilização, mobilização e capacitação de representantes das populações tradicionais da Unidade;

III – realização de diagnóstico socioambiental em parceria com as populações tradicionais da Unidade, que servirá de base para a construção do Conselho Deliberativo e do Plano de Manejo Participativo;

V - sensibilização, mobilização e capacitação das representações da sociedade civil, governamentais e não governamentais, que irão compor o Conselho Deliberativo (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p 3).

A Resex do Cassurubá vem cumprindo com todos esses requisitos, fruto de uma mobilização junto a comunidade moradora da Resex e sua rede de parcerias. Esse processo culminou, em seu aniversário de 2 anos de criação (5 de junho 2011), onde se realizou uma assembléia, com grande representatividade das comunidades moradoras da Resex. Nesse dia se definiu a formação do Conselho Deliberativo, a partir das propostas construídas nas reuniões específicas com cada comunidade, anteriores a essa assembléia.

No contexto da composição de acordo com a orientação Legal da IN Nº 02 e importante frizar que as comunidades devem ter maioria na sua composição.

Art. 9º A composição do Conselho Deliberativo da Unidade deverá obedecer aos seguintes critérios:

III - deve-se garantir, na composição do Conselho, **maioria de representantes das populações tradicionais** da Unidade (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p 4).

Nesse contexto, vale explicitar que durante a assembléia de definição da composição do Conselho Deliberativo da Resex, tiveram alguns momentos que se necessitou alguns posicionamentos dos Extrativistas, com relação a essa composição, visto que alguns momentos foi sugerido uma paridade diante dos cenários que estavam se configurando. Nesse momento, uma importante liderança que já participou de vários encontros e intercâmbios, disse: *“Dessa forma agente não aceita, pois nós, extrativistas devemos ser maioria nesse conselho”*. Mostrando que estes mesmos extrativistas estão atentos aos seus direitos nesse processo e querem fazer valer esses direitos.

É importante atentar para os processos participativos de implementação dessa unidade para que eles realmente possam incluir e valorizar seus saberes, sua ética, sua estética com sua diversidade de expressão que não está fundamentada na mesma lógica convencional racional que predomina na gestão do Estado.

Nisto consistem os grandes desafios do processo de implementação dessas leis, já que representam o espaço onde os diferentes sujeitos, com distintos projetos de sociedade e de interesses, disputarão os sentidos que as Resex poderão vir a tomar.

3.4 Momentos pós - criação da Resex e contexto atual

A nova unidade de conservação (UC) abrange uma área de 100.687 hectares de estuários, restingas, mangues e ambientes marinhos entre as cidades de Caravelas e Nova Viçosa (BA). A Reserva Extrativista do Cassurubá contribuirá para a proteção dos principais ambientes costeiros do Banco dos Abrolhos, onde estão 95% dos manguezais da região, considerados berçários de várias espécies de importância ecológica e

econômica. Socialmente, beneficiará a população de cerca de 20 mil pessoas que dependem dos recursos naturais da região (Timoneiro, 2009).

Nessa tarefa de contar às pessoas que a Resex foi criada e qual era o seu papel, foi realizada a primeira reunião da Resex em dezembro de 2009, quase seis meses após sua criação, com algumas lideranças comunitárias, ONGs, poder público municipal de Caravelas e Nova Viçosa, vereadores.

Foi uma reunião onde os opositores da criação da Resex colocaram seu descontentamento, suas questões, as pessoas puderam externar suas expectativas da Resex, suas dúvidas. Também foi ressaltada a necessidade de se ampliar a participação e convidar outros atores que já participavam do processo.

Nesse ano de 2009, além da Resex, houve um profundo envolvimento dos cidadãos caravelenses em querer mudar o contexto sociopolítico local das eleições passadas, assumindo uma gestão com discurso de maior comprometimento com a Cidade e com as questões socioambientais.

Com a criação da Resex, criada como uma forma de garantir a manutenção da cultura dessas comunidades ribeirinhas, bem como conciliar a conservação ambiental, começaram as discussões de sustentabilidade ambiental e muitos questionamentos por parte da comunidade do que pode ou não fazer em seu território.

Destaco o relato de Dó Galdino (2006), que atuou fortemente na mobilização Pró- Resex junto à comunidade ribeirinha, lucidamente aponta os caminhos que a Resex teria de trilhar mesmo após sua criação:

*“... Nesse sentido, essas pessoas lutam por um dia melhor e têm como “a esperança” este momento de criação da RESEX. Por um lado é bom, mas de certa forma nos preocupa pela forma que isto pode estar sendo pensado por opositores à questão. Uma vez que estes benefícios serão medidos entre os produtos de características materiais e imateriais, e que não dependem, só do decreto de criação, pra tudo ser resolvido, e sim de uma **nova vida comunitária a partir das relações interpessoais dentro do conjunto de ações concebidas coletivamente na RESEX, durante sua implantação**” (GALDINO, 2006, p.10)*

Nessa fala de Galdino, podemos perceber o quanto é necessário se investir no trabalho de organização de base comunitária, onde as pessoas possam estar despertas para reivindicarem seus direitos, acordarem seus deveres e seus pactos de convivência, agora não só mais com sua família e seus vizinhos, mas também com um coletivo de pessoas e famílias que utilizam dessa área delimitada como Reserva Extrativista do Cassurubá.

Outro ponto é que essa nova terminologia e conceito de Resex ainda não estão bem compreendidos pela comunidade. Algumas lideranças já despertaram para o potencial poder de gestão que elas têm na mão e outras ao mesmo tempo, ainda não conseguem visualizar um benefício direto da unidade. Principalmente por não poderem mais vender suas terras, o que a princípio parece que elas não têm mais autonomia sobre a permanência nas suas terras. Isso gera uma incerteza do que realmente está guardado para eles. As perguntas de quem realmente será beneficiado com a Resex povoa o imaginário das comunidades.

È fundamental que as Políticas Públicas que possibilitem a melhoria da permanência dessas comunidades na região ribeirinha e continuidade das suas tradições possam realmente ser efetivadas, principalmente o que tange melhoria dos acessos, água, moradia, saúde, educação, valorização dos produtos extraídos e produzidos. Penso que dessa forma as comunidades vão começar a entender a potencial força da Reserva Extrativista

Atualmente temos um cenário em Caravelas de descoberta de novos potenciais, maior valorização socioambiental e cultural, de forma a se buscar investimentos que possam ter como base a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, um momento pós-conflito e com campos potencialmente promissores do *vir a ser*.

È bom refletirmos que as gestões públicas são transitórias, os cargos, as vigências de mandados, mas o povo, a sociedade permanece. Nesse contexto é importante despertar para cenários de mais participação social, construindo políticas com o povo e não só para o povo. A Resex através de seu conselho deliberativo é um espaço diferenciado dessas construções e um campo de possibilidades desse exercício de participação social.

Abaixo busco destacar nas falas dos participantes da Oficina do Teatro do Oprimido, a referência do processo histórico, as mudanças e percepção, bem como os ensaios sobre os potenciais e conceitos acerca da Resex.

Na fala do professor durante a Roda de Conversa na oficina do Teatro do Oprimido, em junho de 2010, um ano após a criação da Resex, ele faz a comparação do momento anterior e do atual, onde podemos perceber sinais de mudanças na gestão municipal, no que tange a Resex:

*“... nos mandatos anteriores tinha essa **resistência de se discutir** essas questões dentro da escola, eu falo isso como professor, de abrir para comunidade esse tipo de assunto, porque tinha a disputa entre a Resex e a Coopex,... **agora a escola está de portas abertas** para discutir isso, a gente está sempre conversando sobre isso. Falando com os pais. Eu como um dos acompanhantes desse processo, participante...” (Professor da Zona Ribeirinha)*

Outra fala que podemos ressaltar é do representante da Prefeitura que antes era contra e trabalhava a favor da Coopex e que hoje atua na gestão municipal como secretário e apóia a implementação da Resex, ajudando na mobilização para a formação do Conselho:

*“... Como se vê... Hoje eu me vejo, eu vou ter que falar a verdade. Antes eu brigava muito contra a Resex e fiz várias manifestações para que ela não fosse implantada, porque quando eu fiz isso eu tinha uma preocupação de um trabalho que poderia ser um trabalho montado e não ter continuidade era uma preocupação que eu tinha e vou te dizer que ainda tenho, **mas to vendo que através da minha contribuição ela também pode acontecer. Eu me vejo um contribuinte para o conselho, eu me vejo dentro da Resex como um contribuinte para a formação desse conselho e a constituição legal dessa Resex que é a formação desse conselho...**” (Representante da Prefeitura de Caravelas 1)*

No momento de conclusão dessa dissertação (agosto de 2011) a Resex do Cassurubá vive o momento de formalização para a criação do seu conselho deliberativo. No depoimento abaixo nos mostra a percepção do grupo sobre a Resex e seus desafios

naquele momento, as diferenças dessas percepções para cada um, as singularidades e os consensos:

“... A Resex está só o nome, falta formar, a formação só quando começar mesmo pra saber como que vai ser... Eu sou totalmente do lado da Resex, mas é... por algumas condições... por preservação. (comunitário 1)

“... Simplesmente, tô começando a entender agora, começando a entender aos pouquinhos. A gente tá melhorando, acredito que a gente tá melhorando. Assim do jeito que ela tá indo. Precisa melhorar muita coisa... tem que fazer acontecer para gente ver, fazer na prática, devagar a gente chega lá” (comunitária 2).

Acima podemos perceber a vontade das pessoas, no caso, os comunitários, moradores da Resex em vê-la funcionando. Ressalto o trecho ***tem que fazer acontecer para gente ver, fazer na prática***, mostrando que há pessoas das comunidades locais que querem ver na prática as mudanças acontecerem. O processo até o momento da oficina em junho de 2010, tinha acontecido com reuniões e encontros, esse não é o jeito que algumas pessoas das comunidades vêm a mudança, são pessoas que lidam com a prática diariamente e nesse sentido gostariam de ver melhoras no seu dia a dia.

Algumas pessoas se referiram a uma das atribuições da Resex a preservação ambiental, ressaltando a imbricada e importante relação entre os extrativistas e os consumidores da cidade, apontando um papel importante da Resex e dos extrativistas:

“... Resex foi criada para preservar o meio ambiente e os recursos naturais e fazer com que através dessa preservação há uma renovação de toda a cadeia tanto da fauna quanto da flora, para que os extrativistas possam utilizá-la com equilíbrio para que não falte para eles, não falte para nós no caso, para eles no caso, porque na cidade são consumidores dessas coisas que são extraídas na Resex, da natureza, dos recursos naturais...” (Representante da Prefeitura de Caravelas 1).

Com relação à fiscalização, algumas pessoas ressaltam que é uma importante função da Unidade e apontando-a como necessidades:

*“... tem outros problemas lá na área, principalmente na barra velha que **precisa ser fiscalizado** principalmente no mangue o pessoal tirando madeira..., tá faltando mais participação mais o órgão fiscalizador” (fiscal municipal 1).*

Também apontam não saber as competências para essas ações depois da criação da Resex:

“... a gente não sabe direito como fazer a fiscalização, não foi passado pra gente.” (fiscal municipal 2).

Ao mesmo tempo, ressaltam que sem fiscalização não existe Resex, apontando como um item fundamental em sua visão:

“Fase de inicio, se preparando, preparação. Desafios – fiscalização, Resex sem a fiscalização é a mesma coisa de não ter Resex.” (Monitora CV)

Também chamam a atenção para a necessidade de informar a comunidade:

“Eu percebo dois desafios um é informar a comunidade que está desinformada para que eles conheçam e aceitem a Resex (Representante da Prefeitura de Caravelas).

Abaixo podemos perceber que a falta de informação foi fruto do histórico e dos conflitos para a criação da unidade, além de evidenciar que ela também é uma possibilidade de emancipação, mas que necessita participação e mobilização das pessoas, o desafio das comunidades se apropriarem desse direito e ressignificar seu território:

“... Desafio é no tocante da informação. Uma coisa que ela nasceu, contra aquilo que os políticos vem fazendo que é o assistencialismo. Isso as pessoas não estão compreendendo, elas estão pensando que os benefícios vão cair do céu dentro da reserva e não vai, eles vão ter que ser buscado, vão ter que ser vindo de lá pra cá. Desafio do povo ver a reserva como sua, como parte dele e agora acredito que ainda mais a possibilidade de ser nossa mesmo”. (Professor da Zona Ribeirinha)

Com relação à necessidade de recursos para viabilizar suas necessidades aponta o recurso como fator limitante da execução de algumas atividades:

“... e outro financeiro porque eu acredito que ... eu tenho acompanhado alguns trabalhos de governo tanto municipal, estadual e federal e existe limitações financeiras que muitas vezes impedem que aquele trabalho seja desenvolvido como ele merece ser desenvolvido” (Representante da Prefeitura de Caravelas 1)

Outro ponto ressaltado pelo grupo foi a necessidade de formalização e a partir daí a construção das leis, regulamentos que possam orientar os usos e os caminhos da Resex:

“O grande desafio que a natureza e o homem eles se inter-relacionem de maneira que todos não tenham prejuízo. Os dois tenham um equilíbrio. Momento 0, momento da organização da administração, do conselho deliberativo, acho que só a partir da formação desse conselho que vamos passar para o momento 1 que vai ser a parte de começar a ver o plano de manejo, como vai ser o plano de uso, o plano de fiscalização. Acredito que ainda estamos nesse ponto 0, ou melhor um 0.1, .2 ou .3. enquanto a gente não se organizar para formar esse conselho a gente não passa para outro nível não” (Professor da Zona Ribeirinha).

“Ela foi decretada mais não foi formalizada, porque ainda não existe conselho para fazer todas as portarias e leis e portarias para gerir essa Resex” (Representante da Prefeitura de Caravelas 1)

“Até quem ta contra também tem a vontade de ver o que ela vai dar certo. Desafios, grandes desafios, sensibilização, convencimento, conseguir convencer as outras pessoas. Não é uma construção só de uma pessoa, das pessoas pensarem como vão se beneficiar, mas como o grupo, a comunidade inteira, (Representante do movimento cultural 1) .

No último trecho há um destaque para questão importante que é a construção coletiva, o bem comum e o desafio dessa construção.

Através dos depoimentos transcritos, podemos perceber a necessidade e o desafio de integração desses diversos temas (fiscalização, recursos financeiros, informação, formação do conselho deliberativo, sensibilização, mobilização) externados

por esse grupo, no processo de gestão da unidade. A amplitude de percepções que cada um tem da Resex, essa diversidade apontada pelos participantes da oficina acho que bem representa as diferentes visões desse momento pós - criação da unidade. Não existe uma verdade, existem diferentes percepções complementares e não excludentes, como Boff (2004) sabiamente reflete:

“... Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha... (BOFF, 2004, p. 9)”

É nesse contexto de muitas potencialidades, grande sociobiodiversidade e imbricado processo de investimento e desenvolvimento econômico para região, que este trabalho está inserido e está permeado, buscando relacionar a arte como um importante fator de mobilização, sensibilização e transformação social, através da metodologia do Teatro do Oprimido.

ATO 4. DIALOGANDO COM OS CAMPOS EMERGENTES DE POSSIBILIDADES

Este capítulo busca ressaltar os campos emergentes de possibilidades, onde convido alguns autores como Valéria Giannella, Boaventura Souza Santos, Paulo Freire, Milton Santos, Genauto França Filho, Marilena Chauí e Augusto Boal para refletir sobre os desafios da nossa sociedade no momento presente e dialogar com a experiência prática.

As concepções e desejos de uma vida e de uma sociedade melhor, presentes desde sempre na história humana, variam quanto à forma e ao conteúdo de acordo com o tempo e o espaço. Expressam tendências e latências de uma dada época e de uma dada sociedade (SANTOS, 2005).

Vivemos um momento de transição na humanidade, ao mesmo tempo um período e uma crise, na qual muitos autores indicam a necessidade de uma mudança paradigmática, de visão de mundo, no contexto da atual Globalização e de uma necessidade de democratização da estética.

De acordo com Santos (1996), vivemos um momento de transição entre um paradigma dominante para o que ele chama de construção do paradigma emergente:

“... Cientes de que o que nos separa do saber aristotélico e medieval ainda dominante não é apenas nem tanto **uma melhor observação** dos factos como, sobretudo, **uma nova visão do mundo e da vida**, os protagonistas do novo paradigma conduzem uma luta apaixonada contra todas as formas de dogmatismo e de autoridade” (SANTOS, 1996, p. 12).

A gestação do novo na história, de acordo com Santos (2000), dá-se de modo quase imperceptível para os contemporâneos, visto que as sementes das mudanças começam a se impor quando o velho ainda é quantitativamente dominante. Por isso ele chama a atenção que essa qualidade do novo pode passar despercebido, mas que a idéia de movimento e mudança é inerente a evolução da humanidade e é dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem.

Temos a consciência de viver um novo período, mas o novo que mais facilmente aprendemos é a utilização de formidáveis recursos da técnica e da ciência pelas novas formas do grande capital, apoiado por formas institucionais igualmente novas. É somente agora com a globalização que a humanidade está podendo contar com essa nova qualidade técnica, providenciada pela técnica informacional, passando a exercer um papel de elo, unindo e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico (SANTOS, 2000, p.141).

Giannella (2009) lembra alguns pilares do paradigma positivista e sua visão de mundo que acrescentam ao que foi dito acima: a idéia de que o mundo que existe lá fora é independente de nosso olhar; que existe uma única visão de mundo (a científica) e de racionalidade (a instrumental, linear) válida; que existe um único sujeito apto a produzir conhecimento verdadeiro e, por isso, válido (o cientista), decorrendo a idéia de que o mundo está organizado de forma dicotômica.

No quadro abaixo, a autora sintetiza em linhas gerais as bases estruturantes de um paradigma comparando o Positivismo e o Pós – Positivismo.

	POSITIVISMO	PÓS –POSITIVISTA
Visão da realidade	Objetiva, determinista.	Construtiva, objetivo e subjetivo se entrelaçam na atividade de fazer sentido do real.
Racionalidade	Única, linear, instrumental.	Múltiplas, todas legítimas e necessárias para a compreensão do real. Objetivo: racionalidade integral
Formas de produção do conhecimento	Hipotético-dedutiva ou indutiva. Sempre assumindo a existência de leis gerais a serem descobertas.	Baseada na interação entre sujeitos, visões, razões e racionalidades. O conhecimento é produto desta interação
Organização do campo do conhecimento	Dicotômica, excludente.	Sistêmica. As dicotomias não são a realidade e sim nossa reconstrução dela. Para conhecermos precisamos integrá-las.
Quem \ como conhece	O cientista, de forma objetiva, impessoal e destacada, pelo	Todos os sujeitos. Cada um com suas competências e

método uniformizado e replicável.	rigoroso, formas de abordar e fazer sentido da realidade.
--------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

Quadro 1: Elementos estruturantes de um paradigma. (GIANELLA in CANÇADO et al, 2008, p.14)

O positivismo, que ainda permeia muito de nossas ações e que marcou fortemente a construção da nossa sociedade atual, não consegue dar conta dessa complexidade socioambiental, cultural e econômica na qual estamos embebidos atualmente. Buscamos caminhos possíveis para transcender rumo à construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais sustentável e mais democrática, que não seja pautada somente pelos valores do pensamento ocidental, mas que tenham múltiplos arranjos.

Santos (2000) traz mais uma reflexão do processo de globalização e nos provoca que para entendê-la, considerando-a como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, devemos levar em conta dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. Nesse sentido, o autor colabora com a discussão da globalização apontando alguns dos seus elementos constitutivos que contribuem para explicar a sua arquitetura atual: 1) **A unicidade da técnica;** 2) **a convergência dos momentos;** 3) **a existência de um motor único na história** e 4) **a cognoscibilidade do planeta.**

No campo da **unicidade da técnica**, vai permitir duas grandes coisas: que **as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas**, assegurando o comércio entre elas que antes não era possível e por outro lado, tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, **a convergência dos momentos**, assegurando a simultaneidade das ações e acelerando o processo histórico. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se um ator de menor importância no período atual. (SANTOS, 2000, pp. 25-27).

Nesse sentido, vale um destaque, visto que é nesse campo que percebo que existe uma convergência com a proposta do Teatro do Oprimido. Se o resultado dessas

acelerações tem sido o residual no âmbito social, o TO busca sair dessa invisibilidade, despertando a potência de ação de cada ser humano.

Quem são os atores do tempo real? Somos todos nós? A história é comandada pelos atores desse tempo real, ao mesmo tempo são os donos da velocidade e do discurso ideológico. Potencialmente ele existe para todos, mas efetivamente, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou privilégios de uso (SANTOS, 2000). Nesse sentido, a necessidade de se ampliar o presente, para que através da visibilidade dos invisíveis se possa colocar uma *rédea curta* nesse tempo e se pautar a inclusão da relatividade do tempo e não da linearidade do tempo.

A partir de agora a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. Isso se tornou possível pela mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Isso faria pensar que o mundo caminha para uma homogeneização, uma vocação ao padrão único. Ao mesmo tempo, é, sobretudo uma tendência, porque em nenhum lugar, em nenhum país houve uma completa internacionalização. O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter - se a frente da corrida (SANTOS, 2000, pp. 29-31).

Nesse campo do motor único, é importante ressaltar que deve haver um cuidado para que através das Reservas Extrativistas, não exista um empenho em criar expectativas de organização social voltada somente para a inserção econômica no mercado. A realidade é que o mercado é para poucos, mas todos nós o alimentamos. Nesse sentido, a busca no processo de despertar é importante não negligenciarmos a condição histórica do mundo e a busca de alternativas credíveis, como por exemplo, o campo da economia solidária.

A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial a operação das empresas e a produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2000). Nesse caso, me remeto ao maior empreendimento de carcinicultura que queria se instalar na região dos manguezais da Resex do Cassurubá, entre outros empreendimentos na Zona Costeira

brasileira. Vale ressaltar que esses territórios são escolhidos previamente, mediante uma combinação entre os acordos dos interesses do capital e os afrouxamentos políticos.

Por outro lado, Santos (2004) traz uma importante reflexão: sem uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, chamado pelo autor de razão indolente, que vigora há pelo menos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito. Nesse sentido, ele propõe outro modelo de racionalidade a qual ele intitulou de razão cosmopolita contendo a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Essa crítica parte de alguns pressupostos de que:

- 1) A compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo;
- 2) Que a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social, tem muita relação com concepções do tempo e da temporalidade;
- 3) A característica mais fundamental é o fato de que por um lado contrai o presente, por outro expande o futuro. Na contração do presente ocasionada pela concepção da totalidade que transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro, o modo linear e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente(SANTOS, 2004).

Boal (2009) colabora com essa crítica no campo da ditadura estética e do analfabetismo estético, cujos pilares estão entre os Três Poderes: Palavra, Som e Imagem, por onde as idéias dominantes nos escravizam. “Como é possível defender a multiplicidade cultural e, ao mesmo tempo, a idéia de que existe apenas uma estética válida para todos? Seria o mesmo que defender a democracia e, ao mesmo tempo a ditadura” (BOAL, 2009, p. 15).

Estamos sempre lamentando que nos países pobres e entre os pobres dos países ricos, seja tão elevado o número de pré-cidadãos fragilizados por não saberem ler, nem escrever e o quanto o analfabetismo é usado pelas classes dominantes como severa arma de isolamento, repressão, opressão e exploração. O fato de não saberem falar, ver, nem

ouvir é pior ou igual forma de analfabetismo, uma cega e muda surdez estética, alienando o indivíduo da produção de sua arte e da sua cultura, e do exercício criativo de todas as formas de **Pensamento Sensível** (grifo meu). Reduz indivíduos, potencialmente criadores, à condição de espectadores (BOAL, 2009, p.15).

A castração estética vulnerabiliza a cidadania obrigando-a a obedecer a mensagens imperativas da mídia, da cátedra e do palanque, do púlpito e de todos os sargentos, sem pensá-las, refutá-las, sequer entendê-las. Esse analfabetismo estético é perigoso instrumento de dominação que permite aos opressores a subliminal **Invasão dos Cérebros** (BOAL, 2009, p.15).

Ao mesmo tempo, pondera Freire (2000):

“A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo mas *com* o mundo e *com* os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. É neste sentido que mulheres e homens interferem no mundo enquanto os outros animais apenas *mexem* nele. É por isso que não apenas temos história, mas fazemos a história que igualmente nos faz e que nos torna, portanto, históricos (FREIRE 2000, p. 28).

4.1 Reconhecimentos para as TRANSFORMA - AÇÕES

Santos (2004) reporta a **totalidade** (grifo meu) da razão indolente e propõe o contraponto da razão cosmopolita. Boal se expressa sobre as **idéias dominantes** (grifo meu), que dominam os canais estéticos da Palavra, Som e Imagem e propõe outras estéticas, no campo das artes.

Por meio desse arcabouço teórico, busco elucidar os mecanismos de produção de invisibilidade e não validação de algumas práticas sociais como resultado da razão indolente e ressaltando como essa visão está incorporada no processo de mecanização da lógica de gestão adotada pelos gestores (as) sociais. Nesse sentido, é importante reconhecermos esses mecanismos para avançarmos com outras lógicas que possibilitem promover a visibilidade e validação das falas, linguagens, cultura, jeito de se organizar

das comunidades tradicionais, dos movimentos de cultura popular e das propostas de inserção da arte na gestão socioambiental.

Por meio da crítica à razão indolente ocorrida em quatro formas diferentes, razão impotente, arrogante, metonímica e proléptica, Santos (2004) busca conhecer as lógicas de invisibilização e não validação, por meio da crítica à razão metonímica que, de acordo com o autor, é a razão que traz a idéia obcecada da totalidade sob a forma da ordem, uma homogeneidade entre o todo e as partes, onde estas não têm relação com a totalidade. Sua forma mais acabada é a dicotomia entre cultura científica x literária; conhecimento científico x tradicional; homem x mulher; cultura x natureza, civilizado x primitivo; capital x trabalho; branco x negro; Norte x Sul; Ocidente x Oriente. (SANTOS, 2004, p. 782).

Santos (2004) propõe cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, a saber:

1 - *monocultura do saber ou do rigor do saber*, tudo que ela não legitima ou reconhece é declarado inexistente;

2 - *monocultura do tempo linear*, a idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização;

3 - *lógica da classificação social*, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. A classificação racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica.

4 - *Lógica da escala dominante*, a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas principais: o universal e o global. No âmbito desta lógica, a não existência é produzida sob a forma do particular e do local.

5 - *lógica produtivista* assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo.

Em contraponto a essas lógicas, Santos (2004) propõe a sociologia das ausências, criando condições para ampliar o campo das experiências credíveis nesse tempo e contribuir para ampliar o mundo e dilatar o presente. As propostas de superação da totalidade que a razão metonímia sustenta são:

Ecologia dos saberes – não há ignorância em geral e nem saber em geral, “toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular” (SANTOS, 1995 *apud* SANTOS 2004, p.790). Com o princípio da incompletude de todos os saberes decorre a possibilidades de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para o diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. Práticas diferentes se transformam em práticas diferentemente sábias.

Ecologia das temporalidades – entre as muitas concepções de tempo, a linear não é a mais praticada. A necessidade de tomar em conta esta diferente concepção de tempo deriva do fato, de que as sociedades entendem o poder a partir de concepções de temporalidade que nelas circulam. As relações de dominação mais resistentes são essas hierarquias que reduzem tanta experiência social a condição de resíduo. Libertar as práticas sociais do seu estatuto de resíduo nos permite restituir-lhe a sua temporalidade própria e assim a possibilidade de ser autônomo.

Dilatação do presente pela relativização do tempo linear e pela valorização das outras temporalidades.

Ecologia do reconhecimento – a colonialidade do poder capitalista consiste em identificar diferença com desigualdades, ao mesmo tempo em que se arroga o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente. As diferenças que subexistem quando desaparece a hierarquia tornam-se uma denúncia poderosa das diferenças que a hierarquia exige para não desaparecer.

A realidade não pode ser reduzida ao que existe, trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão, da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidos como não existentes.

Nesse sentido, falar da gestão socioambiental da Reserva Extrativista é falar de inclusão, de participação e de autogestão democrática em potencial. Digo em potencial, pois, como afirma Loureiro (2007):

“... a prática emancipatória se define pela ação e construção dialógica com o outro e não pelo outro, para o outro ou sem o outro, em que este outro, se coloca e, de fato, está em condições igualitárias de conhecer, falar, se posicionar, decidir e ter o justo acesso ao patrimônio cultural que a humanidade gerou até aqui.” (LOUREIRO, 2007, p. 161).

As reservas extrativistas são unidades criadas como um caminho possível na resolução de um conflito de uso do território, pela iniciativa e vontade das comunidades que vivem na área. São criadas para reconhecer direitos e assegurar os recursos naturais que elas dependem para viver e muitas vezes encontram-se ameaçados pela lógica do mercado e dos projetos de desenvolvimento imperialistas. Ao passo que carregam consigo o peso de que esses recursos continuem sendo utilizados e protegidos, em benefícios delas e da sociedade, para as presentes e futuras gerações.

Acho importante destacar um contraponto, elucidado por Lobão (2006) onde, no fundo, o saber ambiental questiona o modelo epistêmico, mas não questiona o modelo econômico, acreditando que a partir da problemática ambiental será possível transformar o saber. Mas se esquece que o Ambiente, na visão do Desenvolvimento Sustentável é um construto da racionalidade ocidental, e, portanto seria esperar demais que o pilar de um modelo pudesse ser utilizado para construir sua própria alternativa.

Nesse sentido, o exercício trazido pelos cinco domínios da sociologia das ausências, no campo das ecologias, tem como objetivo revelar a diversidade e a multiplicidade de práticas sociais e dar crédito, sair da invisibilidade, em contraste com a credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. Trazer o conceito de ecologia, re-significando com todas essas ecologias de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe, pois muitas existências são ausentadas por seu silêncio, supressão e marginalidade (SANTOS, 2004).

Trago essas reflexões de SANTOS, como uma forma de tentar destacar essa lógica de silenciamento e invisibilização, da ampla diversidade do que compõe as práticas sociais. É compreendendo um pouco dessas lógicas que podemos ressignificar nossos discursos e intervenções possibilitando colorir o campo de práticas socioambientais, fazendo-as visíveis na diversidade do espectro de visão aos olhos humanos.

4.2. Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas como Espaço Pedagógico na Formação de Gestores (as) Sociais

Até agora podemos perceber no Ato 2 e 3 que a questão das Reservas Extrativistas é uma questão complexa, a concepção que nasce dentro da floresta e se expande pelo litoral, que envolvem diversos atores e poderes sobre o território, além de ser em seu cerne uma proposta diferenciada de estratégia de conservação ambiental, onde as pessoas não estão fora ou nas margens, estão dentro e são um dos pilares para essa sustentabilidade.

Nesse sentido, busco refletir o conceito de gestão social e seu encontro com a gestão ambiental. Perceber o conselho deliberativo da Resex enquanto espaço de gestão e de encontro dos diversos atores e atrizes envolvidos nesse território. Nesse cenário, ressaltar a importância da contínua formação dos conselheiros enquanto gestores (as) sociais e profissionais do desenvolvimento do seu território.

4.2.1 Da gestão social e ambiental

De acordo com França Filho (2008), a definição clássica de gestão dentro da tradição administrativa, ainda em vigor nos dias atuais, é aquela introduzida por H. Fayol, que encerra a gestão em quatro processos gerenciais básicos: o planejamento, a organização, a direção e o controle. Essa lógica dominante atuou fortemente na formação dos gestores convencionais. Ao mesmo tempo, provoca que na atualidade da prática gestonária se tem pensado muito mais no conteúdo de cada processo gerencial do que na definição propriamente dita.

Nesse cenário, no tronco, de acordo com WEID (2009), estão os órgãos responsáveis pela gestão e implementação do SNUC (Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama e os Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.e conservação estaduais). Na copa as categorias de Unidades de Conservação, divididas em Proteção Integral (lado esquerdo) representada pelo desenho com ausência da figura humana e já nas categorias de Uso Sustentável (lado direito da copa), onde se insere as Reservas Extrativistas, têm a mesma paisagem só que com uma grande diferença que é a presença humana se relacionando com essa natureza e essa paisagem não somente com a contemplação, mas com o trabalho. Essas últimas unidades têm como instrumento de gestão um conselho deliberativo.

No que tange aos processos de gestão, Nascimento (2008) aponta que a dimensão socioambiental é a mais difícil de implementar, visto que está relacionada aos valores fundamentais da vida em sociedade, como os direitos humanos, dos empregados e grupos de interesse, a proteção do meio ambiente, a relação com as associações representativas da comunidade.

Nascimento adota como conceito de gestão socioambiental estratégica:

“... a inserção da variável socioambiental ao longo de todo o processo gerencial do planejar, organizar, dirigir e controlar, utilizando-se das funções que compõem esse processo gerencial, bem como, das interações que ocorrem no ecossistema de mercado³⁷, visando atingir seus objetivos e metas de forma mais sustentável possível” (NASCIMENTO, 2008, p. 18).

³⁷ O conceito adotado pelo autor incorpora “o conceito de ecologia e de economia, sendo o conjunto das relações e interações que ocorrem entre os componentes e (ou) variáveis do macroambiente (econômica, tecnológica, demográfica, político-legal, sociocultural, competitiva, ambiente natural), Microambiente (parceiros, fornecedores, concorrentes, cliente, consumidores, usuários) e do ambiente interno como a organização em si mesma com todas as áreas e departamentos que ela possui”. (NASCIMENTO, 2008).

Vieira (2008) identifica o socioambientalismo como um processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas, em 1989. Ressalta que a sua emergência tem como base as políticas públicas ambientais que só funcionam com eficácia social e sustentabilidade política caso incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.

A partir dessas reflexões, retomo as considerações de França Filho (2008) quando nos convida a refletir o campo da gestão social sobre dois níveis de percepção: 1) de um lado uma problemática de sociedade (nível societário) e outro 2) uma modalidade específica que é a organizacional. Na primeira diz respeito à gestão das demandas e necessidade do social. Nesse sentido acaba se confundindo com a gestão pública, visto que essa gestão das demandas e necessidades do social sempre estiveram como atribuição do Estado na modernidade, através das políticas públicas, especialmente as políticas sociais.

Enquanto problemática de sociedade se diz respeito à gestão de demandas e necessidades do social. Lembrando que o “principal *locus* de constituição das identidades individuais e coletivas passa pelo trabalho, isso pautado na lógica predominante da esfera econômica em detrimento da política, cultural, social, ecológica”. Nesse sentido a gestão social, poderia se confundir com a própria idéia de gestão pública, visto que as demandas e necessidades sociais estão no campo das atribuições do Estado na modernidade, com as políticas públicas e políticas sociais. Ao mesmo tempo isso não significa exclusividade. Dessa forma, França Filho, coloca que o conceito gestão social vem sugerir que, além do Estado, essa gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através de suas diversas formas e mecanismos de auto-organização, destacando o fenômeno associativo (FRANÇA FILHO, 2008).

Essa proposta não vem embebida no conceito liberal de Estado, reforçando o papel de que seria desejável e necessário, em contraponto a substituição do papel do

Estado pela sociedade civil em termos de serviço público. Mas reflete com isso, que se quisermos apostar na democratização da sociedade, devemos valorizar a modalidade associativa, ressaltando que o político enquanto dimensão constitutiva da vida humana não é atribuição do estado enquanto instituição (FRANÇA FILHO, 2008).

Nesse sentido, trago as contribuições de Milani (2008), quando coloca:

“Os atores sociais (do governo à sociedade) tem função estratégica na renovação do processo de formulação das políticas públicas locais. A aplicação do princípio participativo pode contribuir na construção da legitimidade do governo local, promover uma cultura mais democrática, tornar as decisões e a gestão em matéria de políticas públicas mais eficazes. Os governos locais, não são mais considerados simples agências prestadoras de serviços; **são chamados a garantir a articulação da ação pública local** (grifos meus)” (MILANI, 2008, p 574).

Podemos perceber esse chamado da articulação pública local, explicitado por Milani e a possibilidade do incentivo a modalidade associativa, conforme os artigos abaixo destacados referente às competências do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas:

II - demandar e propor, aos órgãos competentes, políticas públicas que promovam a qualidade de vida das populações tradicionais da Unidade;

VI - estimular e apoiar a criação ou o fortalecimento e formalização das organizações das populações tradicionais da Unidade, possibilitando a autonomia e o protagonismo dessas populações no seu processo de gestão (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p 6).

Enquanto campo emergente e potencialmente fecundo, França Filho (2008) traz uma importante contribuição ao conceito de gestão social, reconhecendo que ela refere-se a algo que se elabora num espaço público, estatal ou societário e uma forte vocação de redefinição da relação entre economia e política, propondo uma reconciliação entre o econômico e o social.

Nesse caso, permite “não reduzir o político ao governamental e na dimensão econômica não reduzindo-a ao mercadológico”, ou seja, inverte-se a lógica da relação entre o econômico e o social, acrescentando o político. Esse econômico “se transforma em um meio para atingir os outros objetivos (sociais, políticos, culturais, ecológicos, etc)”, deixando sementes para uma nova cultura política cidadã e democrática nas organizações.

4.2.2 - Conselho Deliberativo como Potencial Espaço Educativo

De acordo com Lima Jr. (2004), considera que os direitos ambientais têm assegurado a fundamentalidade constitucional reconhecida aos direitos humanos. Nesse caso, o autor afirma que como consta no artigo 225 da constituição “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, é um pressuposto para concretização da qualidade de vida. “A fundamentalidade dos direitos ambientais está ligada a uma visão baseada no principio da indivisibilidade dos direitos humanos”.

Nesse contexto, Quintas (2006) ressalta que na prática, a apropriação e uso dos recursos ambientais não acontecem de forma tranqüila. Existe um jogo de interesses dos atores que atuam de alguma forma em determinado território, visando seu controle ou sua defesa. Ao tempo que reforça que o processo decisório sobre a destinação dos recursos ambientais da sociedade, opera em um ambiente tensionado, de conflitos de interesses.

Quintas (2006) traz a proposta da Educação no Processo de Gestão Ambiental reconhecendo:

“o espaço de gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo ensino – aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre as decisões...que afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e futuras gerações” (QUINTAS, 2006, p134).

No que tange aos espaços públicos de construção de definição e execução de políticas, Loureiro e Cunha (2008) apontam que a Constituição Federal de 1988, indicou necessidade desses espaços em vários setores, inclusive o de meio ambiente que somados ao “efeito Rio 92”, se instituiu outras instâncias nessa seara como conselhos, comitês de bacias, Agendas 21, coletivos jovens. Ressaltam o papel desses espaços na capilarização e na consolidação da participação popular nas diversas esferas de consulta e decisão e ao mesmo tempo chamam a atenção os desafios da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais, “especialmente no que tange à equitativa possibilidade de acesso e intervenção dos grupos sociais que têm seus interesses representados ou cujos interesses são atingidos pela discussão”.

Bracagioli (2007) pondera as questões da “participação”, retomando o processo histórico e ressaltando que na década de 80 os projetos *top – down* (de cima para baixo) não deram certo, pois não promoviam inclusão social. Isso fez com que a idéia de participação tomasse força maior, aparecendo com maior frequência em documentos de organismos internacionais e organizações de cooperação internacional.

Ao mesmo tempo, essa cultura da “evangelização participativa”, estando a participação inserida em todos os projetos, criou-se uma “vulgarização” do termo participação, mais do que sua real capacidade de empoderamento e efetivação prática. Bracagioli (2007) reflete que nessa expansão do discurso participativo, muitas “instâncias participativas” foram criadas apenas legitimar políticas de cunho neoliberal, onde a ausência do Estado foi delegada, como por exemplo, alguns conselhos.

Loureiro e Cunha (2008) destacam os conselhos, como um dos espaços de maior aceitação para se estabelecer formas de gestão e diálogo entre as organizações da sociedade civil e os governos na configuração do Estado e de políticas públicas específicas (setoriais, temáticas, de programas, etc.). Quintas (2007) reforça que cabe ao Estado criar condições para transformar o espaço “técnico” da “gestão ambiental” em espaço público, evitando que os consensos sejam construídos somente entre os atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade, à margem dos excluídos.

Nesse sentido, o conselho deliberativo das Reservas Extrativistas, em questão, é definido por:

“... espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da unidade de conservação e sua área de influência referente às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (Art. 2º, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 18 de setembro de 2007).

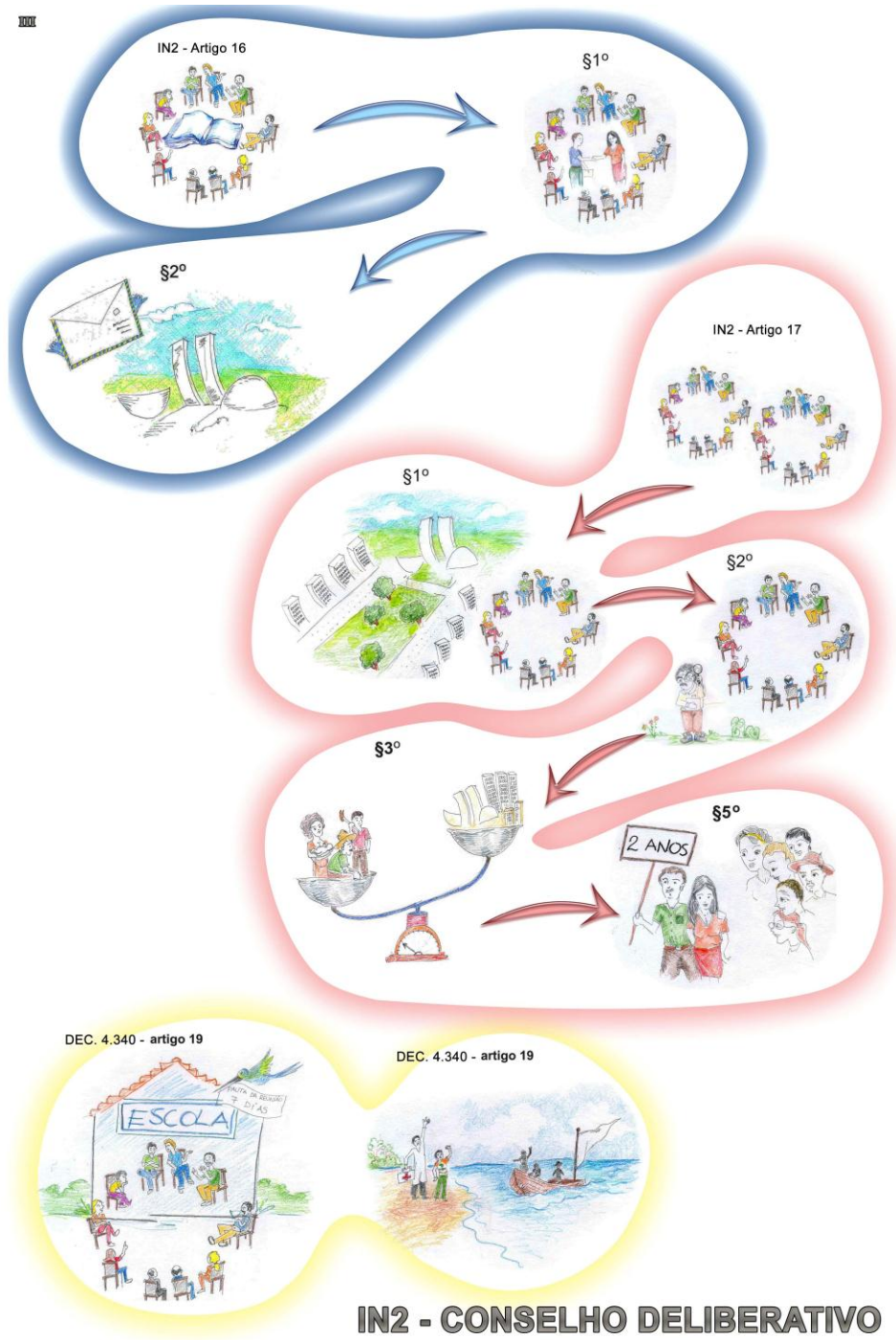


Figura 15. Desenho Ilustrativo da IN 2 que trata sobre a formação do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativista. (WEID, 2009).

Imerso nessas considerações e observando a figura acima em que todo o processo de decisão passa por um momento coletivo, entendo o Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas como um espaço de gestão socioambiental e como elemento

estruturante na organização de um processo ensino – aprendizagem, conforme contribuições de Quintas (2007).

Nesse sentido, destaco as atribuições do Conselho, previstas na IN 2:

V - promover ampla discussão sobre o papel da Unidade e a sua gestão;

VII - definir mecanismos de tomada de decisão que assegurem a efetiva participação das populações tradicionais na gestão da Unidade;

IX - indicar representantes para acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Manejo Participativo da Unidade;

XI - consultar previamente as populações tradicionais da Unidade sobre autorização de exploração de produtos ou serviços potencialmente causadores de impacto ambiental ou que acarretem ônus financeiro para as comunidades tradicionais ou suas entidades organizativas;

(Art. 17, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007, p 6).

No que tange a participação as competências do Conselho são bem definidas, ao passo que toda essa regulamentação não garante na prática que o exercício de gestão socioambiental e de controle social seja realmente participativo e democrático.

Weid (2010) reforça que no processo de consolidação de um conselho deve-se “levar em consideração as disparidades na capacidade de participação, de modo a criar condições para a real democratização do processo decisório”, revela ainda, que essa situação só será possível se houver o envolvimento efetivo dos grupos sociais que sempre estiveram à margem das medidas decorrentes da gestão e geralmente os mais afetados pelas áreas protegidas. Nesse sentido, afirma a necessidade de haver um “processo constante de construção de conhecimentos que não se prestem a simples tradução, mas que demonstrem a articulação dos diferentes saberes, reconhecendo a heterogeneidade do espaço público” (WEID, 2010 p. 35).

Entendo o Conselho Deliberativo como um palco onde temos uma heterogeneidade de atores sociais, onde os conselheiros, representantes das comunidades e das instituições governamentais e não governamentais são potenciais

gestores (as) socioambientais. Que na medida em que atuam se transformam e transformam seus espaços.

Inojosa e Junqueira (2008, p179), reforçam que “precisamos que as pessoas estejam conscientizadas e preparadas para agir de modo transdisciplinar e cooperativo”, nesse sentido é importante que elas “tragam para a prática do cotidiano as propostas de trabalho conjunto”. Dessa forma, poderem alcançar resultados capazes de legitimar a continuidade de projetos e programas dentro de seu contexto de atuação.

Nesse cenário, entendendo os (as) gestores (as) socioambientais, como “protagonista solidário e enquanto parte de uma liderança coletiva”, a sua formação deverá estar embebida a percebê-lo enquanto um *espec-ator*, que ao mesmo tempo “sujeito da experiência e corpo ativo que reage, interfere e que se observa e observa”. (MOURA, 2011).

Nesse sentido compartilho com Freire

“... deste modo a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais do que pseudo-participação, é o que dever ser: engajamento” (FREIRE, 1994, p32).

No que se refere a engajamento, penso ser uma importante contribuição do Teatro do Oprimido, a partir do que está sendo elaborado e tecido nessa dissertação, o exercitar dessa atuação participativa. Uma metodologia potencial na formação de gestores (as) socioambientais, visto que de acordo com Boal (2009) a “meta principal do TO é através dos meios estéticos, descobrir e conhecer a sociedade em que vivemos, e sobretudo, transformá-la”.



Fluidez da forma. Técnica: aquarela. Erika de Almeida

ÁGUA (ATOS 5 e 6)

ATO 5. O TEATRO DO OPRIMIDO - DIALOGANDO COM SUA ÉTICA E SUA ESTÉTICA, CONTEXTOS DE UMA METODOLOGIA INTEGRATIVA

*“A imagem do mundo que temos só pode ser
superada com imagens de um futuro que queremos”.*

Wilhelm Ernst Burkhoff

Reconhecendo os processos de invisibilização, de negação da diversidade do pensamento positivista e compreendendo que no campo das unidades de conservação as Resex são um exercício prático em potencial e pós-positivista. O Conselho Deliberativo, no campo da gestão socioambiental, é a principal arena, um espaço fecundo de formação de gestores sociais, potenciais enraizadores e promotores do movimento comunitário articulado no território da Resex.

Como já destaquei em Giannella (2007b, p. 10-12), as visões, metodologias e técnicas descendentes do paradigma positivista resultam patentemente inadequadas às novas condições da ação. Ao mesmo tempo as novas abordagens, e o instrumental que elas suportam, parecem sofrer de um complexo de inferioridade a frente deste poderoso predecessor. Pois é claro que a visão cientista, oriunda do modelo das ciências naturais do século XIX, com todos os implícitos que ela traz embutidos, informou de si não apenas as ciências sociais e humanas, mas o próprio senso comum, determinando ainda hoje os padrões do que, sendo científico, é considerado racional e legítimo, passível de trazer os resultados, principalmente quantitativos, esperados.

Partindo do pressuposto que queremos avançar na gestão socioambiental com uma perspectiva inclusiva, democrática e emancipatória é importante ressaltar o amadurecimento das metodologias não-convencionais sugeridas por Giannella e Moura (2009) e que atualmente estão sendo chamadas de metodologias integrativas (Giannella, com.pess., 2011). As autoras ressaltam que há quase duas décadas falou-se em participação e inclusão, mas nossos métodos ainda privilegiam os que sabem; os que

dominam os códigos da racionalidade linear e instrumental, os que têm poder de informação, fala e de oposição.

Giannella (2009) reforça e propõe que, para esses sujeitos resgatarem suas vozes, não podemos apenas “chegar com nossos projetos lhes propondo participar, devemos re-inventar juntos as formas da fala individual e coletiva para se atingir até o ponto de nos re-apropriarmos de nossa integralidade de seres-sentir-pensantes”.

Nesse caso uma base importante é a proposta das Metodologias Integrativas (MI) como um caminho possível, objetivando o acesso a uma percepção mais rica e integrada do real, incluindo os recursos das artes e do lúdico como instrumento potencialmente poderosos, porque tocam teclas, despertam e legitimam sensibilidades além das puramente racionais.

De acordo com Gianella (2009):

“Podemos dizer que as Metodologias Não Convencionais são instrumentos decorrentes de uma nova visão paradigmática, os quais nos auxiliam no ensino e na prática de qualquer disciplina que pretende lidar com a complexidade das sociedades humanas. A gestão social e a construção participativa de políticas públicas estão, sem dúvida, contempladas nesse conjunto” (GIANNELA, 2009, p.19).

Nesse sentido proponho inserir no contexto da gestão socioambiental o Teatro do Oprimido como uma Metodologia não-Convencional e Integrativa, integrando com a proposta de Santos (2004), que sugere que o exercício da sociologia das ausências tem lugar na confrontação com o senso comum científico tradicional³⁸ e necessita de uma imaginação sociológica: epistemológica e democrática. Epistemológica porque permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas e democrática porque reconhece as diferentes práticas e atores sociais(SANTOS, 2004, p. 793).

Penso que o Teatro do Oprimido e sua estética se encontram dentro dessa proposta de Santos (2004), imersas pela imaginação epistemológica e democrática.

³⁸ (*grifos meus* eu trocaria por convencional, visto que as visões tradicionais podem estar mais perto da diversidade)

Nesse sentido buscarei apresentar nos parágrafos seguintes a proposta da Estética do Oprimido.

O Teatro do Oprimido é um método teatral que se manifesta através da Estética do Oprimido. Essa estética é uma forma essencial de combater a invasão dos cérebros porque coloca o oprimido como protagonista do processo estético. Seu objetivo não é levar cultura ao povo, mas oferecer meios estéticos necessários para o desenvolvimento da sua própria cultura, com seus próprios meios e metas. Não apenas tem o propósito de educar nos elementos essenciais do como se pode fazer, mas pedagogicamente, estimula os participantes a buscarem seus caminhos (BOAL, 2009).

Nesse sentido de protagonismo do processo estético, revela-se uma estética democrática: ao tornar seus participantes capazes de produzir suas obras, os auxiliam a expor os produtos pseudoculturais que são obrigados a tragar no dia-a-dia dos meios de comunicação (BOAL, 2009).

De acordo com Chauí (2009), massificar é o contrário de democratizar a cultura, ou melhor, é a negação da democratização da cultura. Estamos numa guerra dos sentidos, na qual somos bombardeados instantaneamente por informações que nos escravizam mentalmente. Segundo Boal (2005), temos que criar defesas contra a escravidão estética que há tantas décadas nos está impondo.

Dessa forma, Boal (2009) propõe a estética do oprimido com duas idéias principais: “1) que existem duas formas humanas de pensamento – sensível e simbólico - e 2) é absurdo afirmar a existência de uma só estética que a todos contemple com suas regras, leis e paradigmas: existem muitas estéticas, todas de igual valor” (BOAL, 2009, p. 16).

Paralelo as essas propostas, Boal nos chama atenção para repudiarmos a idéia de que só com palavras se pensa, pois pensamos também com imagens e sons. Reforça que o pensamento sensível, que produz arte e cultura, é essencial para a libertação dos oprimidos, que amplia e aprofunda sua capacidade de conhecer:

“Só com cidadãos que, por todos os meios simbólicos (palavras) e sensíveis (som e imagem), se tornam conscientes da realidade em que

vivem e das formas possíveis de transformá-la, só assim surgirá, um dia, uma real democracia” (BOAL, 2009, p. 16)

Para Chauí democracia ultrapassa a simples idéia de regime político identificado à forma de governo, tomando-a como configuração geral de uma sociedade. Dizemos que uma sociedade é democrática quando:

“... institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos. Eis que podemos afirmar que democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo” (CHAUÍ, 2009, pp. 51-52).

Para Boal (2009), a estética do oprimido é um ensaio para a revolução e nesse sentido nos apresenta que a democracia ideal:

“... Em uma democracia ideal, teremos que democratizar não apenas a política, através da mobilização popular não apenas a economia solidaria, não apenas a informação, não apenas a educação e a saúde, mas todas as artes, pois fazem parte essencial de cada indivíduo, de cada grupo social, cada cultura e cada nação, e do harmônico desenvolvimento humano. Temos que nos desatofiar. Temos que não apenas consumir, gozar, fruir, mas produzir arte.” (BOAL, 2009, p. 162).

A Estética do Oprimido como coloca Boal (2009), é trânsito, esperança, não conformismo. Propõe que a verdadeira revolução na cultura é quando a base da pirâmide se subleva, esteticamente, para depois por em prática seus achados.

Nesse sentido trago as contribuições de Freire (2000) o qual revela que a matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano: o inacabamento de seu ser que se tornou consciente. Mesmo diante de estarmos submetidos a um sem-número de limitações, obstáculos difíceis de serem superados, influências de concepções fatalistas da História, o poder da ideologia neoliberal; cuja ética perversa se funda nas leis do mercado - é necessário convocar a esperança. É nesse campo do possível, do

potencial que temos enquanto ser humano, que ressaltamos: *mudar é difícil, mas é possível.*

É nesse campo das transformações do possível que se encontra o TO, o primeiro método teatral elaborado no hemisfério sul utilizado em mais de 70 países dos cinco continentes. Sua metodologia foi criada com o intuito de aprimorar nossa percepção em relação ao mundo e assim tecer um olhar crítico com o mesmo e dessa forma poder transformá-lo.

Teatro do Oprimido vem inspirado pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. As palavras de Paulo Freire que me remetem a essa inspiração tem a ver com: *a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, com eles* (FREIRE, 1994, p30).

Boal (2005) nos conta que em 1956 começou a trabalhar no Teatro de Arena de São Paulo, numa fase de valorização de tudo que fosse nacional, uma forma brasileira de interpretar. O autor propôs valorizar a emoção tornando-a primeira e prioritária, para que ela pudesse determinar livremente, a forma final. Não queria valorizar a técnica, representando sem sentir nada do que se representava, queria sentir.

A pergunta nesse momento era como esperar que as emoções se manifestassem livremente através do corpo do ator, se tal instrumento (nosso corpo) está mecanizado, muscularmente automatizados e insensível 90% das suas possibilidades. E por que está mecanizado pela incessante repetição de gestos e expressões:

“... Nossos sentidos têm enormes capacidades para registrar sensações, e igual capacidade para selecioná-las e hierarquizá-las: para exprimir nossas idéias e emoções, e para selecioná-las e hierarquizá-las igualmente. Esse processo de estruturação e seleção produzido pelos sentidos leva a mecanização, porque os sentidos selecionam sempre os mesmos estímulos da mesma maneira... O ator, como todo ser humano, tem suas sensações, suas ações e reações mecanizadas, e por isso é necessário começar pela sua desmecanização, pelo seu amaciamento, para torná-lo capaz de assumir as mecanizações da personagem que vai interpretar. As mecanizações do personagem são diferentes das mecanizações do ator. É necessário que o ator volte a sentir certas emoções e sensações das quais já se desabituou, que amplifique a sua capacidade de sentir e expressar.” (BOAL, 2005, p. 61 - 62).

Maria Rita Kehl, que escreve no verso da capa do último livro de Boal A *Estética do Oprimido*, ela nos brinda com um conceito leve e talvez mais capaz de mostrar o que é o Teatro do Oprimido:

“O teatro do oprimido... é um poderoso dispositivo gerador de teatralidade o qual, a rigor, deve incluir qualquer um. Trata-se de despertar a capacidade teatral de reinventar realidades em qualquer pessoa que se disponha a isso, sem diferenciar talentos individuais, cultura, estudo, nacionalidade, raça e, sobretudo condição social”(BOAL,2005, contra-capá)

Para se praticar o TO não é necessário ser ator, pois segundo o Boal (2005), teatrólogo brasileiro indicado ao Nobel da Paz e criador dessa metodologia, todos já somos atores e já desempenhamos papéis sociais ao longo de nossas vidas. Nesse sentido o Teatro do Oprimido (TO) é um método estético que reúne um conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais, que visam à desmecanização física e intelectual de quem o pratica. Propõe o diálogo como meio de refletir e buscar alternativas para conflitos interpessoais e sociais.

BOAL (2009, p. 187 -189), nos convida a perceber o TO como uma árvore³⁹. Essa Árvore Estética (Fig.15, abaixo), tem como base o solo fértil, onde suas raízes estão cravadas com *a ética, a solidariedade, como a seiva e fator primeiro para invenção de sociedades não opressivas. Na terra vemos a miséria do mundo, nas copas, o sol da manhã.* Ainda como nutrientes estão os direitos humanos, a participação, a filosofia, a história, a sociologia, a ecologia, a pedagogia.

Através da ética e da estética, essa seiva que alimenta a grande mãe, alimenta as *artérias axiais* de suas raízes a IMAGEM, o SOM e a PALAVRA. No tronco, *o processo prático estético está os jogos lúdicos*, que possuem regras fixas, mas exigem

³⁹ Boal nos convida a percebê-la como o Cajueiro, da cidade de Natal – RN, que se estende por uma superfície maior que o estádio do maracanã (RJ), com mais de 8.000 m² de superfície, crescido durante 125 anos de paciência. Este fenômeno se explica porque muitos galhos penetram na terra e dela surgem como troncos poderosos, alguns atingindo o lençol freático, hidratando todo o conjunto, mesmo sem chuva, Obra dos *multiplicadores criativos*. (BOAL, 2009, p 185)

criatividades, *tal como a sociedade tem leis, mas precisa de liberdade. Sem leis não existe vida social, sem liberdade não existe vida.*

No Teatro Imagem, as formas de percepção não-verbal são estimuladas em detrimento da palavra. *O Teatro Fórum como o coração da árvore, os oprimidos conscientes conscientizáveis expõem opiniões, necessidades e desejos, ensaiam ações concretas e continuadas que é a Copa Soberana do TO, a intervenção na realidade.*

Nas outras 4 grandes copas estão as outras modalidades: O Teatro Jornal, o Teatro Legislativo, o Teatro Invisível, o Arco-íris do Desejo. Retornando ao seio da mãe terra estão os frutos com os potenciais da multiplicação, que carregam em si novas sementes.

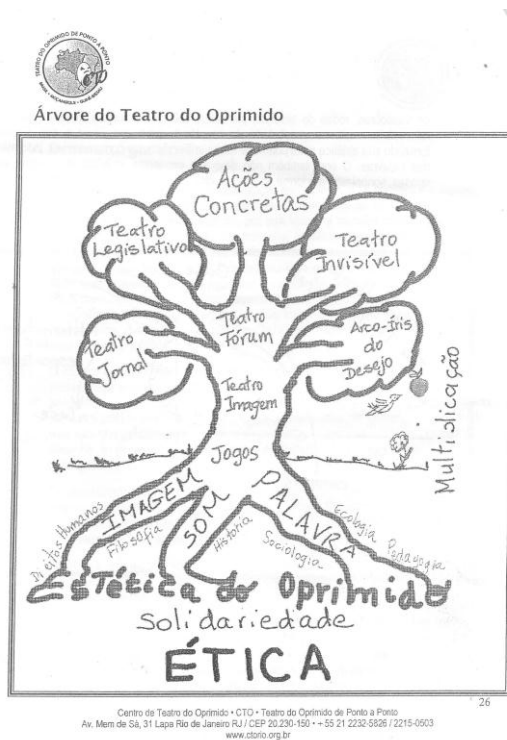


Figura 16. Árvore do Teatro do Oprimido. Fonte: Apostila de Multiplicadores do TO - Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto p. 26

Boal (2005) nos provoca a perceber o teatro também como uma proposta de auto-educação:

“... o nosso desejo é o de melhor conhecer o mundo que habitamos, para que possamos transformá-lo da melhor maneira. O teatro é uma forma de conhecimento e deve ser também um meio de transformar a sociedade. Pode nos ajudar a construir o futuro, em vez de mansamente esperarmos por ele... o teatro é isso: a arte de nos vermos a nós mesmos , a arte de nos vermos vendo!” (BOAL, 2005, p. 11)

Na concepção do TO o ser humano é uma unidade, um todo indivisível, onde os cinco sentidos não existem em separado, estão todos ligados entre si, as atividades corporais são atividades do corpo inteiro.

Nesse contexto, a sua proposta de jogos e exercícios contida em Boal (2005) tem como base quatro categorias:

... “1 – SENTIR TUDO QUE SE TOCA - Diminuir a distância entre sentir e tocar; 2 – ESCUTAR TUDO QUE SE OUVI - diminuir a distancia entre escutar e ouvir; 3– ATIVANDO OS VÁRIOS SENTIDOS - Desenvolver os vários sentidos ao mesmo tempo. Dentre todos os sentidos o mais monopolizador é a visão, porque somos capazes de ver não nos preocupamos em sentir o mundo exterior com outros sentidos, que ficam adormecidos ou atrofiados. 4 - VÊ O QUE SE OLHA - ver tudo aquilo que olhamos” (BOAL,2005, p. 89, 127, 154 e 172).

Elas são fundamentadas que na batalha do corpo contra o mundo, os sentidos sofrem, e começamos a sentir muito pouco daquilo que tocamos, escutar muito pouco do que ouvimos, a ver muito pouco daquilo que olhamos. Escutamos, vemos e sentimos segundo nossa especialidade. Os corpos se adaptam ao trabalho que devem realizar. Essa adaptação, por emitir e receber todas as mensagens possíveis deve ser re-harmonizada.

Nessa perspectiva das quatro categorias que as oficinas de TO são realizadas. Dentro de cada categoria há uma série de jogos e exercícios que possibilitam o desenvolvimento dessas habilidades. O roteiro desenvolvido para a construção da oficina com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá teve como base a utilização desses exercícios (Boal, 2005) e compilado em uma apostila que eu preparei de forma a orientar a minha prática conforme (APÊNDICE A).

A partir da experiência pessoal com oficinas da TO em vários contextos, destaco que no planejamento costumo organizá-las de modo que as pessoas possam vivenciar todas as categorias até chegar aos jogos de Teatro Imagem e em exercícios de demonstração do Teatro – Fórum. Para cada categoria separo mais de um jogo, de forma com que fique com algumas *cartas na manga*. Dependendo do grupo precisamos aumentar a dose de algumas categorias.

No caso particular do teatro fórum, uma das principais formas de TO, é necessário construir um modelo, cena ou peça, intencionados a ensaiar ações concretas na vida social, produzir mudanças, transformações. Esse modelo deve ser escrito ou aprovado coletivamente, pois deve representar o pensamento, a necessidade e o desejo do grupo ou de sua classe. A fabricação do modelo se dá em dois níveis: seus autores devem recuar até o mais íntimo dos seus sentimentos e experiências de vida, e avançar ao encontro dos demais participantes. “Mergulhar dentro de si e lançar ponte aos co-artistas”.

Boal (2009) sugere que pedagogicamente devemos ajudar cada participante a descobrir o que já sabe: trazer a sua consciência o seu próprio conhecimento.

“A Estética do Oprimido é uma proposta que trata de ajudar os oprimidos a descobrir a Arte, descobrindo a sua arte; nela, se descobrindo a si mesmos; a descobrir o mundo, descobrindo o seu mundo; nele, se descobrindo” (BOAL, 2009, p. 170).

Não devemos dizer façam isso ou aquilo, porque é assim que se faz, mas se fizéssemos isto ou aquilo, como seria. Ou seja, exercitar o campo de possibilidades, dialogar com o possível, não o certo e o errado. Ao mesmo tempo o autor nos chama a atenção para que “*no final de cada sessão, sim, devemos decidir o que fazer, como fazê-lo e quando. Devemos fazer!*” (BOAL, 2009).

Ato 6. TEATRO DO OPRIMIDO NA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: TECENDO POSSIBILIDADES EMERGENTES

A partir do momento que optei pelo caminho da dissertação em torno do Teatro do Oprimido, fui buscar referências dessa linha de trabalho integrando gestão de unidades de conservação e TO. Não achei referências em publicações, mas tive um contato pessoal com Iaiá Szajnweld que além de ter formação em artes cênicas e desenvolvido sua monografia de graduação com esse tema, era do quadro técnico do ICMBio, envolvida com Educação Ambiental e recém havia desenvolvido um trabalho de TO no projeto OCCA, com oficinas de capacitação de conselheiros de unidades de conservação de uso sustentável, no caso, Resex e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Nessa construção e diálogo com Iaiá, fui através de entrevistas via *Skype*, *e-mail* e pessoalmente, conhecendo mais sobre a sua experiência dentro do ICMBio e as unidades de conservação, como também pude trocar bastante material que foi de grande importância para subsidiar a experiência prática com o Grupo da Resex, bem como essa presente dissertação.

Ela me contou sobre as experiências, sobre as limitações, me falou do tempo de duração da oficina que desenvolveu, o processo de capacitação de conselheiros do projeto OCCA, a aceitação dos comunitários em relação à metodologia que foi importante para a conquista de espaço e sobre os seus trabalhos anteriores atuando com outras técnicas do teatro do oprimido.

6.1 A experiência de Iaiá Szajnweld

Durante essa partilha e encontro com Iaiá fui compreendendo mais sobre a sua prática já que tinha como objetivo tentar analisá-la com vistas a compreender as contribuições do TO para o processo de Gestão em unidades de conservação.

Na publicação, resultado dessa experiência do projeto OCCA com as Resex e RDS, Iaiá sintetiza o trabalho que desenvolveu:

“... O teatro - fórum teve espaço e foi testado neste trabalho com técnicos gestores (as) e lideranças comunitárias de Resex/ RDS, enquanto experimentação inicial. Foi utilizado como ferramenta demonstrativa, amostra da possibilidade de seu uso na gestão de conflitos. Mesmo sem tempo suficiente para sua aplicação integral, foi uma ferramenta muito bem avaliada, apesar de ter que ser amadurecida. Apresentar, sensibilizar, aplicar e validar a ferramenta foi o objetivo que teve resultado muito positivo durante o processo” (WEID, 2009, p. 113)

De acordo com Iaiá foram realizadas em torno de 10 oficinas, sendo que primeiramente esse espaço era informal, ou seja, ela oferecia essa atividade, geralmente em horários depois do almoço e depois do jantar paralelo a programação oficial, para as pessoas que se interessaram pela metodologia conforme podemos observar no texto abaixo durante uma das entrevistas:

“... com certeza esse aspecto que você colocou me fez refletir agora, que apesar de marginalizado no tempo, estávamos em um espaço informal ... a gente fez o trabalho com os interessados ... mas nesse caso era para validar a ferramenta...e ver se eles gostariam que ela estivesse incluída na metodologia... e que foi abraçada com muito querer “ (Iaiá Floresta)

Nesse contexto, perguntei a Iaiá o que motivava essas pessoas a participarem da oficina do TO, mesmo em horários fora da programação. Iaiá responde que não havia pensado sobre esse ponto, mas ponderou que ela era a responsável por desenvolver as dinâmicas de bom dia, de apresentação, de integração em vários momentos da programação e acreditava que essa relação com o grupo deve ter despertado o interesse nas pessoas em querer vivenciar algo parecido nas oficinas de TO. Esse elemento de entrosamento com o grupo ela considerou muito importante, pois quando chamava as pessoas para participarem, e mesmo depois nas outras oficinas, já havia um clima de confiança no grupo que facilitou o desenvolvimento do trabalho.

A partir desse grupo o qual Iaiá se refere a multiplicação passou a ter um espaço que foi aumentando entre cada módulo dos outros cursos, decorrente dos resultados que o trabalho foi mostrando e também pelo interesse das comunidades.

Um dos pontos que podemos destacar é que demonstrar a ferramenta na prática provoca um certo desconforto nas pessoas que utilizam mais a linguagem racional-verbal em sua atuação. No caso das oficinas as pessoas precisam vivenciá-la com outros sentidos, não só o racional.

Fazendo referência a experiência de Iaiá, sobre a apresentação da metodologia e como foi a aceitação do grupo que ela estava envolvida, destaco alguns trechos da nossa entrevista sobre essa questão:

Como foi que você trouxe a proposta do TO para o grupo de organizadores do OCCA e quais os instrumentos utilizou para apresentar a proposta do TO para esse grupo? Pode fazer um breve relato do momento inicial, como essa relação começou?

“... Essa energia de acreditar na técnica faz toda diferença, pois algumas pessoas tinham ouvido falar e daí onde houvesse chance de falar sobre eu tava lá falando, algumas pessoas chaves foram fundamentais nessa abertura de espaço, pois coordenavam projetos nos quais eu fui convidada. Outra coisa é que muitas vezes as pessoas não sabiam como proceder e ai chegava uma menina falando que podia coordenar uma oficina com uma técnica incrível e tal ... ahhh o pessoal agradecia sorrindo (e eu também) e deixava na minha mão e algumas vezes foi isso que aconteceu, acredito que foram ventos da boa sorte” (Iaiá Floresta).

Nessa fala podemos perceber que o conhecimento da técnica juntamente com a sua habilidade em conduzir as oficinas, ocupando os espaços que foram construídos foram elementos importantes para tirar a invisibilidade dessa metodologia, despertando na prática pra os técnicos perceberem seu potencial.

“Tive que me virar varias vezes nos trinta encaixando o TO onde quer que alguém me desse uma chance. Pra isso eu adaptei, reinventei, comprimi, concordei, cedi, briguei e defendi váaaarias vezes” (Iaiá Floresta).

Aqui podemos perceber a flexibilidade que Iaiá encontrou para mostrar os potenciais do TO e assim conseguir um reconhecimento do seu trabalho.

“Com o pessoal do projeto OCCA a aceitação foi fruto desse lobby que eu já vinha fazendo, então quando me chamaram para participar ajudando com outras coisas, eu já dei um jeito de apresentar a proposta do TO. E então, tive uma abertura para apresentar para o grupo dos técnicos na primeira oficina, a proposta de incorporar o TO na metodologia do projeto. Para isso, eu teria que apresentar para o grupo dos técnicos e fazer uma amostra das possibilidades do teatro. Então preparei uma cena de palestra cênica e apresentei a ferramenta com a ludicidade que cabe aos que utilizam essa linguagem. Alguns gostaram e outros não entenderam, mas me deram mais uma chance de fazer os trabalhos com os comunitários para que dessa vez eles decidissem se o teatro ficava ou não na metodologia’ (Iaiá Floresta).

No trecho acima Iaiá nos mostra que antes de desenvolver essa metodologia com as comunidades ela apresentou aos técnicos, gestores (as) sociais. Abordou também a dificuldade de transpor os muros daqueles que conduzem o trabalho com outras linguagens e racionalidades. Nesse contexto, os técnicos sugeriram para que essa metodologia fosse, primeiramente, reconhecida pelas comunidades, para depois se integrar ao conjunto de metodologias participativas que estavam sendo sistematizadas para atuar no contexto das unidades de conservação de uso sustentável (Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável).

Abaixo Iaiá reforça a opinião das comunidades sobre o TO e o reconhecimento por parte dos técnicos em relação à metodologia.

O que você achou que contribuiu para que o grupo aceitasse a inserção do TO (mesmo em fase de experiência) no projeto OCCA?

“... foi a vibração de acreditar na proposta e insistir nela, ajudada por pessoas chaves que também queriam acreditar. Mas no projeto o ponto final foi o depoimento dos comunitários depois de vivenciar o TO de que aquilo era útil para eles. É bonito demais eles reconhecerem essa linguagem ... mas ao final os técnicos se renderam ao poder mágico da linguagem artística, que transforma de fato as pessoas e cria laços onde podemos nos relacionar com muito mais harmonia. (Iaiá Floresta).

Percebemos, ainda, que o elemento tempo é um indicativo de limitação, no sentido de aprofundamento e de formação de multiplicadores para atuarem com a metodologia. Isso se soma às dificuldades apontadas pelos técnicos com relação à estética e à criatividade. Vale destacar que um dos objetivos da metodologia do TO é o despertar para a produção da arte e não só consumo. Boal (2009) coloca que “*mesmo que alguns não sejam capazes de criar um produto artístico, todos são capazes de desenvolver um processo estético*” e que a estética do oprimido é uma proposta que trata de ajudar os oprimidos a descobrir a Arte, descobrindo a sua arte, e nela descobrindo-se a si mesmos; a descobrir o mundo, descobrindo o seu mundo e nele, se descobrindo. Penso que por isso que as comunidades se identificam tanto com a metodologia (BOAL, 2009).

Dentro do trabalho com o TO e Gestão de Unidades de Conservação quais as limitações que você apontaria dessa metodologia?

“... não encontramos possibilidade dentro da instituição de financiar um projeto de teatro pelo tempo que seria adequado para formar pessoas multiplicadoras. Então não pude ainda constatar de fato como é o transcorrer da aplicação da técnica dentro da gestão. A princípio posso te falar sobre limitações que os técnicos colocaram a partir da técnica exposta no pequeno espaço de tempo, eles colocaram dificuldades como a habilidade de facilitação, o que no meu entender com tempo disponível seria algo em muito melhorado e outra coisa que relataram de dificuldade é a percepção estética e a criatividade emperrada, isso também é algo que se constrói com prática” (Iaiá Floresta).

Quando eu pergunto a Iaiá sobre a metodologia do TO está sendo amadurecida dentro do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e ela reforça a importância de ainda ser reconhecida e também reconhece que aos poucos está ganhando espaço:

“... Bom, essa é uma caminhada iniciada que é preciso dar muitos passos ainda para ser reconhecida. Mas acredito que a inclusão do TO no curso de gestão participativa vai abrir muitas portas, cabeças e corações. E no mais é preciso esperar as oportunidades e responder com habilidade quando elas aparecem” (Iaiá Floresta).

6.2 A experiência com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá – construindo a oficina de TO.

Depois da conversa com Iaiá fui amadurecendo sobre os caminhos que poderia trilhar e as estratégias para apresentar a proposta de experimentarmos o método do TO para o gestor da unidade da Resex de Cassurubá e para o Grupo de Trabalho (GT), formado para dar andamento na criação do conselho deliberativo.

No retorno para Caravelas fui amadurecendo a proposta e pensando no formato da intervenção, que tempo mínimo seria necessário para atuar com essa metodologia e perceber suas contribuições. Conseguia imaginar a realização das oficinas e as apresentações nas comunidades, e a partir dessa força imagética e a vontade de realizar, conspirando para a aceitação do grupo, que o caminho foi se desvelando e sendo construído.

O dia de apresentação da proposta para o GT aconteceu no dia 04 de junho de 2010, à tarde, na sede do PNM Abrolhos, no Kitongo, Caravelas, às vésperas do dia 05, no qual se completava um ano de assinatura do decreto de criação da Resex do Cassurubá. Havia conversado com o gestor Joaquim Neto, quem me indicou para apresentar a proposta para o grupo e que ele estaria de acordo com a decisão coletiva.

Nessa reunião do GT estavam presentes Lierte Siquara, diretor presidente da APESCA⁴⁰; Uilson Alexandre, conhecido como Lixinha⁴¹- Instituto Baleia Jubarte;

⁴⁰ Associação de Pescadores de Caravelas das redes de arrasto, fundão, boeira e arraieira. A instituição foi criada em 2007, como uma dissidência da Colônia de Pescadores que na época era a favor da Coopex e conta a Resex, sem contar que sua atuação deixava muito a desejar para o segmento. Lierte seu presidente teve um papel importante na mobilização pro-resex, participando de intercâmbios e sendo uma referência na luta. Teve alguns prejuízos pessoais como perda de terreno, do contrato com a prefeitura, por conta da sua atuação junto ao movimento de apoio a Resex, resultado da retaliação por parte da gestão municipal de Caravelas que era contra a Resex e a favor da Coopex.

⁴¹ Lixinha, antigo pescador, marinheiro e hoje funcionário do IBJ e presidente da Associação de Moradores de Ponta de Areia e Caravelas – AMPAC é uma liderança forte no movimento da Resex do Cassurubá, atuando nos enfrentamentos, representando a comunidade nas articulações políticas, na entrega de documentos pleiteando a criação da unidade. Esteve envolvido desde o começo, conhece muito da história de criação da unidade, foi uma importante liderança na equipe de mobilização da comunidade para esclarecimento sobre a Resex e atualmente continua sendo uma referência para a mobilização de criação do Conselho Deliberativo.

Benedito Jorge do Espírito Santo⁴², conhecido como Boy - Secretário de Secretaria de Agricultura de Caravelas; Joaquim Neto – Gestor da Resex do Cassurubá; Edna da Silva Nascimento - Colônia Z 25; Maria Jane Carneiro⁴³ e eu.

Após o grupo ter encaminhado as pautas da reunião, um minuto de silêncio e eu me coloquei contando o porquê de estar ali, do mestrado, do meu primeiro projeto e das alterações por conta da maternidade. Trouxe minha motivação em escolher o Teatro do Oprimido, pensando em colocar minhas habilidades como contribuição para o processo de criação e estabelecimento da Resex e estimular a participação das comunidades no processo.

Falei do Teatro do Oprimido, expliquei a proposta, a história de criação dessa metodologia teatral e seus potenciais. Contei sobre a experiência de Iaiá utilizando o TO nas experiências de capacitação participativa com conselhos deliberativos das Resex e RDS da Amazônia, bem como, a aceitação das lideranças comunitárias dessa metodologia.

Nesse contexto, propus ao grupo que gostaria de desenhar com eles possibilidades de aplicar essa técnica vivencial com as comunidades da Resex. Eles acolheram a proposta e os comentários foram: “... *seria importante que as cenas fossem temas sobre Resex,... poderíamos tentar ver quem poderá ser os atores, quem tem tino...*”. Nesse momento trouxe a afirmação de Boal que diz que no TO todos somos atores, até mesmo bons atores. Após alguns comentários sobre a proposta, o grupo sugeriu que primeiro fizesse esse trabalho com eles para depois levar para a comunidade. Eles gostariam de levar algo que fosse interessante para comunidade e que viesse a contribuir com o grupo.

Fiz a proposta que em um dia de oficina poderíamos ter um resultado e que no final avaliaríamos como seria a apresentação, em que momento. Muitos não se

⁴² Boy, morador da ilha do Cassurubá, trabalhava da Prefeitura e antes da criação da Resex, estava do lado dos empreendedores, apoiando o movimento contra a Resex. Atualmente faz parte do GT e tem buscado mais informações e se tornando um mobilizador da Resex.

⁴³ Moradora da comunidade da Miringaba, uma forte liderança feminina na comunidade, que tem participado ativamente das mobilizações. É uma brincante dos Blocos das Nagôs e dos índios Tupinambás, protagonistas da marujada de Cosme Damião, festejo popular, herança da cultura africana no Brasil, que celebra os Erês – crianças.

imaginaram encenando, outros já disseram como Liete... “*então a gente ensaia, se prepara e depois podemos apresentar em vários lugares*”. Vale ressaltar, que nesse momento estava desafiando o tempo da oficina e seus resultados. Ainda não havia trabalhado com um tempo curto, mas em conversa com Iaiá ela me falou os caminhos que utilizou para chegar em pouco tempo na construção das histórias e resolvi arriscar.

Penso que o fator que contribuiu para a aceitação da proposta pelo GT foi o meu histórico de comprometimento com o grupo e com a Resex e o tempo dessa relação, penso que foi um voto de confiança do grupo na minha pessoa, além da vontade de vivenciar outras metodologias.

Após a apresentação da proposta para o GT, construí um roteiro para a realização da oficina seguindo as etapas sugeridas pela metodologia do Teatro do Oprimido, a seqüência dos jogos, a construção da história da cena, as técnicas de ensaios. Para a construção desse material tive como referência a apostila do curso de multiplicadores do TO, o livro Jogos para Atores e Não-Atores de Boal e os materiais que Iaiá disponibilizou. Esse material foi compilado em forma de apostila (APÊNDICE A, já mencionado na p.77)

Foram convidadas pessoas integrantes do Grupo de Trabalho e quem compareceu no dia foram: Pedro da Conceição Batista, Maria Jane Carneiro e Lasmar Vieira Dias - comunitários moradores da Resex; Nathalia Silva Ribeiro, Elizeu Bernardo, Franco Silva Moreira – fiscais representando a Secretaria de Meio Ambiente de Nova Viçosa; Edna da Silva Nascimento – representando a colônia de pesca Z25 de Caravelas; Benedito Jorge do Espírito Santo (Boy) representando a Secretaria de Agricultura de Caravelas; Rubens Menezes de Souza - professor da escola municipal na Resex; Jose B. Gomes de Jesus (Zezinho) Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral do Nordeste – (CEPENE) e Projeto Manguezal; Valceny de Medeiros França; Vinicius G. Fernandez - Ecomar; Uilson Alexandre de Farias - Instituto Baleia Jubarte e como apoio na oficina Barbara S. Figueiredo – monitora do Centro de Visitantes; Jaco Galdino Movimento Cultural Arte Manha, na documentação fotográfica e Valtemberg Silva Firmino – Movimento Cultural Arte Manha, na

documentação áudio visual. Totalizando 15 pessoas, sendo que 3 delas estavam me apoiando na oficina.

A oficina tinha como proposta experimentar o Teatro do Oprimido com os integrantes do Grupo de Trabalho da Resex, na perspectiva de um grupo focal. Buscando através das vivências do grupo com os jogos e com os exercícios, saber deles como eles percebiam que essa metodologia poderia ser trabalhada com as outras comunidades da Resex. A proposta do TO de dar visibilidade aos conflitos e histórias das comunidades.

A oficina aconteceu no dia 19 de junho, um sábado, na sede do Centro de Visitantes do PNM dos Abrolhos. Comecei me apresentando e dizendo o propósito da oficina e das combinações que fizemos para realizar essa experiência. Posteriormente cada um se apresentou, tentando responder algumas perguntas orientadoras para a roda de apresentação, a saber:

- Como você se vê na Resex?
- Para você em que momento que a Resex se encontra hoje?
- Na sua opinião, quais os desafios que ela enfrenta, atualmente?
- Você já participou de alguma oficina de teatro?
- Na sua opinião, quais as contribuições do teatro para a Resex?

O propósito dessas perguntas foi fazer um levantamento das percepções que os participantes da oficina tinham acerca da Resex, a experiência do grupo com o Teatro e se eles tinham alguma opinião sobre as possíveis contribuições do teatro, antes de vivenciarem a oficina. Não tinha a pretensão de dizer o que era ou não era a Resex, queria saber como eles se percebiam nesse contexto.

Decidi começar sem fazer nenhuma atividade, nenhuma dinâmica, para tentar perceber se na nossa roda de diálogo depois das atividades havia alguma diferença. Começamos com um silêncio, estávamos em roda e cada um no seu tempo ia falando e tentando responder as perguntas orientadoras. No final da oficina fizemos outra roda de

diálogo e voltamos à pergunta como eles percebiam a metodologia do Teatro do Oprimido e sua contribuição para a Resex.

A diferença que percebi no grupo foi a espontaneidade depois das vivências com os jogos e exercícios, o grupo estava mais coeso, mais dinâmico e as falas mais fluidas. Com relação à experiência do grupo com o teatro, através das falas, pode-se observar que das 13 pessoas que estavam presentes na primeira parte da oficina, 10 responderam que não haviam participado anteriormente de oficinas de Teatro, 3 responderam que sim e fizeram algumas ressalvas sobre sua experiência com o teatro na escola. Vale à pena destacar o depoimento do professor sobre essa experiência:

“... Não, só na escola. Não é bem uma oficina, só em peças soltas, apesar de ter vários traumas de teatro. Lá, bem pelo contrario, você tem que falar a linguagem dos outros e quando você não dá para aquilo, você não presta, você não dá para aquilo. Você fala a linguagem dos outros, eu não quero, nem mais... Os professores têm essa mania de fazer isso com a gente” (professor da ribeirinha).

Gostaria de destacar nesse texto a frase: *ter que falar a linguagem dos outros*, ou seja, que a linguagem teatral que ele vivenciou por obrigação, foi algo que ele não se reconheceu no processo. Isso nos remete aos processos de participação onde é importante estar atento as linguagens, aos sentidos que despertam nas pessoas participantes.

Na perspectiva das Metodologias Integrativas participar é entrar “de corpo e alma”, estar presente por inteiro no processo, com a mente, como sempre, usando dos instrumentos de análise, mas também com os sentimentos, com os desejos, com a corporalidade, sem a qual a identificação acontece de forma incompleta ou não acontece

O Teatro do Oprimido traz outra perspectiva, visto que, as encenações são resultados das histórias contadas e vivenciadas pelo grupo e não algo alheio a eles.

Além disso, os temas falam do contexto de opressão que muitas comunidades vivenciam e isso mobiliza forças para atuarem como *espec-atoras*⁴⁴ de suas histórias.

Depois da roda de apresentação seguimos para a seqüência de jogos, de acordo com a proposta da estética do oprimido que propõe um roteiro baseado nas quatro categorias, abaixo explicitadas. Na tabela abaixo, exponho o roteiro de atividades desenvolvidas com o grupo e a categoria de cada jogo e exercício. Vale lembrar que os detalhes sobre o cada jogo e exercício está contido no Apêndice A.

Tabela 1 – Roteiro das atividades desenvolvidas ao longo da oficina de TO com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá.

CATEGORIAS	JOGOS	OBSERVAÇÕES
INTRODUÇÃO – APRESENTAÇÃO, ATIVIDADES CORPORAIS E QUEBRA-GELO	Apresentação - Jogo do Eco	Cada um se apresentava na Roda representando o que gostava e os outros da roda repetiam o que foi feito. Dessa forma todo o grupo se apresentou.
	Alongamentos	Espreguiçar, em baixo, em cima, cabeça, mãos, pés, pernas, cintura...
	Massagens	auto – massagem e massagem coletiva
	Quebra -gelo	Testa, nariz e queixo Cruz e círculo
1ª CATEGORIA - SENTIR TUDO QUE SE TOCA	Hipnotismo Colombiano Andando no espaço 5 gestos Corrida em câmera Lenta Contrário de Jackson	
2ª CATEGORIA – ESCUTAR TUDO QUE SE OUVE	1,2, 3 de BradFord	
3ª CATEGORIA – ESTÍMULO A VÁRIOS SENTIDOS - Dentre todos os sentidos o mais monopolizador é a visão, porque somos capazes de ver não nos preocupamos em sentir o mundo exterior com os outros sentidos, que ficam adormecidos ou atrofiados. Esses jogos buscam estimular os	Viagem imaginária Floresta dos Sons O ponto, o abraço e o aperto de mão	

⁴⁴ *Espec-ator* – proposto por Boal (2005), propondo que as pessoas que assistem também podem interferir na cena do Teatro Fórum e passarem de espectadores para espec-atores, atuando nas mudanças necessárias e não só assistindo como de praxe.

outros sentidos, despertando-os.		
4ª CATEGORIA – VER TUDO QUE SE OLHA	Jana Cabana Cruzar a Sala através do olhar e jogo do abraço Meio de Transporte	
TEATRO IMAGEM	Homenagem a Magritte Fotografia Dinamarquesa Imagem da palavra	
JOGOS DE IMAGEM COM CRIAÇÃO DE PERSONAGENS	2 revelações de Santa Teresa	Apresentação das duplas
DEMONSTRAÇÃO DO TEATRO FÓRUM	O aperto de mãos Os 4 em marcha	
TÉCNICAS DE ENSAIO	Monólogo interior	

A cada atividade desenvolvida com o grupo, anotava no quadro a categoria e o nome das atividades, bem como, convidava a cada um relatar sua vivência. Nos jogos em dupla, onde um deveria conduzir o outro, o grupo trouxe a dificuldade de confiar no outro e como as atividades proporcionaram esse desafio, principalmente nas que eles deveriam fazer com os olhos fechados. Esses exercícios demandavam mais desprendimento.

Aos poucos através das seqüências das atividades o grupo ia se soltando mais, se envolvendo nas dinâmicas, até que criamos um ambiente propício para o grupo construir cenas do cotidiano no exercício as *Duas Revelações de Santa Teresa*.

Depois avançamos para a técnica do Teatro Imagem e da demonstração do Teatro-Fórum (TF)⁴⁵, para que o grupo percebesse o propósito do Teatro do Oprimido, nessa vertente do fórum.

⁴⁵ Teatro fórum- é uma encenação, baseada em fatos reais, na qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito, de forma clara e objetiva, na luta por seus respectivos desejos e interesses. O personagem opressor utiliza sua condição social (poder econômico, força física, hierarquia, etc.) para

Combinamos de parar para o almoço, retomando depois com as escolhas das histórias para serem encenadas. Destaco que as pessoas que disseram que precisariam sair mais cedo resistiram e ficaram até o final. Penso que elas se sentiram motivadas a continuar e participar de todas as etapas, mostrando o poder de envolvimento que a arte desperta.

No retorno das atividades, após o almoço, percebi que tínhamos somente uma hora e meia de tempo para finalizar a oficina no prazo que combinamos, levando em consideração o horário limite da maré para o grupo que veio de Nova Viçosa passar no largo⁴⁶. Tendo em vista essas restrições, precisava tomar uma decisão de como dar continuidade e encaminhar com eles os desdobramentos da oficina.

Resolvi não trabalhar em grupos e manter a roda que já estava feita pelos participantes. As pessoas estavam motivadas a conversar sobre as questões do GT e nesse momento, na roda de conversa, foram levantados diversos temas sobre a Resex e de possibilidades para comporem as histórias das cenas.

Procurei no processo de mediação mostrar o quanto as questões que eles estavam trazendo poderiam ser temas para as cenas e quais os caminhos que poderíamos abordar no TF. Fiz a escolha de deixar fluir o que o grupo estava querendo vivenciar, estavam querendo resolver algumas demandas do Grupo de Trabalho, parece que com os exercícios aflorou a vontade de se expressar e achei melhor dar seguimento e não forçar para cumprir com o meu planejamento.

Consultei o grupo e expliquei que, para fecharmos essa atividade, seria importante construirmos as histórias e encená-las. Ao mesmo tempo, precisaríamos de outro encontro para dar continuidade. Provavelmente, aquele momento seria importante listarmos algumas demandas de temas para a escolha das cenas.

impedir que o oprimido alcance seu objetivo. Nesse confronto, o oprimido fracassa e o público é convidado a entrar em cena, para substituí-lo e buscar alternativas para o problema encenado.

⁴⁶Localidade que se situa no meio do trajeto entre Caravelas e Nova Viçosa, indo pelo rio. É um local bem amplo, largo só que um canal bem estreito, e na maré seca existe risco do barco encalhar. Nesse sentido passar na maré baixando e a noite os mestres das embarcações fazem restrição para não correrem risco de encalhar e ter que esperar a maré encher para sair, atrasando sua chegada.

Nesse sentido o grupo achou que poderíamos marcar um novo encontro, tão logo eu retornasse de viagem da residência social ⁴⁷. Nesse encontro construiríamos as cenas e veríamos os espaços para encená-las.

No retorno da residência social o grupo estava com uma grande demanda para a formação do conselho, com muitas reuniões e o tempo para um encontro de continuidade do processo do Teatro acabou ficando em segundo plano. Ao mesmo tempo em várias oportunidades a partir desse primeiro encontro buscamos inserir alguns jogos do TO que pudessem auxiliar no processo de participação e integração dos sujeitos envolvidos no processo.

Com relação aos temas tratados na primeira oficina, destaco abaixo algumas falas:

*...“eu acho que a pessoa que participar na comissão... é participação... no trabalho, ele é um multiplicador de opinião e também o cara que vai fazer a articulação juntamente á comunidade, eu não quero misturar as informações que foram passadas com informações no momento. A reserva esta vivendo um momento diferente. É o que eu falei - Vamos fazer um trabalho criativo, vamos fazer uma diferença, o teatro do oprimido esta mostrando uma coisa que foi oprimida, mas que temos que tirar uma lição para não oprimir mais. Todas as informações que foram passadas da Resex anteriormente, as pessoas deixaram algumas falhas que hoje é questionada. Precisa Levar as informações O que é Resex, o que vai ser a Resex do Cassurubá e o que ela vai ser diferente das outras. **Essas informações e esse teatro vai ser levado para as pessoas da comunidade participar**” (Secretário Prefeitura).*

Durante as falas, pensava em como traduzir essas questões através da linguagem do teatro e em como provocar a diversidade de possibilidades. Nesse sentido, no registro acima, pude perceber que antes havia uma contra informação, faltava mais informações para as pessoas decidirem se eram contra ou a favor da Resex. Existia também um contexto político de opressão responsável por influenciar as pessoas a não assumir posturas a favor da Resex, por temerem retaliação. Ao mesmo tempo na última frase ele fala que vai ser levado para as pessoas da comunidade participar. Isso remete

⁴⁷ Estava com viagem marcada para realizar a residência social, que é uma atividade obrigatória do mestrado onde o aluno busca através do intercambio com outras instituições refletir sobre sua vivencia

ao campo de possibilidade que o teatro pode abrir, do exercício do presente, ensaiar o presente para melhor agir e assim poder transformar o futuro, o *vir a ser*.

Em determinado momento, surgiu um debate de relevância no grupo sobre participação, onde foi possível perceber a diversidade de conceitos sobre essa temática:

“... a Resex não veio pra as instituições, não veio para os parceiros, veio para nos moradores daqui e nos não temos que esperar por eles, nós temos que tomar conta. É bom que eles venham eles são parceiros, mas não podemos depender deles para o desenvolvimento do trabalho. O processo deve ser participativo, todos devem participar” (liderança do movimento Pró Resex)

“... têm duas coisas diferente participação e democrática, participação é você estar junto, depois fala que você participou de um processo participativo você participou foi lá e votou e pronto. Isso aqui que é o verdadeiro participativo e democrático é quando você participa da construção.” (professor)

De acordo com Chauí (2009), a participação popular só será política e democrática se produzir as próprias leis, as normas, as regras e os regulamentos que dirijam a vida sociopolítica. Nesse sentido, me remeto ao potencial participativo que a gestão das Reservas Extrativistas possui.

Através do **conselho deliberativo**, as regras, as normas, as regulamentações de uso com o **plano de manejo** têm a possibilidade de serem construídos com a participação das comunidades daquele território, bem como com as instituições que atuam nesse território.

Reforço o potencial, como propõe Santos (2004), que só no campo do possível permite revelar a totalidade inesgotável do mundo. Capacidade – potência e possibilidade – potencialidade, isso dependerá da atuação consciente das pessoas dessas comunidades.

A cada passo, a democracia exige a ampliação da representação pela participação e pela descoberta de outros procedimentos que garantam a participação como ato político efetivo que aumenta à medida que há a criação de um novo direito (CHAUÍ, 2009).

Abaixo, destaco o potencial que o TO possui ao exercitar essa participação:

“... - minha participação para falar a verdade, para mim foi muito bom, para mim teatro era só assistir, mas eu gostei muito por participar, eu participando o gosto fica melhor do que só vendo o que o outro fez, para mim foi uma satisfação imensa, para mim só outro porque esse já foi. Que eu participei eu participei!” (Extrativista 1)

Podemos perceber as forças que essa prática contém. Não chegamos a ensaiar nossas histórias, nem encená-las para o grupo. Fizemos exercícios de demonstração da técnica, das possibilidades, da proposta, e mesmo assim, trouxe essa motivação da participação. Ressalto nessa fala que traz a componente participação, o se sentir parte, não apenas assistir a algo, mas também tornar-se protagonista.

Essa prática teatral é revolucionária na medida em que o *Teatro*, do grego, *Theatron*, *thea –tron*, deixa de ser “o lugar onde se assiste a um espetáculo, ou é o próprio espetáculo” e se transforma em arena onde espectadores e atores, assumidos como artistas e cidadãos, fabricam um espetáculo que pulsa em permanente movimento, como a vida; *práxis –tron* (BOAL, 2009, p. 164).

Ao mesmo tempo vale refletir nos desafios apontados pelo professor com relação à receptividade da comunidade por essa forma de teatro:

“... como eles vão participar desse teatro, como eles vão receber? como vamos fazer para que eles participem? Precisamos pensar sobre isso” (Professor).

Nesse depoimento indica os desafios da linguagem e a cultura local, o cuidado que precisamos ter nas intervenções com esses grupos, entender as diferenças, respeitá-las e pensar juntos com eles formas de lidar com esse público.

A técnica do TO também prevê exercícios de aquecimento com a platéia para ela se prepare para a sua atuação – participação na cena. Isso é uma das habilidades necessárias do curinga, ou seja, a pessoa que está facilitando a apresentação, mediando o debate dos atores com os espec-atores. No caso de uma ação de formação de multiplicadores seria importante investir nessa atuação do curinga que com o tempo se

aproprias das ferramentas necessárias para despertar o interesse dos *espectadores* atuarem.

No final da oficina perguntei ao grupo como eles percebiam o potencial do TO como metodologia para se trabalhar na Resex. Abaixo ressalto alguns trechos das percepções:

“... o teatro, acho que faz o cara sentir e no sentir demonstra, o que a coisa pode acontecer, não tem palavras para o resultado que pode acontecer, o que resta é nos fortalecer cada dia mais.” (Extrativista 2)

Nesse sentido, ressalta o campo de possibilidade da metodologia, o potencial de integrar as nossas racionalidades. Abaixo podemos ver as carências apontadas por Santos (2004), ressaltar o Ainda Não, a possibilidade de mudança através da prática.

“... pra mim eu nunca tinha feito, eu sempre tive dificuldade, sou meio tímido, é bom porque a gente acaba se desenvolvendo mais, para mim foi muito bom uma forma de estar mostrando para as pessoas com o teatro é mais fácil” (fiscal 1)



Figura 17. Ensaaiando cenas do cotidiano. Fonte: Jaco Galdino



Figura 18. A Sintonia Coletiva. Fonte: Jaco Galdino

“... uma experiência muito boa para nós, muito bom mesmo.” (Extrativista 3)

Nesse caso, destaco a pluralidade do **nós**, ressaltando a força do grupo, como propõe Boal (2009), o trânsito entre o singular e o plural não deve limitar subjetividades

nem perder de vista a criação coletiva. Na proposta do TO é necessário construir um modelo, cena ou peça, intencionando ensaiar ações concretas na vida social, produzir mudanças, transformações. Deve ser aprovado coletivamente, pois deve representar o pensamento, a necessidade e o desejo do grupo ou de sua classe.

Abaixo, ressalta a questão do teatro como uma ferramenta de comunicação como potencial:

*“... teatro é a primeira vez, já participei de outras oficinas. O que eu vejo na oficina de teatro, o que eu vi hoje é uma **ferramenta de comunicação muito importante** que vai surgir muito efeito nas Resex para passar para a comunidade.” (secretário municipal).*



Figura 19. Rompendo a lógica - corrida em câmera lenta. Fonte: Jaco Galdino

Abaixo, destaco o caráter lúdico da proposta, isso indica a necessidade de se vivenciar outros momentos, outros encontros.

*“... eu pude estar com vocês, aprendi muita coisa sobre a Resex e também pude passar minha opinião, pelo que eu aprendi, eu vou passar adiante pra as pessoas, foi uma **experiência boa e divertida**, precisamos vivenciar outros momentos que nem esse.” (monitora ambiental).*

Abaixo o professor reforça a utilização do TO pelos movimentos sociais:

“... já tinha ouvido falar do TO na universidade, estudo na UNEB e já ouvi falar que o TO é utilizando por vários movimentos sociais” (professor)



Figura 20. Ativando os vários sentidos. Fonte: Jaco Galdino

Nos depoimentos abaixo destaco a necessidade de outras lógicas que abram espaço para práticas que não só as convencionais (baseadas na racionalidade lógico-verbal)

“... foi muito bom e importante, apesar que eu já participei de varias. Peças. Renova a cada dia mais, quando faz uma peça as pessoas preferem do que uma palestra , desperta muito né “(comunitária).

Nesse mesmo contexto, destaco abaixo a idéia de que no teatro do oprimido todo mundo é ator, inclusive os bons atores:

“... eu tenho um certo trauma. Para mim foi uma experiência traumática do colégio pela forma, a forma que você é obrigado. Você é obrigado a fazer leitura, depois fazer teatro, você ter que ir na frente apresentar valendo uma nota. Tem uma coisa muito fantástico com Boal todo mundo pode ser ator, você não vem com aquela expectativa de ser o melhor ator, qualquer um pode ser ator (membro do mov. Cultural)”



Figura 21. A arte do lúdico. Fonte: Jaco Galdino

A possibilidade de trazer a arte como um caminho lúdico que possibilita a facilitar e fortalecer as relações, ressaltando como um campo possível para a Resex do Cassurubá pode ser evidenciada abaixo:

“... Eu gostei muito dessa vivencia, essa pratica vai ajudar muito na Resex, Caravelas vai ser diferente, porque ela esta vendo a experiencia de outras Resex e pela singularidade principalmente... essa região aqui das ilhas, da área da Resex que tem um particularidade que é a da questão cultural que é muito forte, as relações se da a partir da arte, isso vai fazer uma diferença muito grande na questão da Resex, principalmente se ela for levada em consideração, porque ela facilita as relações, a convivência das pessoas, ela quebra o gelo, ela quebra os tabus, quando você usa a arte. Tem uma coisa na vida que a gente aprendeu que tem que ser sério, uma coisa só vai para frente se for seria, mas o que é serio, essa coisa de você não rir, não brinca, e dançando, cantando, sorrindo. Serio você não ri você não brinca, acho que a gente deve fazer as coisas igual criança brincando, a eu acho que a arte possibilita isso” (membro do mov. Cultural)

Abaixo, o depoimento reforça a contribuição do TO no campo da comunicação, a possibilidade de estar mais perto do povo com sua linguagem e as possibilidades de libertação:

“Foi bem bacana, todo mundo participou. O TO trabalha com a opressão do cidadão, da comunidade, isso é muito importante pra o individuo. Caravelense e Nova viçosa, temos que se unir par ser um só, muita gente não sabe o que é extrativismo, a palavra acaba oprimindo a pessoa, devagarzinho a gente chega lá.” (membro do mov. Cultural 2)



Florescer. Técnica: aquarela e lápis de cor. Erika de Almeida

TERRA - Considerações Finais

*Todo jardim começa com uma história de amor, antes que qualquer árvore seja plantada
ou um lago construído é preciso que eles tenham nascido dentro da alma.
Quem não planta jardim por dentro, não planta jardins por fora e nem passeia por eles.*

Rubem Alves

TEATRO DO VIR A SER: LIMITES E POTENCIALIDADES DO TEATRO DO OPRIMIDO PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DA RESEX DO CASSURUBÁ.

“... Não basta ver o que é, mas principalmente o que pode vir a ser, o que não existe. É nesse nível ético que se devem mover o Teatro e a estética do Oprimido: não bastam boas idéias, e necessário que sejam justificadas, não bastam trabalhar com idéias que já existem é necessário inventar porque todas as situações, mesmo repetidas são sempre novas” Augusto Boal.

A proposta deste capítulo é tecer reflexões acerca da experiência vivida, dialogando com os autores referenciados na dissertação, buscando alinhar a prática e o arcabouço teórico de forma a apontar alguns caminhos possíveis no campo *gestação*⁴⁸ socioambiental no contexto das Reservas Extrativistas.

Prigogine (in Inojosa e Junqueira) diz que:

O homem tem duas grandes experiências. “A primeira é a da repetição, o movimento do Sol da Lua, das marés, que abriu espaço para elaboração de leis clássicas”. A segunda é a experiência da criatividade, do novo, da experiência artística, da experiência literária, a realidade e somente uma das realizações do possível. O futuro se inclui aí, o futuro é um dos possíveis futuros (Prigogine *apud* Inojosa e Junqueira, 2008, p179)

A minha trajetória no campo das artes, do saber tradicional da cultura local, foram instrumentos e arcabouço para me sensibilizar enquanto gestora socioambiental, me aproximando mais das questões locais, fortalecendo os laços das relações, aprimorando minha linguagem de comunicação e me incentivando a buscar novas metodologias nos trabalhos socioambientais.

⁴⁸ Destaco a *gestação* socioambiental no intuito de ressignificar a gestão, pois gerir envolve o processo de gerar algo internamente, criar uma força interna para atuar no mundo e em espaços de gestão.

Gostaria de retomar a fala de Dó Galdino, destacada na pag.66 do Ato 3, quando ele traz que “... *as pessoas lutam por um dia melhor e têm como “a esperança” este momento de criação da RESEX... que não dependem, só do decreto de criação... e sim de uma nova vida comunitária a partir das relações interpessoais dentro do conjunto de ações concebidas coletivamente na RESEX, durante sua implantação*” . É nesse sentido que percebo as contribuições do Teatro do Oprimido, uma possibilidade de exercitar essas práticas sociais no campo das relações.

No Ato 4 trago as contribuições de Santos (2004), na reflexão do futuro com a sociologia das emergências substituindo o vazio do futuro segundo o tempo linear (tudo ou nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, utópicas e realistas, que se constroem no presente. A perspectiva que contrai o presente e dilata o futuro, nos imobiliza frente as monoculturas do tempo linear, acreditando que um único caminho é possível e é o melhor, nos amarrando à condenação do futuro.

Precisamos ressignificar essas concepções de tempo, de presente e de futuro. Um futuro que não seja amarrado pela certeza do que deverá ser, mas que possa ser **cuidado** no presente para que aponte caminhos possíveis de um constante *vir a ser*, que possa ser ressignificado a cada momento. Pensar sobre esse prisma faz exercitar minha vontade social de intervir no presente, com esperanças de que possam existir futuros no plural, gestado por muitos, não deterministas, ou seja, onde só ampliando o campo do possível, revelar-se-á totalidade inesgotável do mundo.

Nesse sentido, a prática da gestão socioambiental na Resex do Cassurubá deve atentar para que o conceito de Resex trazido pela lei não seja uma limitação, como já vimos no Ato 3. A idéia inicial dos seringueiros era essa busca por autonomia, libertação e direito sobre seu território. O que a Resex será depende do histórico das comunidades, da sua cultura, aliada a superação de opressão no passado – presente e através do exercício cotidiano, para que com a força a caminho da libertação se possa traduzir na existência de outros futuros possíveis.

Ressalto a importância de incluirmos e valorizarmos outras formas de linguagem, de abrirmos espaço para outras metodologias, que possam valorizar a diversidade de saberes e práticas da comunidade. Como propõe Freire (2004), “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ação cultural para a liberdade, por isso mesmo **com** eles”, numa perspectiva de trabalho cooperativo.

Inojosa e Junqueira (2008), dizem que práticas são saberes em movimento e em construção. Essa é a sua natureza, mas não seu objetivo: o propósito das práticas é a

mudança, a interferência na realidade e a relação com o outro. A ação social é toda conduta humana dotada de sentido, de significado por quem a executa.

Sendo assim, me remeto aos depoimentos dos participantes da oficina do Teatro do Oprimido relatada no Ato 6 e destacando as contribuições do TO como:

- 1) com uma técnica em potencial para ser trabalhada com as comunidades;
- 2) com a possibilidade de fortalecer as relações;
- 3) desenvolvendo a auto-expressão e assim facilitando a comunicação;
- 4) uma ferramenta de comunicação;
- 5) metodologia já utilizada por movimentos sociais (dessa forma reconhecendo seu potencial);
- 6) a essência lúdica;
- 7) o exercício da participação;
- 8) redescoberta de conceitos e
- 9) como uma linguagem credível, com um potencial de transformação social que pode ser estimulado a partir de sua prática social.

Ao mesmo tempo é importante ressaltar as possíveis limitações indicadas no registro da vivência, no que se refere ao acolhimento por parte das comunidades em relação a essa metodologia. Nesse contexto, percebo que novas práticas precisam de tempo para ser experimentadas e criticadas, até que estejam aptas para fazer diálogo com os conceitos estabelecidos e criar novos saberes.

Podemos também apontar as limitações do TO:

- 1) a necessidade de ter pessoas envolvidas que conheçam a técnica e possam multiplicá-la;
- 2) criar espaços adequados para acolher a técnica, com tempo específico para essa atividade;

- 3) aceitação comunitária, que para aceitar precisa conhecer e para conhecer precisa experimentar e para isso criar espaços para essas experiências;
- 4) no campo da gestão socioambiental o TO ainda está como experiência e nesse sentido ainda precisa de mais tempo e trabalhos desenvolvidos para ser aceito como uma técnica possível;
- 5) gestores e consultores envolvidos com os processos de gestão ainda com poucos instrumentos suficientes que os apoiem com outras linguagens sensíveis que possam estimular outras formas de participação;

Trago a contribuição de Iaiá, a partir de sua vivência, quando ressalta que as comunidades são as que mais se envolvem com a metodologia. Ela aponta como uma limitação os técnicos gestores (as) que encaram a criatividade e a habilidade de multiplicação como um limite da técnica. No que tange a essa questão vale destacar, o amplo histórico do Centro Teatro do Oprimido (CTO) em formar multiplicadores da técnica, apoiando diversos movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra- MST) dentro e fora do Brasil, a serem multiplicadores comunitários, podendo fazer diferença em suas comunidades.

Iaiá reforça que a criatividade e as habilidades na multiplicação são desenvolvidas com o tempo, como qualquer outra metodologia. Na minha experiência pessoal, senti uma maior facilidade em atuar na multiplicação do TO por conta da minha trajetória de vida e as habilidades que ao longo de minha história fui buscando desenvolver.

Ao mesmo tempo, foi uma metodologia que me despertou forças para atuar, me ajudando a vencer minhas próprias limitações pessoais. Penso que o Teatro do Oprimido, é um desafio constante, a cada oficina que eu desenvolvo aprendo mais de mim e com o outro. Como traz Paulo Freire “*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*” (FREIRE, 1994, p 39).

O presente estudo possibilitou perceber que o TO e seu arcabouço de jogos e exercícios é um instrumento que possibilita as pessoas envolvidas se expressarem e entenderem a realidade em que vivem. Isso, através dos meios estéticos, levantando discussões das questões sociais, ambientais e culturais inerentes à própria realidade heterogênea da comunidade.

Destaco as ponderações trazidas por Freire (1994):

... é preciso que creiamos nos homens e mulheres ⁴⁹ oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se essa crença nos faltar, abandonamos a idéia ou não a temos, do dialogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos slogans, no comunicado, nos depósitos, no dirigismo. Essa é uma ameaça contida nas autênticas adesões a causa da libertação dos homens” (FREIRE, 1994, p30).

Com as práticas das oficinas consegui perceber a potencialidade e as capacidades da TO na dinâmica gestão de pessoas. O Teatro do Oprimido possibilita o exercício social através da sua proposta estética e do Teatro-Fórum. Quando iniciei a pesquisa minha pergunta estava com foco no campo das contribuições do TO para a formação do conselho deliberativo, perceber se ele poderia caminhar junto com outras metodologias que estavam sendo propostas para a fase de formação do conselho, despertando o engajamento das comunidades no processo.

A partir da oficina realizada com o Grupo de Trabalho - GT da Resex, ficou indicado a proposta de continuidade para outro momento, onde trabalharíamos na construção das histórias, das cenas e das apresentações e partiríamos para atuação nas comunidades da Resex. Ao mesmo tempo, a dinâmica das intensas agendas, não possibilitou esse novo encontro. A vontade ainda permaneceu no ar com a cobrança para novos encontros e nesse sentido ficará a provocação dessa dissertação como uma trilha para ser desenvolvida.

Ao longo do processo, que envolveu a pesquisa e a prática das ações para a formação do Conselho, muitas outras forças, conflitos de poderes, estavam em ação. A

⁴⁹ Homens e Mulheres, como ressalta Ana Araújo Freire, esposa de Paulo Freire, nos conta que quando seu livro pedagogia do oprimido foi publicado nos Estados Unidos, ele recebeu inúmeras cartas de feministas pontuando - E a mulher professor não transforma o mundo? Então no seu livro Pedagogia da Esperança ele pede a todas as editoras que substituíssem, homem e mulher, onde ele se referia aos dois gêneros (FREIRE, 2006, p. 385).

dimensão política, ideológica, filosófica e prática do conjunto dos atores envolvidos nessa trama, nesse enredo. Dessa forma, o espaço para o exercício do TO foi postergado. E nesse desenrolar que tive o entendimento que a formação do conselho é uma fase importante e ao mesmo tempo existem outros processos que são fundamentais e permanentes: **a contínua mobilização social das comunidades e suas lideranças na perspectivas de se emanciparem enquanto protagonistas da gestão do seu território e de suas vidas.**

Penso que o TO pode vir a contribuir nesse processo que é: o despertar da consciência social; o exercício da cidadania trabalhando e fortalecendo as pessoas para refletirem sobre sua atuação e estimular o protagonismo social. Nesse sentido, trago a metodologia do Teatro do Oprimido, interpretando-a como uma Metodologia Integrativa, portanto não convencional, para uma a gestão socioambiental participativa da Resex do Cassurubá.

Toro (2004) destaca que a participação em um processo de mobilização social é ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar outros objetivos. Ela deve crescer em profundidade e abrangência ao longo do processo. Nesse sentido reforço que ela não está intrínseca ao caminhar e sim deve ser construída ao longo do percurso, desde a concepção e planejamento, ao longo da execução e em permanente reflexão.

A sociologia das emergências propõe uma nova semântica das expectativas, medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais, apontando para os novos caminhos das emancipações sociais. Sendo assim, proponho que, na medida em que seja possível a implementação dessa presente proposta, ao mesmo tempo, possamos estar permanentemente refletindo sobre o seu caminhar, como propõem a Práxis de Paulo Freire, PENSAR –AGIR –REFLETIR –AGIR.

De acordo com Santos (2004), no campo da sociologia das emergências, precisamos atribuir ênfase e amplificação simbólica aos saberes e práticas emergentes.

È nessa perspectiva, sobre esse campo de possibilidades e de capacidades que trago como proposta a experiência do TO como uma metodologia emergente, instrumento possível para a gestão socioambiental que pode (em termos de potência de ação) integrar os processos de participação social existentes no contexto da Reserva

Extrativista. Percebo que a TO é uma metodologia que **pode** contribuir para a formação de gestores (as) (as) sociais da Resex do Cassurubá.

No contexto de *permeiar* que concebo as contribuições da metodologia do TO. Não como uma metodologia com um fim, mas uma metodologia como meio, como possibilidade de despertar para a participação social, através do exercício imagético que o teatro possibilita. Encenar cenários possíveis, dialogando com o presente e ampliando-o e exercitando o cuidado com o futuro como algo que pode ser transformado através da ação no presente, desperta uma força interna e uma vontade social.

A partir dessas experiências, muitas reuniões e encontros que fui participando, em diferentes momentos, os jogos e exercícios do TO foram inseridos e experimentados, possibilitando interações e estimulando relações mais sensíveis com os grupos envolvidos.

O método é na verdade, a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: a sua intencionalidade. **“O Educador e o educando, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, mas não só desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-las, mas também no de re-criar este conhecimento”** (FREIRE, 1994).

Através da reflexão a cerca da sistematização do processo de mobilização para a criação da Resex, bem como de seus aprendizados, destaco como importante:

- Manter uma mobilização permanente, onde esses gestores (as) sociais devem se envolver nas questões sociais da comunidade independente de metas de projetos, buscando uma continuidade das ações;
- A convivência e os momentos informais criam campos de relações independentes de projetos, são espaços educativos e mobilizadores que criam laços de confiança com as comunidades, importantes para os trabalhos de mobilização e gestão social, não sendo somente os espaços oficiais de reuniões;
- Para alguns é só trabalho, enquanto para as comunidades é sua vida que está em jogo, nesse sentido não podemos tratar apenas como laços profissionais, é importante despertar um real interesse pelas causas, as

comunidades demandam outros envolvimento, dessa forma desperta uma maior aceitação e estimula os laços de confiança;

Finalizando, Boal (2005) nos adverte que, por ter o Teatro-Fórum se desenvolvido em muitos países, pode ter passado por algumas mudanças no que diz respeito a estrutura, método e processos. Apesar disso, não se pode por em questão os princípios do Teatro do Oprimido, como um método complexo e coerente. São eles: 1) a transformação do espec-ator em protagonista da ação teatral; 2) a tentativa de, através dessa transformação, modificar a sociedade, e não somente interpretá-la.

Desenhando a proposta de intervenção na Resex do Cassurubá

Levando em consideração o contexto atual da Resex do Cassurubá, em vias de formalização do seu Conselho Deliberativo e compreendendo seu complexo contexto histórico. Além dos campos teóricos apresentados nessa dissertação, bem como, as experiências práticas do TO e o arcabouço estético e metodológico do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, emergiu uma proposta de intervenção para atuar com os atores (atrizes) sociais da Resex do Cassurubá.

Ao mesmo tempo gostaria de ponderar, como propõe Bracagioli (2007, p.238) que os métodos participativos devem ser “flexíveis e abertos para a construção social, existindo elementos que não devem ser planejados e sim estarem abertos para a contribuição do grupo”. Nesse sentido a proposta abaixo a ser apresentada, tem como base manter-se aberta às adaptações necessárias, a partir do momento que for exposta ao coletivo, que possa contribuir para sua implementação.

Ressalto ainda, que concebo essa proposta como um possível caminho, não como um fim, podendo caminhar paralelamente e de forma integrada com outras metodologias de intervenção na Resex do Cassurubá.

A partir desses pressupostos convido a perceberem a síntese dessa dissertação através da imagem, me inspirando na árvore do TO e na do SNUC, desenho a árvore do TO na Resex do Cassurubá. Ela é uma árvore adapta as condições de grandes variações ambientais na zona costeira e tem como base a flexibilidade, o acolhimento, a proteção,

a alimentação de todos ao redor, é nesse rico contexto que me inspirei no mangue vermelho, uma árvore típica dos manguezais brasileiros. Destaco que o manguezal é concebido como um grande berçário da natureza, enquanto ambiente protegido para muitas espécies e com uma farta disponibilidade de alimentação.

Nessa metáfora da árvore do mangue vermelho, gostaria de interpretá-la como uma árvore mais animalizada, suas raízes parecem garras, adaptas a permanecer, a manter-se em pé, resistindo a constante impermanência de seu ambiente, a variação das marés, como o povo do mangue. Não é fácil crescer em um sedimento alagado e salgado, precisam ter adaptações no seu respirar. Suas raízes áreas em forma de arco são adaptadas para essas condições e apresentam substrato para outros seres incrustantes como as ostras.

As árvores do manguezal são vivíparas, isso quer dizer que o embrião começa a germinar ainda preso na árvore-mãe (no mangue vermelho esse processo dura 12 meses), num processo de gestação não na terra mais na própria árvore, possibilitando que ao chegar nesse ambiente tão mutante ela tenha forças para crescer e se desenvolver. Isso me remete a um cuidado maior com sua “prole”. Sua copa, bem brasileira, permanece verde e amarela, o ano inteiro. Os animais que nela habitam e transitam, variam com a maré que sobe e desce, com um movimento harmônico dos oceanos.

Aquilo que surge enquanto gérmen no primeiro Ato, agora aparece mais amadurecido, já com novos frutos, prontos para se desprenderem a árvore – mãe e buscar um solo fértil para se desenvolverem. È nesse contexto cheio de imagens que essa árvore me inspira a apresentar a proposta física dessa dissertação.

No âmbito das raízes temos os alimentos para essa árvore crescer, as raízes que lhe dão sustentação nesse sentido temos:

- 1) A história minha história de vida (Oceanografia, o encontro com a Arte, com as comunidades, a ligação com os movimentos – a Rede Mangue Mar, minha relação com o território, o encontro com a família do Movimento Cultural Arte Manha, a participação na Coalizão SOS Abrolhos, minha formação

enquanto multiplicadora do TO, o mestrado em Gestão Social, e minha atuação em parceria com a ECOMAR e com o IMCBio nas intervenções no Parque de Abrolhos e na Resex do Cassurubá);

- 2) O movimento Pró- Resex- A história de luta para a criação da Resex do Cassurubá e todos os atores e atrizes envolvidos nesse contexto;
- 3) A resistência e a valorização da cultura das populações tradicionais que nela habitam;
- 4) O cenário exuberante de sociobiodiversidade dos Abrolhos e Cassurubá, abrigando a região de maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul;
- 5) O arcabouço teórico com a sociologia das ausências e as sociologias das emergências de Boaventura Souza Santos, as Críticas ao Modelo totalitário de Milton Santos e a Proposta de Metodologia Integrativa de Valéria Giannella;
- 6) Um destaque para a Estética do Oprimido e todo seu arcabouço metodológico, com uma base forte na reafirmação dos Direitos Humanos;
- 7) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e suas instruções normativas;
- 8) Ao Movimento extrativista que traz o contraponto na concepção de áreas protegidas no Brasil;

No tronco traria as experiências práticas que “iluminaram” a proposta de inserção do TO enquanto metodologia no campo de formação de gestores socioambientais, são elas: 1) A oficina de TO com o Grupo de Trabalho da Resex do Cassurubá e 2) a experiência do TO na capacitação formativa nos conselhos no âmbito do projeto OCCA de Iaiá. No coração da árvore estaria o conselho deliberativo como espaço educador de aprendizagem para essas intervenções e formações.

Na copa lá no alto teremos uma utopia do verde amarelo que é toda a comunidade da Resex empoderada para atuar na gestão do seu território. Em um dos galhos da copa teremos a formação de gestores socioambientais com base na metodologia do Teatro do Oprimido e todo seu arcabouço estético, do outro lado teremos outras metodologias participativas que serão incluídas no processo. Mostrando o potencial de integração e de visibilidade de outras possibilidades comporem o cenário.

E por último um propágulo de mangue, a proposta da dissertação, um gérmen amadurecido nessa árvore – mãe, que se desenvolveu um pouco mais de 12 meses, amadurecendo para agora se desprender e se erguer enquanto árvore. Nesse caminho de imaginar o campo do possível já consigo perceber esse propágulo se desenvolvendo, amadurecendo e tornando uma árvore robusta. Ao mesmo tempo, no campo da realidade, precisamos sonhar sonhos coletivos para que o alcance das transformações transcenda a dura realidade de opressão e exclusão que ainda vivenciamos. Espero que esse propágulo possa cair em um solo propício para se desenvolver e através da interação com o ambiente suas raízes possam enriquecer a sua estrutura e dessa forma consiga gerar novos frutos.

Pensar as relações enquanto semente me faz lembrar o princípio da abundância que ela contém, com potencial de germinar e dar novos frutos indefinidamente...

“As oficinas do Teatro do Oprimido serão realizadas com os membros do Conselho Deliberativo da Resex do Cassurubá, na perspectiva de formá-los enquanto multiplicadores do TO e dessa forma, fortalecerem a sua atuação em suas comunidades. Serão abertas vagas para jovens da comunidade que se interessem em atuar na mobilização comunitária e queiram se apropriar de metodologias que estimulem a participação social; valorize a cultura oral inerente a essas comunidades tradicionais; que incentive a produção cultural e a popularização do teatro.

Essas oficinas terão como objetivos: 1) valorizar a realidade local com inserção da linguagem teatral; 2) estimular a atuação cidadã, através do incentivo ao protagonismo social; 3) Problematizar os conflitos socioambientais e as opressões vivenciadas pelas comunidades a partir da criação de cenas, trazendo para o palco para que possam ser debatidas as soluções possíveis, ensaiando essas possibilidades com esses grupos; 4) criar estratégias coletivas, a partir desse ensaio de forma que possam se encaminhar potenciais soluções desses conflitos externados; 5) proporcionar, através dessa linguagem teatral, que todos possam participar ampliando a igualdade de condições e 6) fortalecer as Lideranças Comunitárias através de jogos que estimulem e integrem as diferentes linguagens através do SOM, da IMAGEM e da PALAVRA

Esses multiplicadores terão o apoio do Movimento de Arte e Comunicação Popular de Caravelas, estimulando as comunidades a contarem suas histórias através da linguagem áudio - visual, tendo como base os roteiros produzidos nas oficinas de TO, para construírem vídeos a partir de seus olhares, ampliando o conhecimento de seu território. Esse movimento de comunicação não ficará só em Caravelas e será ampliado também para Nova Viçosa.

A partir das oficinas dos multiplicadores, serão apresentadas cenas do teatro fórum junto a comunidade em diversos espaços da Resex, de Caravelas e Nova Viçosa, juntamente com o Cine Clube Caravelas que junto com as mostras das cenas irão exibir os vídeos de produção local, dando continuidade a proposta do Cine Boitatá⁵⁰. As

⁵⁰ Boitatá porque as comunidades se referem a essa “entidade”, a esse ser invisível, os encantos, como uma luz. Nesse caso, ficou sugerido pelo Cine Clube de Caravelas chamar as exibições de vídeo nas comunidades dentro do manguezal de Cine Boitatá.

parcerias alavancadas para esse momento com os movimentos culturais, os grupos culturais da região e os artistas locais serão numa perspectiva de criar um momento cultural de mobilização popular e valorização da cultura local.

A construção das cenas, bem como, as apresentações e intervenções da população (espec-atores) como propostas de soluções para os conflitos das histórias, serão devidamente documentadas. “Juntamente com a comunidade, serão sistematizadas as possíveis soluções, encaminhando-as para o espaço do conselho através de seus representantes e aos demais órgãos e instituições competentes...”

Considerações Finais

Acredito, como uma utopia em potencial, na transformação de um outro mundo possível, necessário e que já acontece em diversos cantos do mundo. É dentro desse complexo universo que atuo, buscando novos horizontes que possibilitem meu amadurecimento enquanto profissional, mãe, mulher, brasileira, cidadã planetária que acredita na utopia em potencial de um mundo socialmente mais justo, mais ecologicamente equilibrado, mais diverso, equânime, multicultural e possível de se conviver decentemente. E como dizem os zapatistas: *“o mais escuro da noite é antes do amanhecer – um mundo que cabe todos os mundos é possível e necessário”*, trabalhem todos os dias para construí-lo.

“... e cheios de ternura e graça foram para a praça e começaram a se abraçar, e ali dançaram tanta dança que a vizinhança toda despertou, e foi tanta felicidade que toda cidade enfim se iluminou...”

Chico Buarque de Holanda (1970)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

I. Artigos/teses/dissertações/livros/entrevistas/jornais comunitários

ALFREDO, J. *Manguezal Ameaçado, Impactos sociais e ambientais da criação de camarões em cativeiro*. Brasília, Câmara dos Deputados, 52ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa. Série – Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos nº 344/2005.

BOAL, A. *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond. 2009. 256p.

_____, A. *Jogos para Atores e Não- Atores*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005. 368p.

BOFF, L. *A águia e a galinha – uma metáfora da condição humana*. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 2004. 205p

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa Participante*. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005. Vol 1. 259 -268 p.

BRACAGIOLI, Alberto. *Metodologias Participativas: encontros e desencontros entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza*. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (org). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2007. Vol 2. 229 - 242p.

CHAMY, P. *Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade*. In: I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2002. Indaiatuba. p. 11. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf>. Acesso em: 26 de jul. 2011.

CHAUÍ, M.. *Cultura e Democracia*. 2ª ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmom, 2009. 68 p.

CUNHA, C. C. *Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990*. Rio de Janeiro, 2010 308f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____; LOUREIRO, C. F. *Discutindo as reservas extrativistas em um contexto de inclusão social*. In: II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS, 2006, Rio de Janeiro. Org. Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social IP/UFRJ.

CUNHA, L. H. O. 2001. Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade. Manuscrito (não publicado). Nupaub, São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 18 de jul 2011.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. Versão PDF 2011. São Paulo: NUPAUB, 2001. 294 p.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994. 107p

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*/ Paulo Freire. 3 reimpressão.- São Paulo: Editora UNESP, 2000. 125p.

FREIRE, A. M. A. F. *Paulo Freire: Uma História de Vida*. ed. Indaiatuba: Vila das Letras, 2006. 665p.

FRANÇA FILHO, G. C. *Definindo gestão social*. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MASIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2008, v. 1. 27 – 37 p.

GIANNELLA, V.; MOURA, M. S. *Gestão em Rede e Metodologias não Convencionais para a Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 100 p.

GIANELLA, V. *Base Teórica e Papel das Metodologias Não Convencionais para a Formação em Gestão Social*. In: CANÇADO, A. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; RIGO, A. S.(Orgs.) *Os desafios da formação em gestão social*. Palmas-To: Provisão, 2008. et all, 2008, 11-36 p.

GALDINO, Jorge (2006). Mobilização comunitária e valorização de lideranças para a constituição da Reserva Extrativista do Cassurubá. Relatório de Atividades. Conservação Internacional & DISAM/IBAMA mimeo.

GOMES FILHO, A.; AMARAL, P. P. do; CUNHA, C. C. *Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá –Iracema*. Rio Branco, AC: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, 2006. 78 p.

KAPLAN, A. *Artistas do invisível: o processo social e o profissional de desenvolvimento*. São Paulo: Instituto Fontes e Peirópolis, 2005. 260 p.

KOOPMANS, Pe. J. *Além do Eucalipto: O papel do Extremo Sul*. 2 ed. Teixeira de Freitas: CDDH:, 2005. 268 p.

ICMBio. *Relatório de Gestão 2010*. Brasília: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - MMA. .2010.

INOJOSA, R.M. & JUNQUEIRA, L.A.P. Práticas e Saberes: desafios e inovações em gestão social. In: *Organizações & Sociedade – Poder Local*. Salvador: EAUFBA, 2008. V.15 n 45. P 171 – 180.

LIMA JR. J. B. *O Direito Humano ao Meio Ambiente*. In: ORTIZ, Maria Helena Rodrigues (org.) *Justiça Social: uma questão de direito*. Rio de Janeiro:FASE- DPA, 2004. 167-190.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática*. Revista: *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. XI, n. 2 p. 237-253 jul.-dez. 2008.

_____. C. F. B.. *Emancipação*. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (org). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2007. Vol 2. p 157 – 169.

LOBÃO, R. J. da S. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Brasília, 2006. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

LOURENÇO, M. Da Coopex a Resex. In: O TIMONEIRO. *Jornal Comunitário: O Timoneiro*. Edição nº 06. Caravelas - Novembro/Dezembro, 2009. P 2 e5.

MATTOS, F. F. *Reservas morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista do Delta da Parnaíba*. Rio de Janeiro, 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MEIRELES, A. J. A. *Danos socioambientais na zona costeira cearense*. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Orgs.). *Racismo Ambiental*. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p 73 – 87.

MELLO, C. *Reflexões sobre a Experiência de Luta em torno do Licenciamento de um Grande Projeto de Carcinicultura em Caravelas, Bahia*. In: III ENCONTRO DA ANPPAS, 2006. Brasília. mimeo.2006. 28 p.

_____; NICOLAU, O. *Considerações em torno de dois processos de reordenação territorial em área de manguezal no extremo sul baiano*. In: XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2007. Recife, 2007. 15 p.

NICOLAU, O. *Histórico do processo de mobilização comunitária para a criação da reserva extrativista marinha do Cassurubá*. Caravelas: Conservação Internacional, 2007. 23 p.

MILANI, Carlos R.S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise das experiências latino – americanas e européias. Revista de Administração Pública - RAP - Rio de Janeiro 42 (3): 551-79, maio\junho, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)- lei n.9.985 de 18/07/2000 e decreto n. 4340/2002 5 ed. aum. Brasília: MMA\SBF, 2004. 56p.

MYNAIO, C.S.; DESLANDES, S.F; NETO, O.C. & GOMES, R. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 20^a ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002. 80 p.

MORETE, M. E.; FREITAS, A. C.; ENGEL, M. H.; GLOCK, L. Tourism characterization and preliminary analyses of whale watching on humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) around Abrolhos Archipelago, Southeastern Bahia, Brazil. In: INTERNATIONAL WHALING COMMISSION, 52^o Meeting, SC/52/WW6, 2000. Brisbane, Australia, 2000.

MOURA, Maria Suzana; MOURA, Solange Maria e CALIL, Mônica. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.2, n.2, p. 165-183 Mai/Out 2011.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, Â. D. da C.; MELLO, M. C. A. *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 2008. 232 p.

O TIMONEIRO. Jornal Comunitário: O Timoneiro. Edição nº 05. Caravelas - Julho/Agosto, 2009.

O TIMONEIRO. Jornal Comunitário: O Timoneiro. Edição nº 06. Caravelas - Novembro/Dezembro, 2009.

QUINTAS, José Silva. Educação na Gestão Pública. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (org). Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. Vol 2. 352 p.

RALILE. B. P. *Relatos Históricos de Caravelas (desde o século XVI)*. Benedito Pereira Ralile, Carlos Benedito de Souza, Scheila Franca de Souza. Caravelas, BA. Fundação Professor Benedito Ralile, 2006. 191p

SANTOS, M.. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, B. S. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: SANTOS, B.S. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente – um discurso sobre as Ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. B. S. *Um discurso sobre as Ciências*. 8^a Ed. Porto, Portugal: Afrontamento. 1996. 58p.

SOARES, Coronel J. A. Cassurubá: “Terra de grandes árvores para construir canoas”. In: Jornal Comunitário O Timoneiro. Edição nº 05. Caravelas - Julho/Agosto, 2009. p 10.

TORO A., J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social* – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIEIRA. Rejane Esther Vieira. Novo Enfoque Da Gestão Pública Sócio-Ambiental No Brasil: Um Estudo Sobre As Políticas Públicas Socio-Ambientais Na Administração Pública Brasileira. Publicado em: 13/11/2008 disponível em: <http://www.artigonal.com/administracao-artigos/novo-enfoque-da-gestao-publica-socio-ambiental-no-brasil-um-estudo-sobre-as-politicas-publicas-socio-ambientais-na-administracao-publica-brasileira-641065.html>, acessado em: 02 de setembro de 2011

WEID, N. F. von D. (Org.). *Conselhos deliberativos em RESEX/ RDS*. Brasília: ICMBIO, 2009. 148 p.

II. Legislação e atos normativos consultados (leis, instruções normativas, decretos, portarias)

BRASIL. *Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007*. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

BRASIL. *Decreto nº 88.218, de 06 de abril de 1983*. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

BRASIL. *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2006..

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. *Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007*. Dispõe sobre Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. (Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007)

BRASIL. *Decreto de 27 de dezembro de 2004 revogado em 14 de julho de 2006*. Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

BRASIL. *Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2007*. Dispõe sobre a disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. (Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, página 104, de 20/09/2007)

ANEXOS

ANEXO 1 - Jornal A Tarde, do dia 16 de novembro de 2005 pontuando que a comunidade não estava muito satisfeita com o empreendimento

■ CARAVELAS

Criação de camarões causa polêmica

MARIA EDUARDA TORALLES

CARAVELAS (DA SUCCURSAL EXTREMO SUL) - Cerca de 500 pessoas participaram, por mais de oito horas, da audiência pública, realizada no município de Caravelas, (a 822 km de Salvador), para discutir a liberação de um novo empreendimento de carcinicultura (produção de camarões em tanques) para a Bahia. Com cartazes e faixas, membros das comunidades ribeirinhas e de comunidades que tradicionalmente tiram sustento nos rios e manguezais da região estiveram presentes até o final das discussões. "O manguezal é a feira do povo". "Não mangue de mim", ou simplesmente "É mentira" eram os dizeres de alguns cartazes.

O empreendimento está sendo proposto pela Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia, que já adquiriu uma área de 1.517 hectares, entre os rios Missangano e dos Macacos, para instalação dos tanques de criação de camarão. A audiência pública, promovida pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), integra o processo de liberação ou não do empreendimento.

O assessor técnico da Bahia Pesca, Gitonilson Costa, falou sobre o potencial da Bahia para a carcinicultura, afirmando que todo o Estado foi monitorado e foram localizados 100 mil hectares com potencial para a carcinicultura, entre eles está a área adquirida pela Coopex em Caravelas.

CUIDADOS - O presidente da Coopex, José Antônio Gonçalves, fez a apresentação da cooperativa, de seus 26 integrantes, parte deles presente na audiência, e garantiu que estão sendo tomados todos os cuidados em relação à preservação do meio ambiente. Gonçalves afirmou que o empreendimento não vai causar impactos significativos para a região e que vai gerar cerca de 1.500 empregos diretos, sendo 95% destas vagas preenchidas com mão-de-obra local. "Serão 36 fazendas de camarão para exportação, que deverão gerar recursos de R\$ 100 milhões por ano", revelou o presidente da Coopex.

A apresentação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental, que foi classificado por representantes da Conservação Internacional e pelo chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos como fraco e cheio de inconsistências, ficou a cargo da empresa Plama - Planejamento de Meio Ambiente - e foi, mais uma vez, o alvo dos questionamentos durante a audiência.

O promotor Alexandre Soares Cruz não quis se posicionar em relação à instalação ou não do empreendimento, mas acredita que existem questões que ainda não foram devidamente esclarecidas pelos empresários: como áreas de preservação permanente que estariam sendo computadas com reserva legal, "o que não é permitido pelo Código Florestal", e a utilização de áreas de restinga.

O gerente regional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), José Augusto Tosato, afirmou que o órgão ambiental está preocupado com licenciamento para a instalação do empreendimento, inclusive sob o ponto de vista das implicações relacionadas ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos e seu entorno, em relação às comunidades de pesca e mariscação. "Prova disso é a existência do Centro de Pesquisa e Gestão Pesqueira do Litoral Nordeste (Cepene) ser em Caravelas", concluiu Tosato.



Moradores demonstram na audiência que temem projeto

FOLHA CIÊNCIA
 Tel: (51) 3333-3333
 Fone: (51) 3333-3333
 Fax: (51) 3333-3333

PÁGINA A 22 * SÃO PAULO, SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 2006

AMBIENTE *Ibama diz que projeto de R\$ 60 milhões prejudicará banco de corais de Abrolhos*

Criação de camarão ameaça

CLAUDIO ANGELO
 EDITOR DE CIÊNCIA

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) quer impedir a construção do maior projeto de criação de camarões do país, no sul da Bahia. Segundo o órgão, o empreendimento afetaria o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, uma jóia do litoral brasileiro e um dos principais locais de reprodução de baleias-jubarte do oceano Atlântico.

O empreendimento, de R\$ 60 milhões, é de propriedade de uma cooperativa que comprou uma área 1.500 hectares de costa numa região de manguezais e restingas entre os municípios de Caravelas e Nova Viçosa. Ele já vinha sendo contestado pelo Ministério Público baiano, porque o Ibama estudava a criação de uma unidade de conservação no local. No entanto, uma liminar que suspendeu o licenciamento da obra pelo Estado foi cassada nesta semana pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

Agora, o órgão ambiental federal prepara uma portaria decretando os manguezais de Caravelas zona de amortecimento do parque de Abrolhos. Isso facilita o licenciamento passasse a ser competência federal — provavelmente impediria a obra.

Zona de amortecimento é o território contíguo a uma unidade de conservação, que deve ser preservado para garantir a integridade da biodiversidade no local. Os manguezais da região de Caravelas são o berçário para as espécies que habitam os recifes de Abrolhos. "Os robalos, barracudas e meros passam sua fase juvenil nos manguezais antes de migrar para os recifes", disse Alexandre Cordeiro, coordenador-geral de Reservas Extralitorais do Ibama.

A caracicultura (criação de camarões) é uma velha inimiga dos ambientalistas, devido ao desmatamento dos manguezais e à grande quantidade de efluentes lançada na água. No caso de Caravelas, o total de manguezais a serem desmatados é pouco, porque os tanques de camarão ficam em terra.

"Nossa preocupação é com os impactos indiretos e a produção dos resíduos sólidos", afirma o biólogo Guilherme Dutra, da Conservação Internacional.

A empresa responsável pelo projeto, a Coopes (Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul de Bahia), é subsidiária do grupo português Lusomas, que já teve problemas com o Ibama no passado. "Eles têm um longo histórico de infrações ambientais", afirmou Cordeiro.

O diretor da Coopes, o português José António Costa Gonçalves, diz que o empreendimento é "perfeitamente sustentável" e que vai gerar 3.000 empregos diretos e indiretos na região. "Também somos ambientalistas", disse Gonçalves, que afirma também que o projeto não vai gerar efluentes. "Até por razões econômicas, a caracicultura moderna recorre à água. Temos embasamento científico (para o projeto)."

"É tudo balda", devolve Alexandre Cordeiro do Ibama. "O projeto é ruim e vai deturpar efluentes do mesmo jeito."

CAMARÃO VERSUS BALEIA
 Estuda a controvérsia sobre o projeto no sul de Bahia

BAHIA
 O Projeto de criação de camarão no sul de Bahia

CIÊNCIA
 A região entre Caravelas e Nova Viçosa é considerada zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, cujo ecossistema depende da saúde de seus manguezais

PROBLEMA
 As 26 fazendas de criação de camarão ocupariam 1.500 hectares nessa região

PROBLEMA
 Os ambientalistas temem que a criação de camarão vá comprometer a qualidade da água, prejudicando a fauna

PROBLEMA
 Já a empresa responsável pelo empreendimento diz que não vai desmatar manguezais e que a quase totalidade dos efluentes do cultivo será reciclada, o que evitará a contaminação do estuário

ASTRONOMIA
 Telescópio no Chile flagra desintegração de cometa

Um cometa com um passado atenuado foi observado "cometendo suicídio" pelo telescópio VLT, do ESO (Observatório Europeu do Sul). Os astrônomos observaram o esfacelamento em 40 pedaços de uma parte do cometa Schwassmann-Wachmann. Essa parte, chamada pedaço B, por sua vez, é resultado de uma quebra anterior. A desintegração aconteceu quando o astro fez sua aproximação máxima do Sol. Alguns fragmentos passaram perto da Terra — 10 milhões de km —, mas não representaram ameaça ao planeta.

PANORAMA
 Pedaço B do cometa Schwassmann

FOLHA CIÊNCIA
 Serviço de atendimento ao assinante:
 Grande São Paulo: (11) 3124-1000
 Demais localidades: 0800-775-9081

SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 2006

ará banco de corais de Abrolhos; empresa nega dano ambiental

ameaça recifes na BA

BAHIA
 Projeto no sul da Bahia

CIÊNCIA
 A região entre Caravelas e Nova Viçosa é considerada zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, cujo ecossistema depende da saúde de seus manguezais

PROBLEMA
 As 26 fazendas projetadas para criação de camarão ocupariam 1.500 hectares nessa região

PROBLEMA
 Os ambientalistas temem que a criação de camarão vá comprometer a qualidade da água, prejudicando a fauna

PROBLEMA
 Já a empresa responsável pelo empreendimento diz que não vai desmatar manguezais e que a quase totalidade dos efluentes do cultivo será reciclada, o que evitará a contaminação do estuário

Baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), espécie que se reproduz em Abrolhos

Seu País

CAMARÕES À MODA TUCANA

SENADO Decreto que libera criação em Abrolhos favorece parlamentar do PSDB

POR LEANDRO FORTES

Uma informação enviada por assessores legislativos do Congresso Nacional, na semana passada, a diversas organizações não-governamentais e à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia revelou uma estranha relação de interesses entre senadores baianos e capixabas a favor da criação de camarões no sul do estado. Soube-se, então, da existência de um projeto de decreto legislativo que tramitava sem maiores percalços pelas comissões do Senado Federal. O texto, assinado pelos seus representantes da Bahia e do Espírito Santo no Senado Federal, prevê a anulação da Portaria nº 39, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que criou a chamada Zona de Amortecimento do Parque Marinho de Abrolhos. A norma do governo, baixada em 16 de maio passado, visa proteger o meio ambiente da região de atividades comerciais predatórias.

O decreto legislativo, caso aprovado, servirá

EM PROVEITO PRÓPRIO.
Motta é autor do projeto que beneficia parentes



como uma luva para os interesses pessoais e familiares de um dos signatários do projeto, o senador João Baptista Motta (PSDB-ES). Ele, a mulher, dois filhos e duas netas são sócios da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia, denominada pelo nome fantasia de Coopes. Criada em 2003, a cooperativa tem um capital social registrado em cartório de 1 milhão de reais. Tem como objetivo implantar um projeto de carcinicultura (criação de camarões em tanques de água salgada) no litoral do município. Mas está proibida de se instalar na região, justamente, por causa da portaria do Ibama.

Entre os signatários do projeto de decreto legislativo estão mais dois senadores do Espírito Santo, Magno Malta (PL) e Marcos Goena (PSDB). Também assinou o documento a turma do PFL da Bahia no Senado: Antônio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho. Todos alegam que o objetivo do decreto é derrubar uma ingerência indevida do Ibama sobre uma região com grande potencialidade econômica. Ao todo, 26 pessoas fazem parte da Coopes - a maioria do Espírito Santo e de Santa Catarina -, entre as quais, Marilda da Silva Motta, mulher do senador tucano João Motta, e duas netas do casal: Larissa e Misságia



ADRESSÃO. O Ibama criou uma zona de amortecimento para preservar a região de Abrolhos

Motta e Leticia Misságia Motta, de 26 e 21 anos, respectivamente. Ambas são filhas de outro sócio da Coopes, o administrador de empresas João Carlos da Silva Motta, filho do senador. Também a filha do parlamentar capixaba, a dentista Marusa da Silva Motta, tem cotas da cooperativa.

A Zona de Amortecimento de Abrolhos foi criada pelo Ibama para garantir as funções ecológicas e sociais da região, que se estende do município de Prado, na Bahia, até a altura da foz do rio Doce, no Espírito Santo. Ao todo, são 409 quilômetros de linha de costa, dos quais 257 quilômetros no litoral baiano, e outros 152 quilômetros ao longo de praias capixabas. O Parque Marinho de Abrolhos é considerado um dos mais completos e ricos habitats aquáticos do planeta. Nele, estão todas as espécies de corais existentes no Brasil, alguns dos quais não são encontrados em nenhum outro lugar do mundo. O perímetro de Abrolhos tem 70 mil quilômetros quadrados e, além dos corais, abriga várias espécies endêmicas (que só ocorrem ali), como crustáceos e moluscos, além de tartarugas

COPIE: THOMAS HALL/AMFIBIO



IMAGEM: J. PEREIRA

e mamíferos marinhos ameaçados de extinção, como as baleias jubarta.

A portaria do Itama, contudo, não foi baixada por causa do projeto de carcinicultura da cooperativa da família do senador João Motta, embora sirva para evitar práticas do tipo. Trata-se de uma medida decorrente da batalha iniciada, em 2002, por técnicos do Itama e de ambientalistas de diversas organizações não-governamentais ligadas à preservação de recursos naturais. À época, nos últimos meses do governo Fernando Henrique Cardoso, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) lançou um edital de licitação internacional para exploração de gás e petróleo no País. Entre as áreas oferecidas, 243 "bloco" (22,7%) estavam na região de Abrolhos e do banco de corais adjacente chamado Royal Charlotte. Imediatamente, ONGs, técnicos do Itama e do Ministério do Meio Ambiente se mobilizaram para evitar a exploração no local.

Foi produzido, então, um documento técnico intitulado "Avaliação de impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco de Abrolhos e

adjacências". Com base nesse estudo, o então presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado estadual Zilton Rocha (PT), solicitou ao Ministério Público Federal uma ação cautelar, acatada pela Justiça Federal em agosto de 2003, para excluir a região de Abrolhos da licitação da ANP. Criada a zona de amortecimento, há pouco mais de um mês, também o projeto dos camarões do senador João Motta passou a necessitar de autorização do Itama para ser instalado. E aí é que entram os burocratas na história.

A sede da Coopex fica em Caravelas, no sul da Bahia, ao menos segundo o estatuto da cooperativa, aprovado em assembleia geral, no município de Serra (ES), em 2003. Porém, no endereço registrado em cartório, na rua Teobaldo Costa, número 56, não há ninguém morando nem muito menos placas com o nome

da cooperativa. A casa está vazia e, segundo os vizinhos, a proprietária espera que o pessoal da Coopex devolva o imóvel o mais rapidamente possível.

Ainda assim, o senador João Motta e seus sócios na empreitada contavam com a boa vontade do governo da Bahia e dos órgãos ambientais estaduais. O governador Paulo Souto (PFL) foi acusado pelos ambientalistas de ter se empenhado junto ao Centro de Recursos Ambientais (CRA) do estado e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepram) para garantir as licenças necessárias ao projeto. Souto nega. "Não houve qualquer pedido para que o processo específico fosse apressado", diz o governador. Segundo ele, o pedido de licenciamento da Coopex foi iniciado em 2003. De lá para cá, o CRA e o Cepram teriam discutido o assunto com a empresa, para que ela se adequasse às exigências apresentadas.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Paulo Souto diz que quem se precipitou foi o Itama, ao criar "de maneira apodada" mais essa área de proteção total. "Isso quando já havia sido informado de que o processo de licenciamento da referida empresa estava praticamente concluído", diz o governador petefista. Segundo ele, o governo estadual não pode concordar com a forma como o Itama tem atuado no estado. "O órgão toma decisões unilaterais e sem que haja discussões mais aprofundadas com as autoridades locais e a comunidade envolvida", afirma.

O projeto de carcinicultura do senador João Motta prevê um investimento de 60 milhões de reais. A ideia era transportar em aviões cargueiros, duas vezes por semana, toneladas de camarão fresco de Caravelas para Miami, nos Estados Unidos.

Na sede do município, o prefeito de Caravelas, Neuvaldo David de Oliveira (PL), fez a sua parte. Para cooptar as lideranças comunitárias, nomeou o presidente da Colônia de Pescadores de Caravelas secretário municipal de Pesca. Para a audiência pública do Conselho Estadual de Meio Ambiente, realizado na cidade,

A mulher, filhos e netos de João Motta são sócios da cooperativa que vai criar o crustáceo

Seu País

no ano passado, a prefeitura lotou um ônibus e levou uma claque paga até o aeroporto local para pressionar os conselheiros a favor do projeto da Coopex. Para os moradores, o prefeito entra o discurso dos tais 1,5 mil empregos prometidos pelo empreendimento. O número de vagas já foi de 3 mil, no princípio da campanha a favor da carnicultura. No fim das contas, podem não passar de uma centena. "Na verdade, depois que os tanques estão prontos, você precisa de um dez funcionários para colocar a ração para o camarão", explica Marcello Lourenço, do Ibama, chefe do Parque Nacional de Abrolhos.

O texto do projeto de decreto legislativo assinado pelos senadores baianos e capixabas foi avaliado por técnicos do Ibama assim que um assessor do órgão, em Brasília, foi informado da transição do papel nas comissões do Senado. A proposta afirma, de cara, que a Portaria nº 39, relativa a Abrolhos, está "evitada de vícios" e viola os preceitos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuac). Também alega que o presidente do Ibama não tem poderes para criar a zona de amortecimento na região. "Isso não faz nenhum sentido, o presidente do Ibama está cumprindo a lei", afirma Marcello Lourenço. "O Snuac determina que toda unidade de conservação deve ter uma zona de amortecimento."

O texto dos senadores não cita, em momento algum, a questão da carnicultura. Todo o fundamento do projeto, assim como o discurso dos parlamentares envolvidos, está centrado no desenvolvimento da região, na criação de empregos e, estranhamente, na reclamação sobre o impedimento de exploração de petróleo e gás nas águas de Abrolhos. Cita, como argumento, a crise da nacionalização da Petrobras na Bolívia. "Essa história de gás serviu



ALIANÇA ATÉ NO MAR. ACM e Borges apoiam o decreto do colégio capixaba

para mascarar o que estava por detrás do projeto, que é a cooperativa do senador João Motta", acusa Marcello Lourenço. Os senadores também acusam o Ibama de não ter ouvido o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Abrolhos. "Não sei de onde eles tiraram isso", diz Lourenço. "O Conselho Consultivo discute esse assunto desde 2003, temos todas as atas."

Do que o projeto do Senado não trata é da questão ecológica. O senso comum entre ambientalistas e técnicos do Ibama é de que, implantado um projeto como o da Coopex na região de Abrolhos, com uma ocupação de infra-estrutura prevista de 1,5 mil hectares, o resultado será um desastre ambiental sem precedentes. Biólogo da ONG Conservação Internacional, que atua em Abrolhos há dez anos, Guilherme Dutra prevê danos irreversíveis para o ecossistema local,

sobretudo os recifes de corais e os manguezais. O que, aliás, ocorreu em passado recente em áreas mapeadas pelo Ibama no Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.

Para montar um criatório de camarões, é preciso construir tanques e retirar água do mar para enchê-los. Essa água, explica Guilherme Dutra, entra cheia de vida nos recipientes, com nutrientes e larvas de peixes e de camarões nativos. Esses morrem imediatamente. Nos criatórios, encontram um tipo exótico de camarão, o

Litopenaeus vannamei, trazido da Ásia, que necessita de ração especial e antibióticos que controlem suas doenças. Depois disso, essa água contaminada retorna ao mar. "É como se fosse um filtro ao contrário", compara Dutra. Há, ainda, a questão dos manguezais, que serão fatalmente destruídos para dar lugar aos tanques, segundo parecer das ONGs e do Ibama. "Eles falam em 1,5 mil empregos, mas pelo menos 5 mil pessoas que vivem da pesca na região serão prejudicadas", afirma o biólogo.

CartaCapital entrou em contato com as assessorias dos seis senadores signatários do projeto de decreto legislativo que acaba com a Zona de Amortecimento de Abrolhos. Pediu a cada um deles explicações sobre as razões que os levaram a assinar a proposta. Os senadores Antônio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, e Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo, não se pronunciaram sobre o caso.

O senador pefolista César Borges confessou ter conhecimento prévio da presença do senador João Motta "com uma pequena parcela" na Coopex. Garante, no entanto, ter assinado a proposta de decreto legislativo para garantir o desenvolvimento econômico da região de Caravelas. Os estudos do Ibama, diz Borges, são



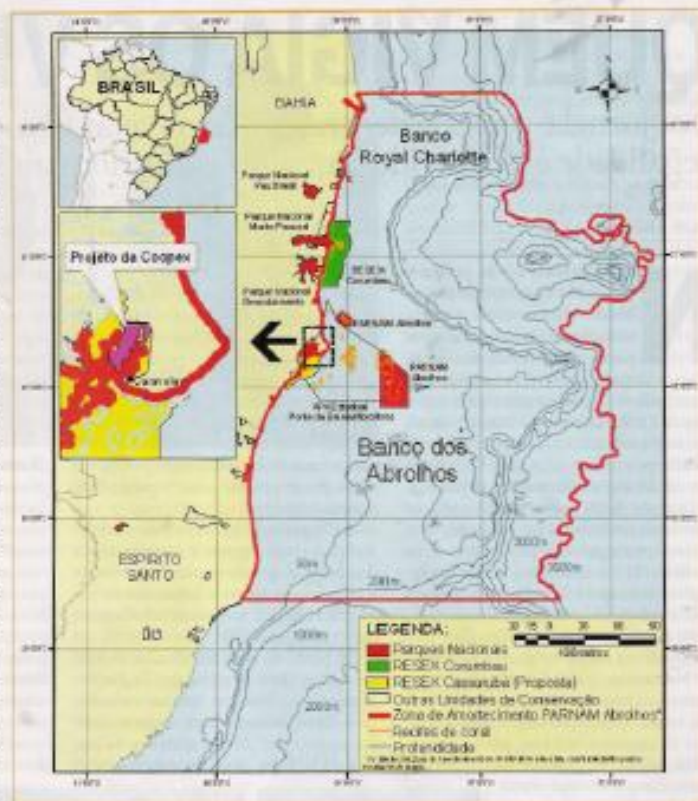
A SEDE. Segundo os registros, a Coopex funciona nesta casa vazia em Caravelas (BA)

fruto do "coeficiente de ignorância" dos técnicos do órgão federal e ferem o que ele chamou de "autossensia estadual" nas decisões sobre questões ambientais da Bahia. "O Ibama não tem quadros qualificados, não tem gente suficiente, e por isso superdimensionou algo que não conhece", afirma. E garante: "Técnicamente, não se prorou nada contra o projeto".

O senador Magno Malta (PL-ES) afirma ter entrado de inocente na história. Consultado por CartaCapital, ele mandou dizer, via assessoria de imprensa, que só assinou o projeto de decreto legislativo por causa de um pedido da bancada do Espírito Santo no Senado. Ou seja, Marcos Guerra e João Motta, Malta alega ter sido informado de que a portaria do Ibama iria interferir no desenvolvimento do estado ao impedir a exploração de petróleo da região. Ele afirma só ter sabido do envolvimento do colega João Motta com a Coopex pela imprensa.

Desde que o assunto veio à tona, o senador João Baptista Motta tem tentado desvincular o projeto de decreto legislativo de sua participação na Coopex. "Não tem nada a ver uma coisa com a outra, o decreto eu assinei pensando no desenvolvimento do meu estado, contra a ditadura do Ibama", argumenta. Motta afirma que só entrou na cooperativa porque queria "uma aposentadoriazinha" para depois do fim de mandato de senador, no fim do ano. Ele afirma que não vai se candidatar a nada por estar "desiludido" com o País e com os dois últimos governos dos presidentes Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. "Não entendo nada de camarão, mas sei que é um alimento nobre, que dá dinheiro", diz.

João Motta alega ter comprado cotas da Coopex a partir de um "convite



Ambientalistas prevêem danos irreversíveis ao ecossistema, se o projeto for implementado

geral" feito pela Bahia Pesca, autarquia ligada à Secretaria de Agricultura do governo baiano. De fato, o site do órgão tem um link para o tema "carcinicultura", embora sem referências à região de Abrolhos como potencial de criação de camarão. Motta diz ter recebido um CD da Bahia Pesca com incentivos a projetos do gênero, repassado a ele pelo empresário português José António Correia Gonçalves, responsável pela criação da Coopex. Depois que a história vazou para a imprensa, o senador capixaba ficou desgostoso com o projeto de aposentadoria. "Falei para José Antônio vender essa

porqueira, deixar isso de lado", afirma. O senador do PSDB capixaba não soube precisar quantas cotas comprou da Coopex, mas garante ter sido "uma merreca". A cooperativa, segundo ele, já investiu 1 milhão de reais em estudos de viabilidade técnica. As explicações sobre a participação de familiares na cooperativa são ainda mais confusas. As cotas da mulher, Marilda, diz o senador, não são dela, mas uma "reserva" para outra pessoa. "São para um amigo nosso, que pediu para segurarmos as cotas para ele", explica. Os filhos e as netas, de acordo com João Motta, ficaram tentados a participar do projeto por interesse financeiro mesmo: "Eles quiseram investir". Agora, depois de ficar sem mandato, Motta vai ter de procurar outra coisa para fazer. "Não quero mais saber desse negócio de camarão", avisa. ■

APÊNDICES

APÊNDICE A. Capa da Apostila preparada como Roteiro para a Oficina do TO com o GT da Resex do Cassurubá.

O quê: Oficina Teatro do Oprimido

Local: Centro de Visitantes – PNM Abrolhos - Quitongo

Data: 19 de junho de 2010

Hora: 8: 30 – 17:00

Participantes: grupo de trabalho da Resex do Cassurubá

Facilitadora: Erika de Almeida

Apoio: Valtemberg da Silva Firmino

Fotografia: Jaco Galdino

Monitoras: Barbara dos Santos Figueiredo e Giovana Katherine

APOSTILA – ROTEIRO PARA A OFICINA DE TO COM O GRUPO DE TRABALHO DA RESEX DO CASSURUBÁ

Objeto de estudo: Através da aplicação da metodologia do teatro do oprimido, saber quais são as contribuições para a sensibilização e mobilização no contexto de formação do Conselho Deliberativo da Reserva extrativista do Cassurubá.

CARAVELAS, JUNHO DE 2010